

Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Mestrado em História Social da Amazônia

DAYSEANE FERRAZ DA COSTA

ALÉM DA *PEDRA E CAL*:  
A (RE)CONSTRUÇÃO DO FORTE DO PRESÉPIO  
(BELÉM DO PARÁ, 2000-2004)

Belém  
2007

DAYSEANE FERRAZ DA COSTA

ALÉM DA *PEDRA E CAL*  
A (RE)CONSTRUÇÃO DO FORTE DO PRESÉPIO  
(BELÉM DO PARÁ, 2000-2004)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Prof. Dr. Rafael Chambouleyron (FAHIS/UFPA).

Belém  
2007

## **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

(Biblioteca de Pós-Graduação de IFCH/UFPA, Belém-PA)

---

Costa, Dayseane Ferraz da

Além da pedra e cal: a (re)construção do Forte do Presépio (Belém do Pará, 2000-2004) / Dayseane Ferraz da Costa; orientador, Rafael Chambouleyron. - Belém, 2007

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

1. Belém (PA) - História, 2000-2004. 2. Patrimônio histórico - Conservação e restauração. I. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

---

DAYSEANE FERRAZ DA COSTA

ALÉM DA *PEDRA E CAL*  
A (RE)CONSTRUÇÃO DO FORTE DO PRESÉPIO  
(BELÉM DO PARÁ, 2000-2004)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Prof. Dr. Rafael Chambouleyron (FAHIS/UFPA).

Data de aprovação 7 de dezembro de 2007

Banca Examinadora:

---

Rafael Chambouleyron  
(Orientador – Faculdade de História/UFPA)

---

Déa Ribeiro Fenelon  
(Examinadora externa – PUC-SP)

---

Aldrin Moura de Figueiredo  
(Examinador interno – Faculdade de História/UFPA)

---

Maria de Nazaré Sarges  
(Suplente – Faculdade de História/UFPA)

À minha mãe, por sua luta incansável

## AGRADECIMENTOS

*A Deus,*

Ao final de um trabalho como este acompanhado e discutido por tantas pessoas, direta ou indiretamente, considerando o envolvimento com o tema, acredito que seja mais do que necessário agradecer a todos que contribuíram, e de certa forma, tornaram possível a realização dessa dissertação. Antes de tudo espero que todos se reconheçam em algumas das laudas escritas aqui, através das sugestões; na percepção dos anseios e angústias que experimentei por tratar deste tema; através ainda das leituras tantas vezes partilhadas. Inicialmente, agradeço à minha família: minha mãe Antonia, minha irmã Denilma, meu marido Ricardo e minha filha Carolina, pelo amor, apoio e presença constantes.

Aos amigos de graduação da turma de 98 e “agregados”, que se tornaram amigos para o resto da vida, e que são também companheiros de trabalho: Karla, Danielle, Erica, Ney, Nonato, Luciana, Ana Emília, Fabrício, e principalmente, à Ana Paula, pelo tanto que convivemos e aprendemos juntas. Especialmente, obrigada à Michelle Barros pela linda e generosa amizade, pelo interesse, apoio, contribuições, ajuda e amparo em todos os momentos; a Fernando Marques que foi durante esse tempo todo coordenador, orientador, amigo, pela ajuda insubstituível na elaboração desse trabalho, pelas críticas, pelas inúmeras leituras de texto... com quem aprendo muito; a Samuel Sóstenes, diretor do Forte, outro amigo que conquistei nessa caminhada e que sempre me deu muito apoio; e aos colegas da pós-graduação pelas contribuições ao meu trabalho. Obrigada a todos.

Aos professores da pós-graduação que através das aulas, discussões e sugestões contribuíram sobremaneira para o amadurecimento e consolidação da pesquisa, mesmo aqueles com quem não fiz disciplinas, mas pelos quais fui entrevistada ou avaliada; aos funcionários das instituições que tão prontamente me auxiliaram com as fontes, na 2ª SR/IPHAN, no DPH/FUMBEL, no DPHAC/SECULT e CENTUR; aos meus entrevistados, pela disponibilidade, mesmo diante de tantos compromissos tenho muito a agradecer a todos vocês. Obrigada aos professores Aldrin Figueiredo e Edilza Fontes, pela avaliação e contribuição na qualificação. Finalmente, obrigada ao meu orientador Rafael Chambouleyron pelo trabalho que construímos, pelas críticas sempre construtivas, pela compreensão e tolerância durante todo esse período; mais do que orientações para a dissertação, seu trabalho foi uma contribuição para toda vida. Obrigada Rafael.

“Uma construção é a espécie: um monumento, o indivíduo. Tal como a música, lida tanto pela partitura quanto pelo conteúdo, monumentos compreendem um texto, mas um texto cujos vários significados existem apenas em nossa interpretação”.

Peter Eisenman. *A imagem como memória*, 2001

## SUMÁRIO

Resumo .....	10
Abstract .....	11
Lista de ilustrações .....	12
Introdução.....	13
I. Biografias do Forte do Presépio .....	21
1.1. A construção do Forte do Presépio e o “nascimento” da cidade Belém na obra de Theodoro Braga.....	24
1.2. Embates pela consolidação de uma historiografia na Amazônia: Arthur Vianna <i>Versus</i> Theodoro Braga .....	35
1.3. A cronologia do Forte do Presépio no projeto Feliz Lusitânia: a seleção pela materialidade .....	44
II. O projeto Feliz Lusitânia e a (re)construção do Forte do Presépio: processo de intervenção no monumento .....	61
2.1. A formação de uma política de preservação do patrimônio no Brasil e o tombamento dos monumentos no Centro Histórico de Belém .....	63
2.2. História, memória e patrimônio .....	69
2.3 O Centro Histórico de Belém e o Projeto Feliz Lusitânia .....	72
2.4. A implementação do <i>Projeto Forte do Castelo</i> : A criação do <i>Museu do Forte do Presépio</i> .....	80
2.4.1. O IPHAN e a FUMBEL: dois pareceres divergentes sobre o <i>Projeto Forte do Castelo</i> .....	90



III. Apropriações em torno do patrimônio histórico:	
o Forte do Presépio nos discursos contemporâneos .....	102
3.1. História, Arqueologia e Arquitetura: a relação entre campos de saber na Restauração do patrimônio histórico .....	106
3.2. O Forte do Presépio por seus interlocutores: as escolhas e argumentos no trato com o patrimônio histórico .....	119
3.3. Patrimônio de quem? Patrimônio para quem? Uma análise dos registros da sociedade em relação à restauração do Forte do Presépio .....	129
3.4. O Forte do Presépio como um lugar de memória: função simbólica de um museu Histórico.....	137
3.4.1. O Espaço Museológico do Forte do Presépio: O Sítio Histórico da Fundação de Belém e o Museu do Encontro.....	139
Considerações finais.....	146
Fontes .....	150
Referências bibliográficas .....	153

## RESUMO

Este trabalho tem por objeto de estudo a restauração do Forte do Presépio em Belém do Pará, implementada a partir de 2000, por meio do projeto Feliz Lusitânia, do Governo do Estado do Pará, e sua transformação em Museu do Forte do Presépio. Analisa-se aqui o processo de apropriação desse patrimônio histórico, assim como os conflitos, disputas e negociações em torno dele, enquanto espólio de memória. Nesse contexto constrói-se também a arguição sobre qual o papel da história e do historiador diante desse processo.

**Palavras-Chave:** Patrimônio Histórico. Memória. Restauração.

## ABSTRACT

This dissertation discusses the process of restoration of the *Forte do Presépio* in Belém do Pará (Brazil), in 2000, and its transformation into a museum. It analyses the appropriation of that historic heritage, as well as the conflicts, disputes and negotiations as regards the site, being a heritage of memory. It thus focuses on the role played by history and the historian in this process.

**Key Words:** Historic heritage. Memory. Restoration

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Tela <i>A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém</i> .....	25
Figura 2 - Esboço 1 da tela <i>A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém</i> .....	28
Figura 3 - Esboço 2 da tela <i>A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém</i> .....	28
Figura 4 - <i>Forte do Castelo</i> em 1937 .....	55
Figura 5 - Pátio interno do <i>Forte do Castelo</i> em 1956.....	56
Figura 6 - Mapa da área do Centro Histórico de Belém.....	62
Figura 7 - Vista da área de implementação do projeto <i>Feliz Lusitânia</i> .....	77
Figura 8 - Perspectiva virtual do projeto <i>Forte do Castelo</i> .....	78
Figura 9 - Mapa das estruturas arqueológicas encontradas durante as escavações do Forte.....	91
Figura 10 - Imagem da muralha frontal do Forte em 1884 .....	92
Figura 11 - Fotografia do Forte após a retirada da muralha frontal .....	97
Figura 12 - Fotografia do Forte após a restauração da edificação.....	110
Figura 13 - Imagens de propagandas dos espaços revitalizados pela SECULT.....	131
Figura 14 - Aspecto da exposição das estruturas arqueológicas e da artilharia do Forte .....	140
Figura 15 - Fotografia da exposição do Museu do Encontro .....	143
Figura 16 - Fotografia da prospecção arqueológica deixada em evidência no <i>Museu do Encontro</i> .....	144

## Introdução

Este estudo sobre patrimônio histórico teve início em 2002 quando, ainda na graduação do Curso de História da Universidade Federal do Pará, comecei a fazer parte da equipe do serviço educativo que iria atuar no Museu do Forte do Presépio, prestes a ser inaugurado pela Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará (SECULT). O Museu estava sendo instalado no Forte do Castelo, onde anteriormente funcionara o Círculo Militar, clube social do Exército em Belém. Juntamente com Forte, estavam sendo reformados outros prédios, que também seriam transformados em museus, o Antigo Hospital Militar e um casario colonial, ambos no entorno do Forte do Castelo.

A capacitação para os educadores dos museus do Sistema Integrado de Museus (SIM/SECULT/PA) permitiu-me o contato com todo um processo que já vinha sendo divulgado pela imprensa sobre as intervenções que estavam sendo implementadas no Centro Histórico de Belém, ao abrigo do projeto *Feliz Lusitânia*. As atividades de capacitação aconteceram no Museu do Estado do Pará (MEP), no Palácio Lauro Sodré (sede do Governo do Estado até 1994). Nesse processo, juntamente com as noções de museologia, arquitetura, urbanismo, arqueologia histórica e pré-histórica, fomos alertados também sobre as querelas entre Prefeitura e Governo do Estado, principalmente referentes à reforma no Forte do Castelo.

O material recebido para estudo, além das informações sobre o projeto de restauração, incluía também a cópia de um artigo publicado no jornal *O Liberal*, assinado pelo jornalista Cláudio De La Roque Leal, com a seguinte manchete “Por que tanta celeuma por causa de um muro?”, que se referia ao paredão frontal do Forte do Castelo retirado durante a reforma. A mesma reportagem afirmava “Belém foi sacudida nos últimos dias por uma polêmica absolutamente sem nenhum propósito”, e a leitura dela fazia parecer realmente que era um absurdo alguém questionar o trabalho da Secretaria de Cultura e a retirada de um muro em *pedra e cal* do século XIX, da frente do Forte.<sup>1</sup> Ter aquela matéria como parte do material de capacitação para os trabalhos era claramente uma maneira de influenciar as idéias que nos pudessemos vir a formar sobre aquele conflito.

---

<sup>1</sup> LEAL, Cláudio De La Roque. “Porque tanta celeuma por um simples muro de pedras”. *O Liberal*. Belém. Caderno Cartaz, nº 7, 3 de dezembro de 2002, p. 3.

Aos fatos mencionados, somaram-se a inauguração do próprio Forte do Presépio e uma expectativa muito grande da população sobre o que teria sido feito no *Forte do Castelo* com a reforma do prédio. O número de visitantes que diariamente atendíamos no espaço e os questionamentos feitos por eles atestavam tal expectativa. Nossa tarefa como educadores e orientadores no museu era dar informações sobre o Forte e os vestígios arquitetônicos descobertos durante a restauração. Tratava-se igualmente de informar sobre a exposição do Museu do Encontro e a cultura material encontrada nas escavações arqueológicas, além de explicar o projeto de restauro dos prédios envolvidos. A equipe de educação, capacitada para atuar no museu do Forte, era composta por graduandos e recém-formados do curso de História da UFPA. *A partir da curadoria da exposição, definiu-se uma abordagem sobre a colonização na Amazônia, que enfatizava o Forte do Presépio como Marco Inicial desse processo histórico, explicitada no próprio projeto referente à restauração daquele espaço,*

*A adequação do Forte para uso museológico, tendo como primeiro acervo singular, a própria edificação, buscará em seu discurso museológico implementar o núcleo embrionário em torno do qual se estruturou a cidade, que registra não só o contato entre portugueses e indígenas no bojo do processo de colonização, como também consolida, em verdadeiras camadas temporais, a evolução do uso da própria edificação, a vida cotidiana da cidade e a expansão urbana.<sup>2</sup>*

A expectativa de estudar e trabalhar na área de museus foi muito grande; éramos oito pessoas sendo capacitadas como orientadores no Museu do Forte, em mais um espaço que estava sendo criado pela Secretaria de Cultura do Estado. Meu entusiasmo foi imediato pelo contato com novas áreas de conhecimento e pela possibilidade de falar sobre história num museu histórico. A inauguração do Forte foi definida para o dia 25 de dezembro de 2002, data que se justificava como uma referência à data de partida da expedição de São Luis do Maranhão e que deu origem à construção do Forte e a fundação de Belém em 1616.

Além das informações recebidas referentes à leitura histórica que se construía sobre o monumento, após a inauguração do museu, percebemos também que os visitantes passaram a questionar sobre o Círculo Militar que não funcionava mais no Forte; sobre a polêmica retirada do Muro do Forte; e perguntavam até pelas árvores, sob as quais namoraram ou conversaram nos momentos de lazer, que existiam anteriormente na área externa e que haviam sido retiradas com a reforma. Desses questionamentos e opiniões, alguns ficaram registrados no primeiro *Livro de Sugestões* do museu do Forte. A leitura das sugestões era feita para compreendermos o que os visitantes achavam do espaço.

---

<sup>2</sup> SECULT/PA, *Projeto Feliz Lusitânia*, p. 27.

Estar no Forte no momento da inauguração do Museu, ouvir opiniões contrárias à mudança que nele se implementou e ver pessoas falarem com orgulho sobre o “resgate da história de Belém”, foram fatores que suscitaram o interesse pelo tema sobre restauração patrimonial. Sobre esse tema, desenvolvi minha monografia de conclusão do Curso de História em 2003, intitulada *A Volta ao Berço de Belém: Restauração do Forte do Presépio, Dificuldades, Intervenções e a Transformação em Museu*. Apesar de ter escrito a minha monografia sobre o tema, tal perspectiva de trabalho se revelou ainda mais profícua.

A pesquisa teve assim continuidade como tema de dissertação de mestrado e procura agora aprofundar a reflexão sobre as relações da sociedade com o seu patrimônio no momento da revitalização arquitetônica do Forte do Presépio. Em vários momentos, fazer parte dessas transformações e, a meu ver, dessa construção de símbolos e de leitura histórica, a partir da experiência de restauração do Forte, foi o ponto fulcral na elaboração desta dissertação. O fato de ser funcionária vinculada à SECULT/PA, que em muito ajudou para ter acesso às fontes e às pessoas envolvidas no projeto, muitas vezes se tornou motivo de receio de não conseguir me distanciar do próprio objeto na minha análise.

Pelo vínculo profissional, e pela paixão que tenho em estudar o Forte, sou ligada ao meu objeto de estudo; entretanto, ainda que profissionalmente envolvida, procurei analisar de maneira crítica os meandros da restauração patrimonial que Belém vem vivenciando a partir das ações do poder público. As inquietações aqui descritas são tanto minhas como do grupo que junto comigo fez o percurso da UFPA para o Forte do Presépio e que tantas vezes se questionou sobre a leitura de História e a interpretação do passado que estava sendo construída nos *Lugares de Memória*.

Acredito que experimento nesse trabalho um pouco do exercício ao qual se refere Gilmar Arruda, em seu livro *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*, de entender e explicar as relações que existem entre a memória e a história, ou seja, “a relação entre o historiador, a sua memória e a sua experiência de vida com a narrativa construída”.<sup>3</sup> Portanto, espero que essa “vivência pessoal do processo” tenha se tornado um instrumento de compreensão, como descrito nas palavras de Pierre Nora.

Ninguém ignora que um interesse confessado e elucidado oferece um abrigo mais seguro do que vagos projetos de objetividade. O obstáculo transforma-se em

---

<sup>3</sup> ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. São Paulo: EDUSC, 2000, p 32.

vantagem. A explicação e a análise do investimento existencial, em vez de afastarem de uma investigação serena, tornam-se o instrumento e a alavanca da compreensão.<sup>4</sup>

Assim, este trabalho tem por objeto de estudo o Projeto *Feliz Lusitânia*, mais especificamente a terceira etapa dele, a qual deu conta da restauração do Forte do Presépio, no Centro Histórico de Belém do Pará. O projeto *Feliz Lusitânia* foi iniciado, em 1997, pelo Governo do Estado do Pará, através da SECULT, e realizou intervenções em alguns prédios tombados no Bairro da Cidade Velha. Desenvolvido em quatro etapas diferentes, o *Feliz Lusitânia* constituiu uma referência em projetos de restauração no Brasil ao longo dos quase sete anos de sua implementação.

No bojo das transformações implementadas, pretendo com este estudo elucidar o alcance social desse processo. Para tanto, a escolha do Forte do Presépio justifica-se pelo fato de ter sido alvo de maior repercussão dentre todos os prédios que sofreram intervenção. A problemática aqui está alicerçada na compreensão do processo de utilização do patrimônio histórico. Por outro lado, trata-se de refletir sobre a construção de lugares e símbolos que conformam identidades coletivas e sobre os conflitos decorrentes de tais construções. Procura-se entender e explicitar como se legitimam essas intervenções, o grau de aceitação e os discursos dos diversos grupos envolvidos e a construção do mito de origem da cidade em relação ao Forte do Presépio.

Ainda que se vislumbre um vasto espectro de abordagens dentro desta pesquisa, uma vez que se pode discutir sobre indústria cultural ou os efeitos negativos da valorização do objeto que resulta do exacerbado *culto ao patrimônio* como discute Choay sobre a destruição do objeto de culto<sup>5</sup>, serão analisadas aqui três esferas desse processo: 1) o âmbito político, ou seja, como se construíram os discursos nas instâncias do poder público e as apropriações do projeto por diversos grupos políticos; 2) a repercussão do processo na mídia, como foram vinculadas nos meios de comunicação as reportagens, iconografias e debates, por entender que, a partir deles, a sociedade de maneira geral se posiciona ou é levada a opinar sobre as intervenções recentes no centro histórico de Belém; 3) a construção de símbolos e representações de identidade e memória a partir do patrimônio histórico, o que nos remete à “vertente ideológica”, assim definida por Antônio Augusto Arantes

---

<sup>4</sup> NORA, Pierre. “Apresentação”. In: AGULHON, Maurice *et alii*. *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 10.

<sup>5</sup> CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação da Liberdade/UNESP, 2001, pp. 11-29.



A constituição e defesa do patrimônio cultural têm também sua vertente ideológica. Elas são meios pelos quais se dá forma e conteúdo a essas grandes abstrações que são a “nacionalidade” e a “identidade”. Desse ponto de vista, o problema não é apenas o de preservar ou não, mas determinar o que defender e como fazê-lo. Ressoa, nesse aspecto da questão, o debate sobre concepções acerca de como se reconstrói o processo histórico (o triunfo dos vencedores ou a perspectiva dos vencidos) ou, num modo de ver mais abrangente, o problema do lugar e significação da cultura popular no contexto da cultura nacional. E, evidentemente, esses temas são, no mínimo, muito controversos, já que se trata, aqui, da face cultural do processo político de construção de lideranças morais e intelectuais legítimas.<sup>6</sup>

Neste último aspecto estão envolvidos elementos como memória, identidade e ideologia, relacionados aos bens patrimoniais, ou, o que Pierre Bourdieu denomina de “poder simbólico”, como se refere Maria Cecília Londres, quando trata das políticas públicas relacionadas à preservação do patrimônio cultural.<sup>7</sup> Nesse aspecto, ao se falar de patrimônio histórico, indissociavelmente, tem-se a relação com os elementos mencionados, uma vez que se trata de reinterpretar o passado através da ação de grupos que estão no poder público ou em instituições científicas. Os símbolos do passado, então legitimados por meio de elites intelectuais e pelo poder público, trazem pelo discurso construído acerca deles, valores que conferem identidade e memória coletiva à sociedade.

Na apresentação da obra de Marc Bloch *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, Lília Moritz Schwarcz afirma que “cada época elenca novos temas que, no fundo, falam mais de suas próprias inquietações e convicções do que de tempos memoráveis, cuja lógica pode ser descoberta de uma vez só”.<sup>8</sup> Assim, meu objeto de estudo é fruto de minha experiência no Museu do Forte, ao longo de vários anos de trabalho, mas também envolve uma discussão que é fundamental hoje em dia no Brasil e no mundo: a valorização patrimonial.

Quanto à documentação desta pesquisa, ela foi levantada junto a diversos órgãos e entidades ligados ao patrimônio cultural:

- 1) O Departamento de Patrimônio Histórico (DEPH/FUMBEL), ligado à esfera municipal, que contém pareceres, memorandos, ofícios, documentos-resposta, notificações e certificado de não aprovação do projeto;

---

<sup>6</sup> ARANTES. “Introdução”. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *Produzindo o Passado: Estratégias de construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984 p. 8.

<sup>7</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005, pp 21-22.

<sup>8</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. “Por uma historiografia da reflexão”. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 7.

2) No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através da 2ª Superintendência Regional (2ª SR/IPHAN), foram pesquisados diversos documentos como a abertura de processo, memorandos, pareceres, solicitações, notificações e ofícios.

3) O levantamento das fontes junto à esfera estadual foi feito na Secretaria Executiva de Cultura (SECULT/Pa), na própria Secretaria, no Museu do Forte do Presépio (MFP/SIM/SECULT) e no Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (DPHAC/SECULT). A pesquisa nessas instituições resultou em: cópia do Projeto Feliz Lusitânia; Memória para Intervenção na Bateria do Castelo, Projeto Forte do Castelo (1993) e acervo fotográfico do Forte do Castelo antes da restauração.

Além dessa documentação, outros materiais compuseram o conjunto de fontes deste trabalho:

1) No CENTUR foi feito um levantamento dos jornais que veicularam a polêmica da retirada do muro.

2) Foram realizadas entrevistas com alguns dos envolvidos no projeto de restauração. Com elas, não se trata de recuperar o que aconteceu no processo de Intervenção no Forte do Presépio, mas sim de perceber, na fala das pessoas envolvidas, os significados por elas atribuídos a esse processo.

3) Ao examinar o relatório da prospecção arqueológica realizada no sítio do Forte, tal incursão permitiu analisar um conhecimento específico sobre intervenção em sítios arqueológicos, bem como delinear mudanças ocorridas no projeto decorrentes das pesquisas arqueológicas.

4) Foi utilizado finalmente o *Livro de Sugestões* do Museu do Forte do Presépio. Os registros existentes nos livros foram um elemento importante inclusive no momento da concepção do pré-projeto dessa dissertação. Diversas vezes as sugestões existentes nos livros nortearam meus questionamentos, pois, foi a partir do livro que identifiquei, num primeiro momento, a inquietação, por vezes a insatisfação dos visitantes para com as transformações implementadas naquele espaço.

As fontes discutidas permitem perceber um acirrado conflito entre idéias divergentes sobre restauração e valorização patrimonial entre os órgãos envolvidos no processo de restauração de um bem patrimonial. Nesse sentido, os ofícios, memorandos e pareceres trazem argumentos técnicos, mas também políticos como se poderá constatar no decorrer da análise. O projeto Feliz Lusitânia, o projeto Forte do Castelo (anexo referente à restauração do Forte) foram analisados, uma vez que à luz dessa documentação se tem a idéia de valorização

patrimonial implementada pela SECULT, sob a gerência do Secretário de Cultura Paulo Chaves Fernandes.

A partir da compilação e análise dos dados e documentos discutiu-se como a experiência de restauração do patrimônio histórico em Belém foi além das questões técnicas e das mazelas políticas que levantou, quando do momento das intervenções. Tratou-se fundamentalmente de um processo de construção de símbolos, no qual a história é constantemente evocada, e que são resignificados pela sociedade. Quando me refiro à “resignificação” de tais símbolos quero ressaltar que, ainda que o projeto tenha seus objetivos e metas definidos, *a priori*, a sociedade se apropria e resignifica direta ou indiretamente essas construções.

O próprio decorrer do processo de restauração e a posição da sociedade em relação a ele é que vão configurar o que significou para a cidade a restauração do Monumento e a transformação dele num museu histórico, ou seja, o processo de mudança da função e da materialidade da edificação já se configura em um tipo de intervenção que deve ser analisado.

Esta dissertação está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo analisa o processo de construção das efemérides que atualmente são lembradas no museu do Forte do Presépio, e que foram arroladas ainda na fase elaboração do projeto de restauração do Forte, justificando sua importância. Fatos históricos como a chegada dos portugueses na Amazônia, a data da fundação de Belém e a construção do Forte do Presépio em 1616 tornaram-se representações consolidadas somente no início do século XX e não foram construídas sem conflitos entre os grupos envolvidos na discussão acerca dessa história oficial de Belém.

Estabelecer a correlação entre os embates contemporâneos, decorrentes do processo de intervenção no Forte e os conflitos entre os intelectuais na primeira metade do século XX pela consolidação de uma leitura histórica oficial – na qual o Forte esteve também no centro das atenções – constituiu-se em um exercício feito no sentido de mostrar que tais embates ocorrem sempre que está em pauta a disputa pela guarda dos símbolos de memória, ou, a construção dos mesmos. Para construir o primeiro capítulo foi analisada a bibliografia acerca do período discutido, bem como, pontualmente, as Revistas do Instituto Histórico e Geográfico (IHGP) que trataram do tricentenário da fundação da Cidade de Belém, momento em que se buscava construir uma versão oficial dos fatos históricos já mencionados.

No segundo capítulo foram discutidas idéias centrais relacionadas à valorização do patrimônio histórico, focando esta realidade no Centro Histórico de Belém, no sentido de

correlacionar tais idéias ao projeto de restauração do Forte. Entretanto, a discussão central do capítulo gira em torno da tramitação e implementação do *Projeto Feliz Lusitânia*, mais especificamente a fase referente à realização do *Projeto Forte do Castelo*. Os confrontos suscitados quando da restauração do Forte são nele tratados, estabelecendo principalmente os discursos das instituições envolvidas no processo. Esmiuçar a esfera técnica do processo de intervenção no Forte e analisar as justificativas existentes no Projeto para tal intervenção permitiu o entendimento dos mecanismos internos de um processo de intervenção no patrimônio histórico, a partir da experiência realizada no Forte. É enfatizada ainda no capítulo a divergência entre as instâncias do poder público, no tocante às críticas, positivas ou não, que o projeto sofreu. Vale ressaltar que é neste momento da discussão que se evidenciam também os meandros político-partidários que influenciaram o processo de restauração.

No terceiro capítulo desta dissertação a análise se construiu a partir da necessidade de novamente confrontar os discursos produzidos quando da intervenção no Forte, entretanto, num primeiro momento é traçada a correlação entre os campos de saber, história, arqueologia e arquitetura, buscando o entendimento de como são elaborados os argumentos acerca do que deve ser preservado ou selecionado para ser rememorado. Um outro aspecto contemplado no terceiro capítulo está nas interlocuções construídas acerca do Forte, tanto por pessoas que estiveram diretamente envolvidas na intervenção no monumento, quanto por pessoas que expressaram sua opinião em relação à mesma e a maneira pela qual os indivíduos se apropriaram e resignificaram a transformação do Forte em um museu. Finalmente à luz da análise sobre a construção de símbolos e representações é trabalhada, ainda no terceiro capítulo, a função simbólica de um museu histórico, de lugares de memória sob a perspectiva da importância fundamental em questionar tais lugares para entender como, e que tipo de leitura histórica eles transmitem. Especificamente foi examinada a expografia e o discurso construído no Museu do Forte do Presépio e na sala de exposição denominada Museu do Encontro.

Em retrospecto, todo o arcabouço de análise traçado nesta dissertação está permeado pela idéia que subjaz ao processo de intervenção nas heranças históricas uma reconstrução que vai além da materialidade e se espraia para a disputa pelos espólios de memória. A análise do processo de intervenção no Forte permite perceber que reconstruir um monumento, transformá-lo em um símbolo de memória, implica em considerá-lo em aspectos que vão além da *pedra e cal*.

## I. Biografias do Forte do Presépio.

Quando escolhi o tema desta dissertação pretendia discutir e entender os conflitos gerados quando da implementação do Projeto Feliz Lusitânia (1997-2002) no Centro Histórico de Belém do Pará, em especial a etapa do projeto que deu conta da restauração do *Forte do Castelo* (2000-2002), considerado marco inaugural da colonização portuguesa na Amazônia. Assim, me debrucei inicialmente na elaboração de um capítulo sobre o processo de realização da terceira etapa do projeto, denominada projeto *Forte do Castelo*, no qual procurei dar conta da esfera burocrática como processo para a restauração de um monumento histórico, e, mais ainda, delinear como questões políticas e ideológicas tecem as redes que conformam a transformação e o uso de um monumento em lugar de memória.

Entretanto, estudar o Forte atualmente, tal como me propus inicialmente, visto como um museu histórico, como um lugar de memória, que traz a narrativa da fundação da cidade de Belém e que reelabora o processo de colonização portuguesa na Amazônia e o encontro entre portugueses e nativos, não seria um exercício completo se não se pudesse revisitar a cronologia tanto do monumento, quanto dos fatos e datas que nele hoje são lembrados. Não se poderiam entender as leituras históricas que são construídas atualmente acerca do *mito de origem* da cidade de Belém, e do próprio Forte, sem identificar o processo histórico a partir do qual estas efemérides foram, efetivamente, delineadas.

O Forte do Presépio, antes do projeto Feliz Lusitânia, chamado Forte do Castelo, a despeito de ter novamente sua primeira denominação, após a realização do projeto, não é o mesmo, em seu uso e significado, do que foi em suas origens; é, portanto, resultante das transformações a que os homens o submeteram ao longo do tempo. Assim como também não foi erigido como monumento histórico, ou patrimônio histórico, mas foi se cristalizando dessa forma pelas demandas sociais que cada momento de sua história lhe impôs. Acerca da construção da idéia de monumento e monumento histórico em relação a um bem, Françoise Choay observa que

O monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos

edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte.<sup>1</sup>

Portanto, ainda que o foco deste estudo seja a intervenção no Forte a partir 2000, início do Projeto *Forte do Castelo*, terceira etapa do Projeto Feliz Lusitânia (que culminou com sua transformação em museu e que o redenominou *Forte do Presépio*), procura-se neste primeiro momento explicitar porque a escolha deste objeto de estudo e sua importância na construção do *mito de origem* da cidade de Belém e mais, em que momentos se tornaram mais latentes as disputas em torno desse mito de origem. O monumento vive, nos dias de hoje, um momento importante de sua história, emoldurando um novo capítulo para a história de Belém; recuar este estudo para alguns outros momentos dessa história é fundamental para entendê-lo em sua contemporaneidade.

Espaço de lutas da empresa colonial portuguesa na Amazônia nos idos do século XVII, o Forte tornou-se também lugar de lutas simbólicas pelas representações do passado no presente. Nesse contexto, várias são os matizes a serem analisados pelo olhar da história, que não pode se furtar a interpretar como se constroem tais representações, pois elas são constantemente evocadas para justificar diversos argumentos e discursos sobre o passado. Atualmente, o Forte tendo sido transformado em museu histórico, traz ainda mais inquietações acerca da sua função de monumento histórico e ícone de um tipo de memória e de leitura do processo histórico e de uma história oficial.

As datas, os fatos, as denominações, as interpretações do passado que hoje fazem parte da identidade histórica de Belém, e que em parte são reproduzidas no *Museu do Forte do Presépio*, foram construídas por intelectuais que se pretendiam historiadores, e assim se tornaram, cada um defendendo sua interpretação, sua seleção dos fatos, tal qual ocorre ainda hoje. É a busca de identificar um dos momentos mais emblemáticos dessa construção do mito de origem da cidade de Belém que nos leva ao início do século XX, num momento em que fervilhavam as discussões acerca da efeméride da fundação da cidade. Momento em que, considero, o Forte tinha passado por uma intervenção subjetiva, nem por isso menos conflituosa do que a do momento atual de sua intervenção material.

Retomar esse momento da produção historiográfica sobre Belém, focalizando o *lugar* do Forte naquele contexto, significa desvelar as disputas e negociações sociais pelo uso e guarda dos espólios da memória, partindo do princípio de que tais negociações e disputas em torno

---

<sup>1</sup> CHOAY. *A alegoria do patrimônio*, p. 25.

dos símbolos do passado atendem às urgências do presente.<sup>2</sup> Uma vez que não foi construído como monumento histórico, este último aspecto está mais ligado ao seu uso e aos discursos construídos a respeito do edifício ao longo do século XX e sua inscrição como patrimônio histórico. Os momentos que aqui serão pontuados estão elencados para contribuir para a análise do que o Forte se transformou, ou, foi transformado atualmente. Trata-se, portanto, de revisitar a historiografia produzida sobre o Forte, e os conflitos decorrentes disso, no início do século XX.

Além das considerações acerca da importância de se reler a própria escrita historiográfica em relação ao Forte para interpretar fatos contemporâneos que se valem da mesma, ressalta-se novamente, não bastaria somente estudar ou analisar o projeto Feliz Lusitânia, ou sua terceira etapa, o projeto Forte do Castelo para discutir apropriação pelos sujeitos históricos em relação aos monumentos. É preciso, antes de tudo, perceber que é na escrita da história que os argumentos para tal apropriação foram e são forjados. Partilhando da assertiva de que “a história é filha de seu tempo”, sabe-se que a cada tempo os sujeitos históricos produziram suas interpretações sobre o passado. Nas palavras de Peter Burke, as atividades de ler e escrever sobre o passado estão tão presas ao seu tempo quanto outras, mas, um recorte temporal é selecionado aqui para entender uma produção da escrita da história sobre as origens de Belém, a primeira metade do século XX até a comemoração do tricentenário da fundação da cidade, em 1916.<sup>3</sup>

Por fim, localizar o Forte na produção historiográfica do início do século XX se faz necessário porque foi essa produção que buscou, de maneira singular, consolidar os eventos históricos do passado, como o momento fundador da cidade; assim, esses autores construíram uma leitura histórica da Amazônia e criaram, enfim, a história-alicerce do Vale Amazônico, processo no qual o forte teve papel singular. Para dar contornos a essas efemérides, houve participação e grande embate entre os intelectuais, notadamente sobre o momento embrionário da cidade. Alguns nomes estão intimamente ligados ao momento aqui analisado, como Theodoro Braga, Arthur Vianna, Palma Muniz, Manoel Barata, entre outros, intelectuais do momento aqui recortado, homens de seu tempo, mas que se tornaram, de certa forma, homens de todos os tempos quando se trata da produção historiográfica da Amazônia.

O recorte temporal a ser prioritariamente focado será entre 1906, momento da produção da tela de Theodoro Braga, denominada *A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém*, e

---

<sup>2</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice 1990, pp. 86-87.

<sup>3</sup> BURKE, Peter. *O que é história Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 10.

1916, ano do tricentenário da fundação de cidade, para reconsiderar momentos da história do Forte. Nesses momentos, o Forte foi alvo dos olhares de pessoas ligadas à cultura, às ciências e às artes de maneira geral, momentos importantes nos quais, acredito, lançou-se em terreno fecundo as sementes da criação da idéia de patrimônio histórico sobre o Forte. No momento oportuno, a repercussão desses outros momentos será trazida à discussão, analisando-se como a produção historiográfica em muito se influenciou por eles.

Revisitando o período assinalado poderemos perceber como se construiu uma interpretação “vencedora”, que é narrada atualmente seja no Museu do Forte, seja na produção historiográfica contemporânea. Não afirmo, entretanto, que em outros períodos não se buscassem tais interpretações; o livro de Antonio Baena, *Compendio das Eras da Província do Pará* é exemplar da produção anterior ao período aqui selecionado.<sup>4</sup> Além da obra de Baena, há uma considerável produção historiográfica que campeou do século XIX ao XX e de certa forma o que hoje é produzido e reinterpretado sobre as origens de Belém, muito se vale dela.<sup>5</sup> O que se pretende, entretanto, é ancorar as efemérides que hoje são lembradas num movimento de “renovação” dos intelectuais paraenses, efetivamente no início do século XX, quando indubitavelmente a produção artística desempenhou papel inegável.

### 1.1. A construção do Forte do Presépio e o “nascimento” da cidade Belém na obra de Theodoro Braga

Entre 1906 e 1908, uma grande polêmica agitava a intelectualidade paraense, a política e vários segmentos sociais em Belém do Pará. O alvo do imbróglio era uma tela de Theodoro Braga, renomado pintor paraense, intitulada *A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém*. A tela fora encomendada para ornar o gabinete da Intendência Municipal no início do século, atual Palácio Antonio Lemos, que abriga o Museu de Arte de Belém/MABE, onde se encontra exposta. A tela trazia em sua alegoria uma série de representações que foi contestada

---

<sup>4</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. *Compendio das Eras da Província do Pará*. Belém: UFPA. Série José Veríssimo, 1969. Nessa obra fica claro, por exemplo, que a data da fundação da cidade ainda não estava definida como sendo o 12 de janeiro de 1616.

<sup>5</sup> Vários autores discorrem sobre o tema, dentre os quais podemos destacar: BAENA. *Compendio das Eras da Província do Pará*; BRAGA, Theodoro. *História do Pará: resumo didactico*. Tipografia Melhoramentos, s/d; CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: UFPA, 1973; MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: s.c.e., 1976, vol. I; TOCANTINS. Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. AMARAL, José Ribeiro do. *Fundação de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco, em 1615-1616*. Brasília: Senado Federal, 2004



por diversos historiadores, entre os quais Arthur Vianna.<sup>6</sup> Segundo Aldrin Figueiredo, através da tela, “o pintor inventou o modernismo na Amazônia”.<sup>7</sup> Seu trabalho e sua produção artística estiveram vinculados não somente ao cenário local, mas também ao nacional; assim seu contato, formação, produção, para além das fronteiras da Amazônia, pontificaram a inserção de movimentos artísticos que estavam em voga no Brasil.<sup>8</sup>

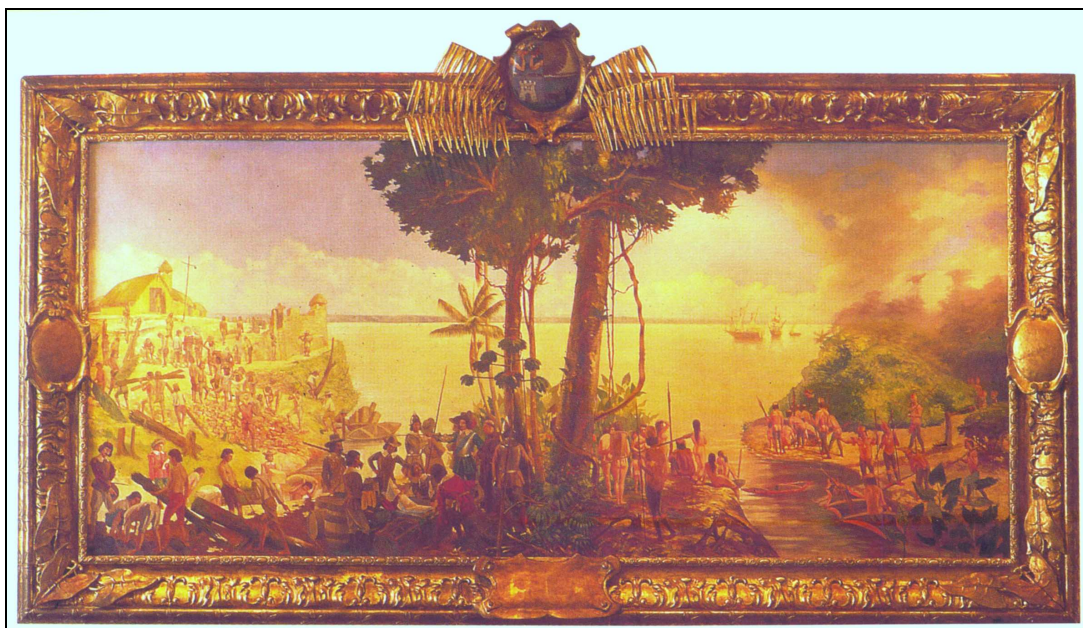


Figura 1

Theodoro Braga. *A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém*, 1908. Museu de Arte de Belém (MABE).

Para entender o contexto da produção artística de Theodoro Braga e o lugar que teve a tela histórica representando a fundação de Belém em sua obra é necessário perceber o próprio momento histórico do Brasil e da Amazônia nesse período. Na virada do século XIX para o século XX, era presente a busca da construção de uma outra identidade nacional, pautada principalmente na idéia de “civilidade”, discurso acalorado principalmente no primeiro

<sup>6</sup> Sobre Arthur Vianna, sua importância entre os intelectuais na virada do século XIX para o XX e sua produção ver: SARGES, Maria de Nazaré. “Fincando uma tradição colonial na República: Artur Viana e Antonio Lemos”. In: BEZERRA NETO, José Maia & GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, pp. 97-108.

<sup>7</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Theodoro Braga e a história da arte na Amazônia*. Prefeitura Municipal de Belém: Catálogo A Fundação da Cidade de Belém/Museu de Arte de Belém, 2004, p. 32.

<sup>8</sup> A discussão aqui construída sobre a tela de Theodoro Braga está alicerçada nos textos de Aldrin Moura de Figueiredo sobre o assunto: FIGUEIREDO. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia – 1908-1929*. Campinas: Tese de Doutorado (História), UNICAMP, 2001; FIGUEIREDO. *Theodoro Braga e a história da arte na Amazônia*; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “A gênese do Progresso: Theodoro Braga e a Pintura da fundação da Amazônia”. In: BEZERRA NETO & GUZMÁN (orgs.). *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. 2002, pp. 109-136.

quartel do século XX. Construía-se para o Brasil a própria imagem da nação brasileira; nesse contexto, a Amazônia procurava também a sua inserção. Assim:

Sob o ângulo das elites letradas da Amazônia, nas primeiras décadas do século XX, tornaram-se mais evidentes os interesses e projetos políticos no intuito de definir uma nova interpretação da história do Brasil, na qual o Norte passaria a ocupar o epicentro dos debates em torno do que poderia ser uma moderna nacionalidade.<sup>9</sup>

Fazia-se imprescindível, portanto, vasculhar costumes, locais e fatos que pudessem consolidar símbolos de identidade nacional. Em Belém, tal processo de construção de símbolos e de uma memória oficial esteve intimamente ligado à administração do intendente Antonio José de Lemos (1897-1911) quando Belém respirava ares de cidade europeizada. Segundo Nazaré Sarges, a idéia que movia os ânimos naquele momento era a de registrar os sinais da civilização nos trópicos; a cidade vivia então sua *Belle-Époque*.<sup>10</sup>

Os ícones da *belle-époque*, que em Belém foram produzidos em grande parte por Antonio Lemos, compuseram-se de luxuosos relatórios sobre sua administração; álbuns de Belém; comemorações cívicas que mostravam e divulgavam ao Brasil e a outros países que Belém era realmente a “Francesinha do Norte”. Outro elemento fundamental na imagem de Antonio Lemos e de sua administração foi o incentivo às artes, prática que o transformara em um importante mecenas para alguns artistas. É nesse contexto que foi encomendada, pelo próprio intendente, a tela de Theodoro Braga, intitulada *A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém*.

As obras de cunho histórico, nesse início do século XX, corroboravam a construção da identidade nacional, podendo-se estabelecer, em relação às telas históricas, um diálogo entre a de Theodoro Braga com outras produzidas, como a de Pedro Américo, *O Grito do Ipiranga*, e a de Antonio Parreiras, *A Conquista do Amazonas*. De maneira análoga, tais obras evocavam feitos e momentos históricos. Atualmente, essas obras expostas ao público através dos museus tiveram e têm uma função fundamental na construção de uma memória política; assim em nossos dias, o museu interpreta a obra, que por sua vez interpreta o acontecimento.<sup>11</sup>

A idéia de construção de uma “memória política” perpassou as relações entre a história, a memória e imagens naquele momento, pois os artistas nesse período não só bebiam em fontes

---

<sup>9</sup> FIGUEIREDO. “A gênese do Progresso: Theodoro Braga e a Pintura da fundação da Amazônia”, pp. 109.

<sup>10</sup> SARGES. Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

<sup>11</sup> CHAGAS, Mário. “Memória política e política de memória”. In: CHAGAS, Mário & ABREU, Regina (orgs.). *Patrimônio e Memória Ensaio Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 142.

históricas para compor imagens de fatos e datas, mas tornaram-se também o que Mário Chagas denomina de “homem-memória”, que tinham a função de dialogar, por exemplo, com o acontecimento político para retratá-lo. Segundo o autor, a memória social é uma memória articulada e essa articulação não se dá apenas por meio de palavras verbalizadas ou grafadas, mas também através de imagens. E a transmissão dessa memória implica na atualização da mesma, ainda segundo o autor na:

adoção de procedimentos, resultantes de deliberação de vontade individual ou coletiva, visando a preservação de bens tangíveis ou intangíveis [...]. Se aquilo que se preserva é concebido como suporte de informação e como alguma coisa passível de ser utilizada para transmitir (ou ensinar) algo a alguém, pode-se falar em documento e memória. Nesse caso pode-se também falar em política de memória.<sup>12</sup>

Para compor a tela, na epopéia de refazer o passado, dando feições à fundação da cidade de Belém, Theodoro Braga realizou uma vasta pesquisa bibliográfica e documental, viajando inclusive para Portugal, onde poderia investigar a história da fundação de Belém, lançando mão de documentos raros. As justificativas para perfazer uma nova incursão às fontes são claras para o artista

Vimo-nos cercados de opiniões locais e contemporâneas de conselhos de uns e observações de outros sobre o lugar, data, costumes, etc. Os livros de que lançamos mão no primeiro momento, resumidos e sem documentação bastante, combinavam-se, é verdade, entre si, mas não nos indicava fonte alguma que nos merecesse fé inabalável. Reconfortava-nos a alma a esperança de achar no estrangeiro se não algo de positivo, de claro, de testemunha ocular do desenvolvimento do fato capital ao menos documentos coevos, aproximados o mais possível do grande feito do qual brotou a nossa bela capital.<sup>13</sup>

Assim, inicia-se a tarefa para a execução da grande tela encomendada pelo intendente, fato que dava ao pintor-historiador autoridade diante da polêmica que se engendraria em torno da obra.<sup>14</sup> Os vários elementos que conformaram a composição da tela *A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém* davam contornos visuais a um momento até então somente narrado por textos escritos e fontes documentais. Assim:

Theodoro Braga havia que se preocupar muito mais com as cenas, personagens, disposições, paisagens, vestes e cores. Como uma espécie de episódio embrionário,

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, pp. 153-165.

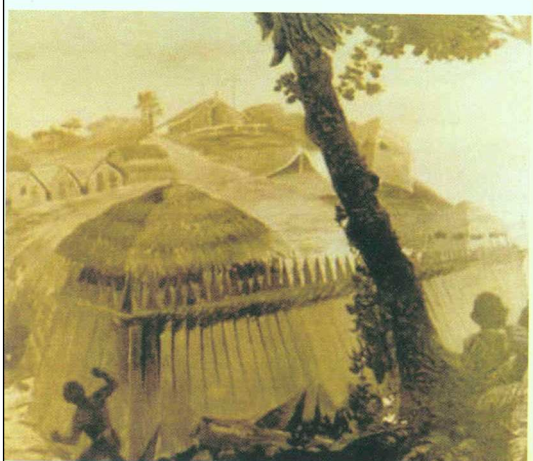
<sup>13</sup> BRAGA, Theodoro. *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. de Lemos*. Belém: Secção de Obras d’A Província do Pará, 1908, p.08.

<sup>14</sup> Alfredo Souza. “Impressões de arte: Theodoro Braga, aquarelista”. Folha do Norte. Belém, 01/11/1906, *apud* FIGUEIREDO, 2004. *Theodoro Braga e a história da arte na Amazônia*, p. 57.

o retrato da fundação de Belém era, por si só e por isso mesmo, um mito fundador da identidade nacional na Amazônia.<sup>15</sup>

Nesse contexto, ao produzir a tela encomendada, o pintor representou o Forte do Presépio, no momento referente à fundação de Belém, como sendo construído originalmente já em pedra. O artista defendia esta representação como verdade histórica; criava-se nesse momento um ferrenho embate entre os intelectuais de então, sobre o tipo de construção inicial do *marco zero* da cidade. Entre os historiadores contemporâneos ao artista era consenso que a técnica inicial utilizada para a construção do Forte era madeira e palha; tal representação chegou a ser feita pelo próprio pintor num primeiro esboço da tela.

Esboço da tela "A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém".  
Acervo: IHGSP, CTB.



Esboço da tela "A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém".  
Acervo: IHGSP, CTB.



Figuras 2 e 3

Esboços da tela de Theodoro Braga  
(*A fundação da cidade de Belém*, pp. 78-79)

A análise que cabe fazer aqui é que a imagem da cidade e a de seu administrador não poderiam estar associadas à simplicidade dos materiais supostamente utilizados na primeira construção do Forte; não faria sentido que Belém, com toda sua riqueza, tivesse nascido em uma edificação feita de madeira e palha. A construção da Fortaleza em pedra, como teria sido o desejo do próprio intendente e tal qual se perpetuou na tela de Theodoro Braga, contemplava a identidade da cidade rica e os interesses do mecenas do pintor. Antônio Lemos construía assim, através das tintas de uma obra de arte, a memória coletiva de Belém e a sua própria memória como administrador. Assim

<sup>15</sup> FIGUEIREDO. *Theodoro Braga e a história da arte na Amazônia*, p. 82.

Se para a epopéia portuguesa na Amazônia era imprescindível a solidez edificada da conquista, na imagem da fortaleza de pedra, outros fatos envoltos na trama também mereciam retoque. Na segunda cena do quadro, Theodoro Braga redesenhou a imagem dos homens que vinham na frota de Castelo Branco. Contrariando seus confrades de ofício, o novo historiador insistia que “os expedicionários não vinham nem na miséria, ao ponto de pedirem o que comer aos índios, nem desprovidos de tudo, como é corrente, a ponto de serem ajudados por piedade pelos caboclos do Guajará na construção do forte e habitações”. A imagem esquelética e indigente da aventura européia não combinava com o mito fundador da grande capital da borracha. Cabia ao pintor, reinventar, pelas tintas, uma outra imagem dos súditos de Portugal e Espanha.<sup>16</sup>

Ao produzir a tela, ancorado nos interesses que influenciaram o produto de seu trabalho, ou seja, interesses políticos e ideológicos, e não somente artísticos, o registro do artista foi além dos seus interesses pessoais, além de uma livre inspiração artística. Mais do que isso, sua tentativa de reescrever uma leitura histórica para Belém foi responsável por um embate intelectual frutífero para se ter a versão dos fatos consolidada como a que temos hoje. Como ressalta Aldrin Figueiredo

O registro do pintor vai, no entanto, muito além disso. Imbricados à narrativa dos fatos, vieram os testemunhos das tensões e conflitos em torno dessa história-alicerce. Sem essa construção, Theodoro Braga não conseguia se ver e, muito menos, situar a importância de seu trabalho. Suas escolhas, omissões e esquecimentos, são, portanto, parte fundamental de uma história da arte de seu tempo.<sup>17</sup>

A tela veio a público no dia do aniversário de Antonio Lemos, exposta no Teatro da Paz, mais um dos ícones da *Belle-Époque*. No início do século XX, construiu-se, mais do que a obra do pintor, a produção de símbolos e de uma memória permeada, já naquele momento, por debates, conflitos e polêmicas entre políticos, intelectuais, inclusive historiadores, comprovando que a memória coletiva é alicerçada numa teia social de ações e discursos, para poder ser consolidada.<sup>18</sup> Além da tela, outro instrumento importante para a análise da interpretação de Theodoro Braga sobre as efemérides de Belém foi uma espécie de texto preparado com o percurso de sua pesquisa, no qual faz uma incursão em documentos e publicações disponíveis então. Em seu *opúsculo histórico e documental* esmiúça a produção de sua tela, e, principalmente, procura desconstruir a tradição historiográfica sobre as origens de Belém, atacando principalmente o historiador Arthur Vianna. São suas interpretações e

---

<sup>16</sup> FIGUEIREDO. *Eternos modernos*, p. 25.

<sup>17</sup> FIGUEIREDO. *Theodoro Braga e a história da arte na Amazônia*, p. 39.

<sup>18</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, pp. 40-43.

suas ancoragens para reeleborar o passado que dão forma ao referido material que acompanhou a tela.

O fato de produzir dois textos interpretativos, a tela e o livro, que nos chegam contemporaneamente, seja através de um arquivo de obras raras, seja a obra em destaque num lugar de memória, nos remete à importância que ambos os textos tiveram para uma dada leitura de história em um determinado momento. Assim, a palavra e a pintura acabam construindo uma intrínseca relação, pois a pintura de Theodoro Braga hoje é o que se projeta aos olhos, mas é nas palavras do autor no livro que nos chegam as explicações de suas seleções e interpretações e segundo Foucault “por mais que se tente fazer ver por imagens, por metáforas, comparações, o que se diz, o lugar em que estas resplandecem não é aquele que os olhos projetam, mas sim aquele que as seqüências sintáticas definem”.<sup>19</sup>

Se, do universo de informações que contém a tela *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém*, foi somente mencionada a representação pictórica do Forte, do texto escrito que foi trazido a público por Theodoro Braga sobre o estudo para a tela, bem como, das várias críticas feitas sobre a produção historiográfica contemporânea ao pintor, só serão enfatizados os aspectos concernentes ao Forte. Sua preparação para compor a tela é detalhada no livro, de maneira minuciosa, como que numa maneira de imortalizar não somente a tela em si, mas também sua própria interpretação dos fatos históricos; para tanto se vale, ou melhor, se respalda em documentos históricos produzidos quando da efetivação da empresa colonial portuguesa na Amazônia, tais como relatórios, relações de viagem considerando que antes de descrever a “grande tela representando o fato histórico da fundação de nossa futura cidade guajarina”, era necessário discorrer sobre “os pródromos de sua causa” e para isto, valia-se dos tais documentos.<sup>20</sup>

Para Aldrin Figueiredo, “Theodoro Braga realizou uma verdadeira proeza na interpretação dos documentos e narrativas dos primeiros anos da conquista, para tentar comprovar que a edificação havia sido feita em pedra e não em madeira”.<sup>21</sup> De maneira geral, as idéias defendidas por Theodoro Braga, que constituíam uma contraposição à tradição historiográfica da época, contidas no livro foram enumeradas da seguinte forma pelo artista

---

<sup>19</sup> FOUCAULT, Michel de. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Portugal, 1966, p. 25.

<sup>20</sup> BRAGA, *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, p. 15.

<sup>21</sup> FIGUEIREDO. *Eternos modernos*, p. 25. Para a lista de autores utilizados por Theodoro Braga para comprovar sua tese, ver: FIGUEIREDO...

Aí estão concatenados os documentos que encontramos e que põem por terra algumas correntes e opiniões sobre vários tópicos que se ligam à fundação da cidade de Belém. Entre outros avultam, em ordem de importância os seguintes: 1º – O forte que Castelo Branco construíra juntamente com a Igreja e alguns casebres formando esse conjunto o primeiro núcleo da futura Cidade, era de pedra e não de madeira. 2º – Ao chegarem ao ponto escolhido onde fundaram Belém, os expedicionários não vinham nem na miséria ao ponto de pedirem o que comer aos Índios, nem desprovidos de tudo, como é corrente, a ponte de serem ajudados por piedade pelos caboclos do Guajará na construção do forte e habitações. 3º – Dois foram os religiosos frades que vieram com Castelo Branco na expedição, e não um vigário.<sup>22</sup>

Indo de encontro às principais produções dos Séculos XIX e XX, tais como obras de Antonio Baena, as de Arthur Vianna, de Manoel Barata, e até de um de outro autor do século XVIII, frei Agostinho de Santa Maria, Theodoro Braga assevera críticas a toda corrente de interpretação das efemérides sobre Belém. Da obra de Baena, o artista lança mão de *A sorte de Francisco Caldeira de Castelo Branco na sua fundação do Gram Pará*, de 1849<sup>23</sup>, produção considerada pelo artista como um “drama”, ainda que se em seguida apóie suas idéias no *Compendio das Eras da Província do Pará*, de 1838, o que considera como “uma obra histórica”.

Em relação à obra de Arthur Vianna, Theodoro Braga tece suas críticas, principalmente aos seguintes trabalhos do historiador: *Pontos de História do Pará*, de 1900; “Notícia histórica”, em *O Pará em 1900, Monographias paraenses*, e “As Fortificações da Amazônia” nos *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, de 1905.<sup>24</sup> Por fim, atrela as afirmações dos dois autores sobre a fundação de Belém à obra do frei Agostinho de Santa Maria de 1722. Assim afirma

Entretanto, é ainda de sua opinião, e certamente o sr. Arthur Vianna consultou, sem citar, frei Agostinho de Santa Maria porque no seu *Santuário Mariano* (1722 – *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. XII - 1885-1886) pág. XXVIII diz que “escolheu um bom sitio (Castelo Branco) em que se fortificou, fazendo um bom forte de madeira a que pôs o nome de Presépio”. É tudo que encontramos como autores, afirmando enfim *ter sido de madeira o forte* construído por Castelo Branco. Isto é: Monteiro Baena em seu drama: “*A sorte de Francisco Caldeira de Castelo Branco na sua fundação do Gram Pará*, impresso em 1849”,

---

<sup>22</sup> BRAGA. *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, pp. 28-29.

<sup>23</sup> BAENA, Antonio M. *A sorte de Francisco Caldeira de Castelo Branco na sua fundação do Gram Pará* Typ. Santos & Menor, 1849.

<sup>24</sup> VIANNA, Arthur. *Pontos de historia do Pará*. Belém: Imprensa Official, 1900; “Noticia historica”. In: *O Pará em 1900. Publicação comemorativa do IV Centenário do Descobrimento do Brasil*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900; “Monographias paraenses”. *RIHGP*. vol. 1, n. 3. (1900), p. 294; “As fortificações da Amazônia I: as fortificações do Pará”. *ABAP*, tomo 4 (1905), p. 230



Arthur Vianna em todas as suas publicações e o Padre Agostinho de Santa Maria em seu *Santuário*.<sup>25</sup>

Na análise construída aqui, é importante observar os argumentos de Theodoro Braga, bem como as justificativas para suas escolhas na produção da tela sobre a fundação de Belém e do livro que também veio a público juntamente com a tela. Considero esta análise importante para corroborar o fato de que há uma escolha que permeia as releituras dos fatos históricos, escolha esta que será influenciada por um contexto social, ou seja, o da produção do próprio autor. Os interesses, a visão de mundo, o grupo social ao qual estamos ancorados acabam por se refletir na produção. Retomando as justificativas de Theodoro Braga, o artista se vale do direito de interpretar a história e de passar aos pósteros uma “bela verdade histórica”, interpretações e verdades que foram ancoradas em interesses políticos e ideológicos. Tais meandros de qualquer forma recortam o passado e lhe conferem sentido. Nas palavras do autor, a certeza de construir uma interpretação convincente, mas principalmente, conveniente dos fatos

E quando não nos bastassem as boas quantidades e as esplêndidas qualidades dos documentos que nos guiaram nesta árdua e patriótica tarefa qual a de executar esta pintura, a nós caberia o direito de interpretar um caso obscuro e nesta hipótese, porque perpetuar um bando de ciganos naufragados a mendigar comidas e palhoças a outros pobres caboclos!!!!?... Não; a nós cabe o direito de transmitir aos pósteros uma bela verdade histórica: um punhado de heróis, ousados e valorosos, defensores dos domínios de seu Rei e das crenças de seu Deus, que, vencendo o silvícola, expulsa o estrangeiro e fortificando-se ergue uma igreja e em torno habitações, pródromos da futura e gloriosa princesa que vaidosa continua a mirar-se nas águas indomáveis da Bahia do Guajará!!!... Não é mais belo isto?<sup>26</sup>

O impacto das idéias defendidas por Theodoro Braga e a polêmica em torno delas transparecem na narrativa de renomados historiadores da época, que compartilhavam, juntamente com Arthur Vianna, da verdade, até então irrefutável, de que a primeira construção do Forte havia sido uma paliçada de madeira. Esta posição fica clara na obra de Manoel Barata (1841-1916), um desses importantes intelectuais de seu tempo, pois em um de seus trabalhos publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em que faz referência à partida da expedição de Castelo Branco do Maranhão, em 25 de dezembro de 1615, enfatiza que “desembarcando no mesmo dia da chegada, logo entrou a levantar uma ligeira fortificação de faxina de terra ou ‘cerca de madeira’”. Nas suas notas sobre o assunto, o autor, entretanto, é mais crítico às idéias de Theodoro Braga:

---

<sup>25</sup> BRAGA, *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, p. 24.

<sup>26</sup> *Ibidem*, pp. 73-74.



Os documentos manuscritos contemporâneos e os historiadores que fazem fé – e não são poucos –, são acordes em afirmar que era de madeira o chamado forte em 1616 por Francisco Caldeira. E nos vamos nessa boa companhia, deitando para o lado umas novas histórias de fancaria, que por aí se improvisam, com menoscabo de verdade, alma e esplendor de História.

O autor esclarece ainda que Johan Laet em sua obra *Novo Mundo*, registro do século XVII (1633-1640), um dos alicerces do argumento construído por Theodoro Braga, descreve o forte de 1622, edificado pelo Capitão-Mor Bento Maciel Parente; a mesma edificação que Pedro Teixeira reporta em sua Relação de viagem em 1638; “este mesmo forte de 1622 que foi por vezes reparado e reformado durante o período colonial”.<sup>27</sup> Ao passarmos em revista os vários argumentos construídos por esses intelectuais acerca das interpretações históricas, podemos perceber como se deram, e se dão, as lutas sociais pelas representações históricas, e como cada grupo defende sua visão nessas disputas.

A reflexão que não pode deixar de ser feita é que, no início do século XX, as artes paraenses, assim como as nacionais, serviram “para dar contorno visual aos eventos do passado”.<sup>28</sup> Segundo Aldrin Figueiredo, a arte produzida nesse período esteve calcada nos valores republicanos, ou numa arte nacional “um conceito que será caro aos intelectuais das primeiras décadas do século XX”.<sup>29</sup> Assim, as artes procuravam exaltar grandes feitos, momentos e heróis, entretanto, a produção de Theodoro Braga, que num primeiro momento esteve atrelada à encomenda feita por seu mecenas, permaneceu imbricada à idéia por ele defendida e cristalizada na tela.

Outras obras de cunho histórico foram produzidas pelo “pintor-historiador”; já no livro que acompanhou a exposição da tela ao público, Theodoro Braga, a despeito de toda produção historiográfica sobre o Pará, afirmava “falta-nos ainda a *História do Pará*”. Na sua obra *História do Pará – Resumo Didactico*, ao fazer referência ao forte e sua construção inicial o autor corrobora a idéia defendida na tela, de que o forte fora desde o início cuidadosamente construído:

Nesse pontal de terra mais saliente, Francisco Caldeira, desembarcando o pessoal militar e operário, deu começo logo à construção de um forte. Embora pequeno de proporções não deixara ele de ser cuidadosamente construído. Bem sabia ele a

---

<sup>27</sup> BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará – Obras Reunidas*. Belém: UFPA. Série José Veríssimo, 1973, pp. 371-73.

<sup>28</sup> Sobre a produção artística que construiu uma memória política no início da república ver: CHAGAS. “Memória política e política de memória”.

<sup>29</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “As Memórias dos tempos de Landi – arte colonial e história republicana na Amazônia, 1889-1919”. Disponível em: <<http://www.forumlandi.com.br>>. Acesso em: 16 jul. 2006

qualidade e o número de inimigos que rondavam aquelas paragens [...] um forte de forma quadrada sobre um terreno rochoso, alto de 4 a 5 braças acima do nível comum das terras.<sup>30</sup>

Por fim, sobre a atuação e a produção de Theodoro Braga é importante lembrarmos que no momento em que o artista deu a sua versão para a interpretação dos fatos históricos sobre as origens de Belém, não havia clareza em relação a uma série de efemérides, principalmente quanto ao dia da fundação da cidade. Assim a importância de sua obra reside na contribuição que o mesmo deu para a produção artística e intelectual da Amazônia – como ressalta Figueiredo, sendo “moderno sem ser modernista” – e principalmente na resposta que se produziu contra sua versão dos fatos, legado de uma geração que chegou até nós. Outro aspecto relevante que devemos ter em mente é que nenhuma seleção de fatos, de lugares, de história ou de memória é ingênua e sempre estará ancorada em interesses pessoais, políticos ou ideológicos. Este último aspecto é fundamental para entendermos os conflitos gerados também quando da restauração do Forte em 2002.

Dialogar como os embates produzidos no início do século XX sobre a construção de uma história oficial é um ponto fundamental na construção do tema aqui tratado. Tal como as idéias de Theodoro Braga causaram reações entre os intelectuais entre os intelectuais contemporâneos a sua época, do mesmo modo as intervenções realizadas recentemente foram objeto de críticas, nem sempre positivas, e divergências permeadas por relações políticas. Atualmente, entretanto, não se questiona mais o primeiro tipo de construção do Forte, assim como se tem hoje definida a data da fundação da cidade, leituras históricas que são corroboradas no museu do Forte do Presépio por meio de imagens e discursos.

---

<sup>30</sup> BRAGA. *História do Pará: resumo didactico*, pp. 53-54.

## 1.2. Embates pela consolidação de uma historiografia da Amazônia.

### Arthur Vianna *versus* Theodoro Braga

Como já foi mencionado, o alvo principal das críticas de Theodoro Braga era o ilustre historiador Arthur Vianna (1873-1911), cuja produção constituiu um legado importantíssimo para a historiografia do Vale Amazônico. Apesar de ter falecido aos 38 anos de idade, Vianna teve papel ativo nas letras paraenses, na organização da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Esteve à frente do Arquivo Público entre os anos de 1899 e 1906, nomeado pelo então governador de Augusto Montenegro. Contemporaneamente, o conjunto da obra de Vianna é muito utilizado, indo além da seara somente de historiadores e de acordo com Nazaré Sarges:

Arthur Vianna representou uma safra de intelectuais paraenses que incursionou pelos mais variados debates, desde as epidemias até uma circumspecta história do Pará. Exerceu também o *métier* de jornalista, pois nessa época os intelectuais, em geral, eram ligados ao jornalismo, considerando-se que eram os jornais e as revistas o *locus* de divulgação de seus talentos literários, além de se constituírem na porta de entrada do mundo político.<sup>31</sup>

Não se trata aqui de fazer uma biografia de Arthur Vianna; é importante, porém, ressaltar obras que narraram os aspectos sobre a origem da Belém, o que constitui, este sim, o cerne do trabalho. Assim, dos textos escritos por Vianna, destacam-se *Pontos de História do Pará* (1898); *Estudos sobre o Pará* (1899-1901); “Notícia Histórica” (em *O Pará em 1900*) e “As Fortificações da Amazônia” (1905).<sup>32</sup> Estas obras dizem respeito mais diretamente ao assunto aqui analisado.

Indiscutivelmente, a obra de Arthur Vianna e a sua interpretação das efemérides de Belém, se sobrepuseram a toda discussão de Theodoro Braga. Entretanto, este intelectual também produziu, obviamente, à luz de seu tempo e condicionado pelas exigências que o cercavam. Ou seja, mais uma vez vale ressaltar que vários fatores e interesses influenciam quaisquer produções. Sobre este aspecto das ancoragens que influenciam produções, segundo Sarges, Arthur Vianna foi considerado um intelectual de renome, sendo solicitado constantemente por seu amigo Antonio Lemos, com quem tinha “estreita ligação”; à frente do Arquivo Público do Pará entre os anos de 1899 a 1906.<sup>33</sup>

É em 1905 que o autor publica “As fortificações da Amazônia”, num dos anais do Arquivo Público, em que pese, todavia, a importância da obra de Vianna para as gerações de

---

<sup>31</sup> SARGES. “Fincando uma tradição colonial na República: Artur Viana e Antonio Lemos”, p. 97.

<sup>32</sup> Ver: SECULT/FCPTN. *Catálogo de Obras Raras* da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”, 2001.

<sup>33</sup> SARGES. “Fincando uma tradição colonial na República: Artur Viana e Antonio Lemos”, p. 97.

intelectuais que o sucederam, é importante sempre contextualizarmos o momento de sua produção e para quem o autor produziu. Assim como Theodoro Braga defendeu uma interpretação dos fatos históricos, atendendo as exigências de seu mecenas, Vianna também não escrevia em total neutralidade, uma vez que estava ligado a Antonio Lemos e a Augusto Montenegro, enfim, o autor estava igualmente atrelado ao seu contexto social e político.

Nessa obra sobre as fortificações da Amazônia, Vianna postula a construção primitiva do Forte em madeira e palha, baseado nos escritos do padre Jacinto de Carvalho, em a *Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão*: “diz ele que ‘Castelo Branco levantara um forte de madeira no mesmo local em que se via uma fortaleza arruinada’”.<sup>34</sup> Vários outros momentos da história do Forte são elencados na obra de Vianna, e foram usados na cronologia do projeto *Forte do Castelo*, dando conta de suas intervenções e reformas. Se por um lado, Theodoro Braga tinha seus interesses e suas ancoragens ao delinear suas representações dos fatos históricos, parte da produção de Arthur Vianna também estava marcada por tais contingências.

Assim como é importante analisar a obra de Theodoro Braga considerando o lugar de onde o autor escreve para entender suas escolhas, da mesma forma há que se entender a obra de Arthur Vianna. Ao discorrer sobre uma das obras de Vianna, *Pontos de História do Pará – 1616-1816*, publicada em 1898, Sarges resalta os significados da referida obra inclusive pela seqüência cronológica dos fatos históricos mencionados pelo autor. Assim, segundo a autora

De acordo com seu propósito, *Pontos de história do Pará* era uma obra dedicada aos estudantes, glorificadora de grandes feitos, homens e instituições como bem convinha ao intendente Lemos; era desprovida de qualquer análise crítica. Aqui está muito claro que uma das intenções da obra era não somente recuperar, mas sobretudo solidificar o nosso passado, afinal um povo civilizado carece do mito de origem. (SARGES, 2002, p. 103).<sup>35</sup>

Interpretar, solidificar, ou, dar feições ao passado foram tarefas levadas a cabo pelos intelectuais aqui citados, seja pelas tintas de um Theodoro Braga, ou pela escrita de Arthur Vianna, mas, devemos entender tal tarefa como representações e apropriações. Enfim, uma leitura histórica foi sendo construída, e se construiu, como fruto das dinâmicas sociais. Assim, os conflitos, negociações desse momento da virada do XIX para o XX, e as idéias consolidadas aí permeariam as interpretações historiográficas futuras na Amazônia. Na busca

---

<sup>34</sup> VIANNA, Arthur. “As Fortificações da Amazônia”. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, tomo IV (1905), p. 230.

<sup>35</sup> SARGES. “Fincando uma tradição colonial na República: Artur Viana e Antonio Lemos”, p. 103.

desse processo de consolidação do passado e de uma história oficial, foi a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1900. O Instituto consolidou-se como a intuição responsável por “produzir proveitosos trabalhos relativos à História, Geografia, e Etnologia do Pará”.<sup>36</sup>

Quando o Instituto foi fundado em 1900, fez parte de sua diretoria Arthur Vianna, ocupando o cargo de 1º secretário, assim ligado à instituição responsável por produzir trabalhos sobre a história da Amazônia, e ainda à frente do Arquivo Público, o historiador contribuiria para organização de uma história oficial de Belém e da Amazônia. Uma versão do passado que seria consolidada entre os anos de 1915 e 1917, com as comemorações do tricentenário da fundação de Belém. Já no momento do tricentenário participaram dessa construção além de historiadores, jornalistas, artistas, literatos, como ressalta Figueiredo, “tudo, ou grande parte, do que sabemos sobre o passado, a começar pelas legítimas fontes da história, foi forjado pela arrumação, seleção, compilação e ‘descoberta’ desses literatos-historiadores”. Assim:

A história, mais do que qualquer outro tema, passou a ser o ponto de convergência das preocupações e dos diálogos de então. Nesse aspecto, Theodoro Braga teve, mais uma vez, forte projeção sobre o roteiro das comemorações e das publicações que ocorreram a partir de 1915. Até aí nenhuma novidade. O surpreendente nessa história foi como se deu esse processo de gestação dessa nova leitura da história nacional, sob a espreita amazônica. De fato, esses intelectuais estavam construindo, a partir de suas memórias individuais, aquilo que eles acreditavam representar a história para a nação como um todo.<sup>37</sup>

Revisitar, portanto, o momento em que se consolidaram as efemérides que hoje são narradas na historiografia e mais recentemente no museu do Forte do Presépio – fundação da cidade, chegada da frota do Castelo Branco, o início da construção do Forte, a Feliz Lusitânia – é fundamental para entendê-las como resultado de um esforço de uma determinada geração de intelectuais, mas também como resultado de um processo de conflitos e negociações para saber que memória oficial estaria sendo entronizada tanto naquele momento, quanto a que recebemos como herança.

Não houve momento mais favorável à entronização de uma memória e uma história oficial de Belém do que os trezentos anos da fundação de cidade; os preparativos para este momento iniciam-se em 1615. Neste cenário Theodoro Braga, mais uma vez é uma das figuras de

---

<sup>36</sup> INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ *Instituto Histórico e Geográfico do Pará: Cem anos de história*. Boletim Informativo. Belém, vol. I, 2000.

<sup>37</sup> FIGUEIREDO. *Eternos modernos*, pp. 31 e 57.

destaque não somente como pintor, mas também como historiador, conclamando os intelectuais a colocarem Belém no mesmo patamar que as principais capitais do país, a começar pela valorização e consolidação de sua própria história. Neste sentido:

O grito aberto ecoou de pronto. Não exatamente com a criação do museu histórico, mas com uma comissão para organizar as festas do tricentenário da cidade. Eram 12 representantes diretamente envolvidos com o evento, sob a presidência de um velho amigo de Theodoro Braga, o Dr. Ignácio Baptista de Moura, engenheiro e historiador de renome na capital do Pará Também participavam os senhores Luiz Estevam de Oliveira, juiz do Tribunal de Justiça do Estado e representante do presidente da República, Venceslau Braz; o Dr. Antonio Pinheiro, intendente de Belém; o Dr. Carlos Cotello, representante do governo português; o Dr. Raymundo Vianna; João Affonso do Nascimento, pintor, jornalista e crítico de arte; o Dr. Emílio do Amaral; o Dr. Henrique Santa-Rosa, diretor da Port of Pará; o Dr. João de Palma Muniz; o Capitão Olavo Vianna e o coronel Raymundo Brasil, representantes militares; além, é claro, do próprio Theodoro Braga.<sup>38</sup>

Os resultados dessa empreitada foram diversas publicações que procuraram se apoiar em documentação e dar conta dos três séculos de existência da cidade de Belém, tais como o *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916*.<sup>39</sup> A exemplo também dessas publicações no período do tricentenário de Belém e das discussões entre historiadores, cronistas, jornalistas e artistas sobre as origens e a data da fundação de Belém é importante indicar a produção de José Ribeiro do Amaral, em sua obra sobre expedição de Castelo Branco que daria origem à fundação da cidade.<sup>40</sup> A obra do historiador maranhense foi produzida às vésperas da comemoração do tricentenário da cidade de Belém em 1916, e pela narrativa do autor percebe-se que ainda não havia consenso sobre a data da chegada da frota de Castelo Branco e da fundação da cidade:

O nome de *Belém* naturalmente deu-lhe Caldeira em memória do dia 25 de dezembro, sob cujos auspícios desferrara a expedição do porto de São Luís. Qual, porém, a data de sua chegada ali, em que dia, sim, teria aportado Francisco Caldeira ao local, onde se ostenta hoje a formosíssima *Belém* do Pará? É a pergunta essa que, primeira, muito naturalmente acudirá ao espírito de todos os que se acham empenhados neste grandioso certame.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>39</sup> *Anuario de Belém em comemoração do seu tricentenário. 1616-1916. Historico, litterario e commercial. Organizado, em collaboração, por um grupo de intellectuaes, por iniciativa do Eng. Ignacio Moura.* Belém: Imprensa Oficial, 1915.

<sup>40</sup> Ribeiro do Amaral, historiador maranhense, produziu a obra referida em 1915, como contribuição aos festejos do tricentenário da cidade.

<sup>41</sup> AMARAL. *Fundação de Belém do Pará*, p.73.

Esta mesma produção, ao longo do século XX foi responsável por cristalizar a data de 12 de janeiro de 1616, como a da fundação da cidade de Belém. Segundo Figueiredo, a maioria dos historiadores, até o início do século XX, aludia que a fundação teria ocorrido em três de dezembro de 1615.<sup>42</sup> Assim, no tricentenário de Belém comemorado em 1916, as solenidades ocorreram, como ressalta Ribeiro do Amaral, de 24 de dezembro a 8 de janeiro do ano seguinte.<sup>43</sup> Sobre este fato o autor faz observações quanto à impossibilidade de se ter realizado a viagem em 14 dias. Por outro lado, a historiografia produzida já na segunda metade do século XX, postula a data em 12 de janeiro, contando-se então 18 dias de vigem da referida expedição.

Tendo em vista a importância do Instituto Histórico e Geográfico como instituição responsável por balizar a história oficial sobre a Amazônia, é em suas publicações que podemos rastrear os debates sobre a consolidação da data da fundação da cidade que até o tricentenário de Belém ainda estava envolta em um mistério insolúvel. Na revista do Instituto de 1917, ano que ainda se respirassem os ares da comemoração do tricentenário, ano também da reinstalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, um dos artigos deixa clara esta empreitada para consolidar a data da fundação. Em seu trabalho para a revista, intitulado “Ressurreição Histórica – Ao egrégio historiador Rocha Pombo”, Pedro d’Almeida Genú, membro do Instituto Histórico e da *Universidade della Sapienza de Roma*, afirma:

Dedico essa parcela do meu trabalho ao insigne patricio que, no interesse de ver de perto a arena em que se desenrolou até hoje o soberbo papiro da nossa história, vem de muito longe colhendo, aqui e ali, subsídios reais ao seu honroso trabalho, dilema que um dia cingirá nosso progresso, não tive outro intuito senão fornecer-lhe uma nota oportuna, que talvez sirva para lançar um raio de luz sobre as paginas que de tão boa vontade, vem dedicando ao Pará e a este extremo norte abandonado. E assim foi que tive ocasião de dirigir-me ao nosso respeitável INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO para que se digne interessar-se junto à sapientíssima comissão encarregada de julgar as MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA FUNDAÇÃO DE BELÉM, afim de que o ilustre hóspede possa acima de outro qualquer subsídio levar o da verdadeira data da fundação da nossa capital, questão por várias vezes debatida e até hoje infelizmente ainda não cabalmente resolvida, feito que, irrefutavelmente, se realizou a 26 de janeiro de 1616.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> FIGUEIREDO. *Theodoro Braga e a história da arte na Amazônia*, pp. 81-83. Nas notas deste trabalho, o autor discorre sobre as diversas correntes que discutiam a data exata da fundação da cidade de Belém, relacionando tal discussão como um momento de construção de memória.

<sup>43</sup> AMARAL. *Fundação de Belém do Pará*, p. 73.

<sup>44</sup> GENÚ, Pedro d’Almeida. “Ressurreição Histórica”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Ano I (1917), pp. 97-100.

Pelo trecho transcrito da revista do IHGP, até então não havia um consenso quanto à data exata da fundação da cidade, entretanto, o 12 de janeiro aparece em publicações do IHGP posteriores à década de 1920. A elucidação deste grande imbróglio tem referência em uma das revistas da mesma instituição; em um dos artigos da revista publicado em 1926, Henrique Santa Rosa vincula em seu trabalho os 18 dias de viagem da frota de Castelo Branco, mencionando a relação de Andrés Pereira, mas também uma publicação contemporânea de Capistrano de Abreu, asseverando assim a data da fundação em 12 de janeiro de 1616. Segundo Santa Rosa:

Com a relação de Andrés Pereira e outras que a confirmam, tem sido resolvida a controvérsia, quanto à data de partida da expedição de Castelo Branco, assinalada pela data do Natal. Quanto ao tempo da viagem, que só ultimamente pelos prolegômenos de Capistrano de Abreu a um dos capítulos do Livro V da história do Frei Vicente de Salvador, foi indicado; a ele se refere claramente a correspondência d'El-Rey, Arcebispo de Lisboa ao Governador Gaspar de Souza, em 6 de Setembro de 1616 [...]: *Receby carta de doze de abril deste anno em que me dá conta haver chegado a elle a salvamento cõ os tres navios cõ que partio em 18 dias cõ a Armada a entrar pello primeiro braço que aquelle rio faz [...]*. Não sendo comum o ato de desembarque ao mesmo dia da chegada, pode se afirmar com Capistrano de Abreu que em 12 de janeiro de 1616 foi iniciada a fundação da cidade de N. S. de Belém.<sup>45</sup>

Aludir à data da fundação da cidade é importante na medida em que esta e outras efemérides são constantemente indicadas nos argumentos do projeto Feliz Lusitânia, e mais especificamente na terceira etapa deste, o Projeto Forte do Castelo. Tais efemérides hoje são lembradas como se já tivessem nascido prontas; mostrar como elas se constroem e se consolidam nos faz ter a certeza que há diversas maneiras de se interpretar o passado e que este é um processo constante em nossa sociedade. Como afirma David Lowenthal (1998, p.64) “tomamos consciência do passado à medida que lembramo-nos das coisas, lemos ou ouvimos histórias e crônicas, e vivemos entre relíquias de épocas anteriores”.<sup>46</sup>

Ainda no contexto dos preparativos para o tricentenário de Belém, uma outra obra de Theodoro Braga deve ser mencionada. Ligado a uma realidade mais ampla, que era a dos processos de construção de identidade no Brasil como um todo, Theodoro Braga, em sua obra *Apostillas de historia do Pará*, chamava a atenção para o fato de que todas as grandes regiões do Brasil contavam com museus históricos. Ao mesmo tempo, apontava para a necessidade de

---

<sup>45</sup> SANTA ROSA, Henrique. “Conquista do Norte – O Gram Pará”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. vol. V, (1926), pp. 39-54.

<sup>46</sup> LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado”. *Projeto História*, nº 17 (1998), p. 64.



um museu histórico em Belém, tal fato, note-se, ainda em 1915. Assim Theodoro Braga considerou que:

Um museu paraense não seria senão uma sólida parcela da grande e gloriosa História Brasileira. O momento auspicioso que se aproxima de solenizar o tricentenário da fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará, vem corroborar ainda mais a necessidade que tínhamos, e que temos, agora e sempre, de um museu regional, que cabe e se impõe dentro das muralhas do Forte do Castelo, o último vestígio existente do nascimento de nossa capital, porque aí que o grande fato se passou, embora a construção atual não seja dele contemporânea. Precisamos de um museu onde o público vá, cotidianamente gratuitamente aprender a história de Belém, a história do Pará, seus feitos e seu evoluir nos três séculos que conta de existência.<sup>47</sup>

Retomar a citação de Theodoro Braga sobre o Forte e marcá-la na cronologia da edificação significa, fundamentalmente, um exercício que procura mostrar que em outros momentos, foi cogitada, para o Forte, uma finalidade análoga à que a edificação tem hoje. Considerando os dois recortes temporais, pode inferir-se que não foi somente no século XXI que se dispensou à edificação o estatuto de um símbolo de memória. Algumas expressões do pintor-historiador remetem ao uso que foi atribuído e ao sentido de discurso que foi dado ao Forte nos dias de hoje, a partir do Projeto Feliz Lusitânia. Quando considera o Forte como *vestígio existente do nascimento de nossa capital* corrobora, assim, como na tela pintada pelo artista, para a consolidação do *mito de origem* da cidade de Belém.

*Precisamos de um museu onde o público vá, cotidianamente gratuitamente aprender a história de Belém*, afirmou Theodoro Braga. Quem não associaria tal assertiva com as idéias de construção de museus e de lugares de memória tão presente em nossos dias? Tanto quanto sua produção artística, a produção literária do autor perpassava igualmente por construções e valorizações sobre o passado e a história que dessem conta da identidade local, mas ligada também ao contexto nacional. A narrativa do cronista e pintor Theodoro Braga, sobre os acontecimentos referentes ao momento do nascimento da cidade de Belém dá conta de que:

Nesse pontal de terra mais saliente, Francisco Caldeira, desembarcando o seu pessoal militar e operário, deu começo logo à construção de um forte [...]. À fortaleza deu-se o nome de *Presépio*, à pequena povoação deu-se a denominação de *Nossa Senhora de Belém*; à modesta igreja, construída dentro do recinto da fortificação ficou sob a invocação de Nossa Senhora da Graça e à terra chamou-se de *Feliz Lusitânia*. E assim, a partir de 12 de janeiro de 1616, começou a viver a que

---

<sup>47</sup> BRAGA. “O valor das relíquias históricas, como principal meio de incentivar o patriotismo e esclarecer os pontos de Historia Regional”. *Apostillas de Historia do Pará*. Pará: Imprensa Oficial do Estado, 1915, p.74.

mais tarde teria de ser a cidade-capital da Amazônia, no estuário do maior rio do mundo.<sup>48</sup>

Note-se que, numa produção posterior, a obra de Theodoro Braga já traz as referências à data que se comemora contemporaneamente a fundação da cidade, num claro resultado das discussões historiográficas desenvolvidas no início do século XX. Na mesma referência, o autor já menciona a construção de muralhas de cantaria e de um fosso seco no forte no momento da fundação do núcleo colonizador, contradizendo a narrativa corrente sobre as origens da cidade e do forte.<sup>49</sup> Outro ponto importante para se considerar é que a reafirmação sobre a construção inicial do forte foi feita em uma obra que não iria circular somente no Pará, mas também em outros estados. O livro *História do Pará* foi produzido pelo autor para fazer parte de uma coleção de história sobre cada estado da federação brasileira, editada pela *Companhia Melhoramentos* de São Paulo. Assim, a construção do autor sobre a história de Belém e do forte se consolidaria também para além dos limites do Pará.

Se o início do século XX até sua primeira metade, o período foi de consolidação de uma historiografia que influenciaria as gerações vindouras, cabe fazer uma rápida incursão sobre a tradição historiográfica que foi imediatamente influenciada por esta primeira, enfatizando como os fatos acerca do Forte são narrados por esta outra corrente. Vale ressaltar que o legado da produção de Arthur Vianna, Theodoro Braga e outros é notadamente marcante nesse segundo momento; em relação ao Forte e sua construção, entretanto, prevaleceram as narrativas de Arthur Vianna. Como assinala Figueiredo “apesar do esforço de Theodoro Braga, a totalidade dos historiadores futuros, sem exceção, confirmaram a tese de Arthur Vianna, entre eles Ernesto Cruz e Arthur Cezar Ferreira Reis.” (FIGUEIREDO, 2001. p. 41)

Assim para efeito de análise acerca de quais narrativas se consolidaram e foram utilizadas pelas gerações posteriores de historiadores, passemos em revista esta produção mais recente. Confrontando as narrativas, encontramos na obra do memorialista Leandro Tocantins, *Santa Maria de Belém do Grão Pará*, cuja primeira edição foi no ano de 1963, a referência à fundação da cidade de Belém em 12 de janeiro de 1616; Tocantins constrói uma justificativa para denominação de Feliz Lusitânia à terra conquistada, assim, segundo ele:

A cidade NASCEU a 12 de janeiro de 1616. Uma expedição marítima viera de São Luis do Maranhão para conquistar as terras do Grande Rio e Império das Amazonas, onde as andanças comerciais de franceses, ingleses, irlandeses, holandeses ameaçavam o domínio luso. [...] Sempre generosos na distribuição de nomes

---

<sup>48</sup> BRAGA. *História do Pará: resumo didático*, pp. 54-56.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 54.

evocativos, os portugueses designaram a terra de Feliz Lusitânia, a lembrar que a conquista era lusa, embora Portugal e Espanha estivessem unidos pelo mesmo cetro real.<sup>50</sup>

Tocantins afirma a data da Fundação de Belém e a primeira denominação do núcleo colonial, como se tais lugares de memória fossem propalados desde tempos imemoriais, por isso a importância de localizar no tempo o momento em tais interpretações históricas foram construídas. O autor segue ainda a narrativa de Arthur Vianna, no que se refere à primeira edificação do Forte, afirmando a construção do mesmo como uma paliçada. Numa linguagem poética o autor enfatiza ainda que “Caldeira Castelo Branco viera de São Luis atraído pelo brilho da estrela de Belém que iria nascer no Forte do Presépio, nome primitivo da praça-d’armas”.<sup>51</sup> Compartilha da mesma narrativa Augusto Meira Filho, outro historiador de significativa produção sobre a Amazônia, ao se referir à justificativa para a escolha da denominação de Presépio ao forte em 1616

Alcançando o topo daquele promontório, providencialmente escolhido para o primeiro encontro com a região, as forças portuguesas tomam posse da terra, levantam uma paliçada à guisa de “fortim”, ao qual denominam “Presépio”, relembrando a data de 25 de dezembro de 1615 em que haviam partido de São Luis para aquela conquista.<sup>52</sup>

Na produção historiográfica das décadas de 1960 e 1970, há que se destacar a figura de Ernesto Cruz, um dos principais autores que marcaram em seus textos a principal efeméride de Belém: a data da fundação da cidade. Segundo o autor, “navegando sempre pela costa e dando fundo todas as noites, gastou o capitão português dezoito dias de viagem pois chegou a Belém no dia 12 de janeiro de 1616”.<sup>53</sup> O autor defende também o que foi postulado por Arthur Vianna e Manoel Barata sobre a construção do Forte em madeira e palha:

Foi construído um Forte de madeira, com o nome de PRESÉPIO, homenagem de Castelo Branco ao dia festivo – 25 de dezembro de 1615 – Natal de Jesus, data da sua partida de São Luís para a fundação do Pará. O sr. Theodoro Braga [...] afirma que o Forte construído por Caldeira [...] ERA DE PEDRA e NÃO DE MADEIRA. Engano do cronista.<sup>54</sup>

Assim se construíram as leituras sobre o passado e sobre as origens de Belém, através de um processo de elaboração e reelaboração da história. Tratou-se, tanto quanto modernamente

---

<sup>50</sup> TOCANTINS. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará*, pp. 73-74.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>52</sup> MEIRA FILHO. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*, p. 53.

<sup>53</sup> CRUZ. *História de Belém*, vol I, p. 14.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 15.

pelo Projeto Feliz Lusitânia, de apropriação e de representações acerca da realidade dos acontecimentos históricos. Acontecimentos interpretados e reinterpretados, pelos textos de tantos autores que, ao se ocuparem dessa construção, deixam clara a importância fundamental que o passado desempenha no presente. Nesse sentido, para analisar uma intervenção no presente, intervenção que transforma edificações históricas em lugares de memória, foi necessário revisitar o momento em que foram construídas determinadas leituras da história, que respaldaram a intervenção do presente.

Ainda que pareça repetitivo, ou exaustivo, evocar, por meio da bibliografia, o mesmo momento histórico, este exercício é uma tentativa de mostrar a narrativa de vários autores, à sua época, sobre o Forte, e o seu *lugar* na conquista da portuguesa na Amazônia. Trata-se também, de analisar essa espécie de batismo da cidade, de seu nascimento construído depois de quase três séculos de sua fundação. É a narrativa da epopéia portuguesa na Amazônia, recontada, recriada e reapropriada em diversos momentos, como está sendo novamente reafirmado no Projeto Feliz Lusitânia, exaltando marcos da colonização e do colonizador.

É importante entender que as diversas narrativas citadas até aqui não são neutras; cada uma delas foi sendo construída para responder a uma determinada inquietação ou a uma determinada necessidade; são textos que respondem aos questionamentos do presente, como ressalta Roger Chartier, “nenhum texto – mesmo aparentemente mais documental, mesmo o mais objetivo [...] – mantém uma relação transparente como a realidade que pretende”.<sup>55</sup> Assim podemos arrolar a narrativa sobre as origens de Belém, e o *lugar* do Forte dentro dessa narrativa. Atualmente, no Museu do Forte do Presépio, todo discurso construído em um outro momento histórico é trazido à tona, e se revela importante, portanto, para entender tais construções.

### 1.3. A cronologia do Forte do Presépio no Projeto Feliz Lusitânia: a seleção pela materialidade.

Quando da elaboração do projeto de restauração do Forte, foram produzidas várias pesquisas por uma equipe multidisciplinar, que envolveu historiadores, arquitetos, arqueólogos e outros técnicos; como resultado, o projeto conta com um levantamento histórico sobre o monumento, com uma cronologia das transformações que sofreu e, posteriormente, as pesquisas foram publicadas em forma de artigos no livro editado pela

---

<sup>55</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 90.

Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará.<sup>56</sup> O levantamento histórico sobre o monumento, o qual abarcou uma pesquisa bibliográfica e documental, traz referência à narrativa dos vários autores citados e que notadamente consolidaram as interpretações sobre as origens de Belém e do Forte.<sup>57</sup>

Podemos então confrontar a produção historiográfica que discutiu as origens de Belém e a construção do Forte, com a cronologia que foi produzida sobre o Forte, para perceber os recortes e seleções que foram feitos pelos elaboradores da referida cronologia. Considerando que toda escrita é fruto de uma seleção, a pesquisa realizada sobre Forte, ou produzida na elaboração do projeto de restauração, destacou-o como lhe foi pertinente, adaptando-se às novas circunstâncias. Estas novas circunstâncias referem-se a sua transformação em patrimônio restaurado e museu histórico, em local atraente ao público que o freqüentaria a partir de então.

Através do quadro cronológico do Forte existente no projeto Feliz Lusitânia pode-se também perceber as versões sobre o passado que foram cristalizadas como verdade histórica, agora, entretanto, tendo a clareza de como cada um desses fatos foi elaborado, considerando todos os embates historiográficos em torno dos mesmos. Mas, por se tratar de um projeto de restauro arquitetônico, a referida cronologia privilegiou a evolução construtiva do monumento. Abaixo, a cronologia do Forte, tal qual consta do projeto Feliz Lusitânia, para o projeto de restauração do Forte.<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> A referida obra veio a público somente em dezembro de 2006 e foi consultada no final desta pesquisa, entretanto meu acesso às produções foi via órgãos do patrimônio, onde conta o próprio projeto Feliz Lusitânia, e o anexo específico do projeto Forte do Castelo.

<sup>57</sup> Textos elaborados pelos pesquisadores envolvidos no Projeto: “Levantamento Histórico do Forte do Presépio”, elaborado por Fernando Luiz Tavares Marques, arqueólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi; “Memória para Intervenção na Bateria do Castelo”, elaborado por Mário Mendonça de Oliveira, membro do Núcleo de Restauração e Preservação da Universidade Federal da Bahia; “Forte do Castelo: Cenários e Enredos Culturais”, elaborado por Geraldo Mártires Coelho historiador da Universidade Federal do Pará, entre outros.

<sup>58</sup> SECULT/PA, Projeto Feliz Lusitânia, Anexo IV – *Forte do Castelo/Memorial para Intervenção na Bateria do Castelo*. As referências são transcrições do próprio projeto, por isso, em alguns aspectos, não seguem uma padronização específica. Entretanto, para oportunizar referências mais completas das obras citadas, foram inseridas notas nas transcrições do quadro cronológico, sem, no entanto, alterar a transcrição do mesmo, tal como consta no Projeto *Forte do Castelo*.

**1616**

Edificado em madeira

- “Ajudados pelos tupinambás, levantou-se uma dupla linha de paliçada, repleta de areia, formando, um parapeito do lado do mar, onde se montaram dez peças da artilharia das que trouxeram da frota” (Obs: esta descrição acha-se em Fr. Agostinho de Santa Maria Jaboatão<sup>59</sup>, Aires do Casal, Constâncio Abreu Lima, James Anderson, David Warden, Manoel Barata<sup>60</sup>, e vários outros).
- O Capitão Francisco Frias da Mesquita, engenheiro-mor do Brasil, traçou o plano para o forte. (GENU, 1929)<sup>61</sup>
- Em seu interior foram construídos uma capela e alguns casebres para abrigar os soldados (BRAGA, Teodoro. A Fundação da Cidade de Belém, *apud* CRUZ, 1973)<sup>62</sup>.
- “Como era comum naquele tempo, Francisco Caldeira Castelo Branco, no dia seguinte (13. 01.1616) inicia a construção de um pequeno forte, edificado a pau-a-pique e coberto com folhas de palmeiras”.
- “Diversas peças foram sobre ele assentadas, inclusive duas encontradas nas imediações, deixadas por La Ravardière. No seu interior foi erguida uma capela, sob a invocação de N. Sra. das Graças”.
- “Ao forte foi dado o nome de São José, para depois ser mudado para Presépio e, em seguida, para Castelo do Senhor Santo Cristo”.<sup>63</sup>

**1617**

- Transferida a 1<sup>a</sup> capela para a área externa do forte. Passou a ser chamada Capela do Senhor Cristo.<sup>64</sup>

**1621-1626**

- Ainda sob a administração de Bento Maciel Parente foi reconstruído o Forte do presépio em taipa de pilão “com portados de cal y canto, y petição dirigida por Bento Maciel Parente ao rei do Portugal D. Philippe III”. Doc. originais – Cel. C. Mendes.<sup>65</sup>
- “Na ocasião foi construída ali uma capela ao Santo Cristo também a taipa de pilão. Ficava situada ao lado ocidental da Praça da Matriz, para onde fazia frente, entre o fosso do forte e o ângulo setentrional do prédio (posteriormente edificado) de Domingos Barcelar...”. (BARATA *apud* MEIRA FILHO).<sup>66</sup>
- “Bento Maciel que foi Senhor Capitão Mor da capitania do Pará, de 1621 a 1626, depois do ter mandado reconstruir o forte [...], fazendo-o de pilão da parte do mar e do rio Piry-Una, e de cestões da parte de terra onde haviam habitações [...]”. Frei Cristovão de Lisboa em Razão das Cousas do Estado do Maranhão<sup>67</sup>.

---

<sup>59</sup> *Santuário Mariano* (1722 — Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. XII - 1885-1886).

<sup>60</sup> BARATA. *Formação Histórica do Pará*, p. 371.

<sup>61</sup> GENU. “Ressurreição Histórica”.

<sup>62</sup> CRUZ. *História de Belém*, Vol. I, p 19.

<sup>63</sup> BARROSO, Vieira. *Forte do Castelo: sua breve história*. Belém: Imprensa Oficial, 1958, pp. 18-19.

<sup>64</sup> MEIRA FILHO. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. vol. I, p. 61.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 133.

<sup>67</sup> *Ibidem*, pp. 201-203.

- Bento Maciel parente da forma quadrada à construção, reveste-a com paredes de taipa-de-pilão (1623).<sup>68</sup>

## 1622

- Bento Maciel Parente manda reedificar o Forte, já arruinado conferindo-lhe forma quadrangular.<sup>69</sup>
- “*Na parte extrema e justa fluvial do lugar em que estava aquella cerca de madeira, fez bento M. Parente construir em 1622, um forte de taipas de pilon, com portados de cal y canto, y trez baluartes com su cavas, y mas fortificaciones a lo moderno*” como escreve, textualmente, o mesmo Maciel Parente, no seu memorial apresentado a Felipe IV (1627). Pesquisas de Manuel Barata In: LAET, Johan de. *Novo Mundo* (1633 a 1640), descrevendo o forte; TEXEIRA, Pedro, 1638. *Relação de Viagem envida de Quito a Lima ao Vice-Rei do Peru*.<sup>70</sup>

## 1624

- “A Fortaleza da Cidade de Belém (antigo Forte do Presépio) levantada por Bento Maciel Parente era de taipa de pilão, com 90 braças de muralha pela parte da terra, de sete palmos de grossura, e 17 de altura, com 3 baluartes e petriles (sic) todo de hormigon (sic) com suas guaritas, planchadas e reparos, corpo de guarda, cestones (sic) alongamentos. Portadas de cal y canto, armazens para munições e fora della outro armazém de respeito (sic)”
- Sai na obra “Relaçõ Sumaria das Coysas do Maranhão”, escrita pelo capitão Symão Estácio da Silveira. Dirigida aos pobres deste Reyno de Portugal. Lisboa. 07.03.1624.<sup>71</sup>

## 1630

- Segundo informação prestada à Corte por Bento Maciel parente, Governador do Estado, o *Forte encontre-se “desmantelado”*. Solicita no documento a sua restauração. Informação de Bento Maciel Parente prestada à corte em Madri, no ano de 1630. Manuscrito da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Pasta 1, doc. n 3 da Coleção Biblioteca e Arquivo Público do Pará.<sup>72</sup>

---

<sup>68</sup> GENÚ, Pedro d’Almeida. In: Ignacio Moura (org.), *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: historico, artistico e commercial*. Belém: Imprensa Official, 1915. p. 229.

<sup>69</sup> BARROSO. *Forte do Castelo: sua breve história*, p. 29.

<sup>70</sup> BARATA. “Apontamentos para as efemérides paraenses”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, vol. III (1921), p. 19.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>72</sup> CRUZ. *História de Belém*, vol. I, p 22.

**1647**

- *O Forte permanece abandonado*. Carta remetida à Corte Portuguesa, datada de 02.01.1647, por Sebastião Lucena de Azevedo, Capitão-mor do Pará. Documento da coleção de manuscritos A.H.U. de Lisboa. Cópia na Biblioteca e Arquivo Público do Pará.<sup>73</sup>

**1695**

- Esteve no Maranhão o Pe. Jacinto de Carvalho, pela primeira vez e escreveu Fragmentos de uma Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão. Diz ele que “Castelo Branco levantara um forte de madeira no mesmo local em que se via uma fortaleza arruinada”. (O documento não tem data precisa).<sup>74</sup>

**1720**

- 20.05.1720 – Francisco Galvão da Fonseca, Provedor da Fazenda Real do Pará comunica ao rei “que a Fortaleza permanecia demolida”.<sup>75</sup>

**1721**

- 30.05.1921 – Vem a ordem do Rei para reparar os Fortes de Belém e das demais capitânicas. Alvarás, Cartas Regias e Decisões de 30.05.1921. Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará – Tomo I. doc. n. 133, p. 182.<sup>76</sup>
- “...*Se levantasse sobre as ruínas da fortaleza de taipa, que substitui o Presépio, o Castelo do Senhor Santo Cristo*”.<sup>77</sup>

**1728**

Contratado em Lisboa o pedreiro Francisco Martins para vir ao Pará reparar a fortificação.

- Também designado Carlos Rolim, Eng<sup>o</sup> de Fortificações para vir ao Pará e comandar os trabalhos de recuperação das fortificações.
- “Entretanto não se fez uma obra sólida, capaz de persistir secularmente; a muralha para sustentar a terra e defende-la das águas não foi executada com pedra e cal, de modo que ali não se fizeram contínuos reparos”.
- “*O Castelo, tal como hoje o vemos, é obra mais próxima de nós, executada já posteriormente ao advento da nossa independência, sob um plano muito mais vasto. O que ali se fez nada mais era do que uma bateria, incompatível com os pomposos títulos de fortaleza e castelo.*”<sup>78</sup>

---

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>74</sup> VIANNA. “As Fortificações da Amazônia: as fortificações do Pará”, p. 230.

<sup>75</sup> CRUZ. *História de Belém*, vol. I, p 23.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>77</sup> VIANNA. “As Fortificações da Amazônia: as fortificações do Pará”, p. 230.

<sup>78</sup> *Ibidem*, pp. 230-273.



- “Seria essa, portanto, a terceira obra levantada naquele local. Reconstrução precária, não duraria por muito tempo, como adiante veremos, sendo, por várias vezes substituída por melhores tipos de construção”.<sup>79</sup>
- Sobre as obras feitas no Forte, em 1728, sob a direção do Sargento-mor e engenheiro das fortificações Carlos Varjão Rolim: *Essa reedificação não só até 1882, ano da Independência do Brasil, mas estendeu-se por mais uma década.* (p. 605). *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, 1929.

### 1749

- (16 de março) Relatório de Carlos Varjão Rolim comunicando o desmoronamento das muralhas do Forte. (Código 02 0.22/23 M.01 P.01 – Arquivo Público do Pará).

### 1751-59

- A oficialidade dos dous regimes de tropas regulares faz compromisso na ermida inaugurada do Senhor Santo Cristo, erguida em taipa-de-pilão na adjacência da fortaleza principal da Cidade, que depois teve o nome de Castelo de S. Jorge.<sup>80</sup>

### 1753

- Sendo que a gente tirou da cidade de Belém era nella mui importante e necessária para a defesa della e da fortaleza e hoje está desmantelada e fácil de tomar a qualquer inimigo que a for cometer.<sup>81</sup>
- O Forte do castelo funcionou como hospital pela 1ª vez, por ocasião da chegada de dois regimentos, vindos diretamente da metrópole portuguesa, a fim de guarnecerem as fortalezas locais. Um surto epidêmico ocorreria durante a viagem, de modo que “para mais de 300 pessoas” desembarcaram doentes, havendo necessidade de abrigá-las no Forte e na casa das canoas, onde passaram a ser medicadas, “por não haver aqui hospital”, segundo documento da época. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.* t. II, doc. 31 pp. 50-51 citado em “obras reunidas de Eidorfe Moreira”.<sup>82</sup>

### 1759

- por causas das ofensas do tempo, cortou-se o monte acomodando-se a mesma figura quadrangular (p.25). Do livro manuscrito “*Assentamento dos Próprios Nacionais Existentes na Província do Pará*”, organizado em 1839, por Lourenço Lucidoro da Mota.<sup>83</sup>

### 1759-63

- “[...] estabelece o Hospital Militar no Castelo e não no sobredito hospício como lhe tinha sido designado pela Carta Regia de 18/06/1760”.<sup>84</sup>

---

<sup>79</sup> MEIRA FILHO. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*, vol. II, p. 486.

<sup>80</sup> BAENA. *Compêndio das Eras da Província do Pará*, pp. 159-172.

<sup>81</sup> CRUZ. *História de Belém*, vol. I, pp. 21-22.

<sup>82</sup> MOREIRA, Eidorfe. *Obras Reunidas*. Belém: CEJUP: Conselho Editorial de Cultural, 1989, vol. VIII, p.78.

<sup>83</sup> CRUZ. *História de Belém*, vol. I, pp. 25.

<sup>84</sup> BAENA. *Compêndio das Eras da Província do Pará*, pp. 172-178.

**1760**

- “[...] se lhe acrescentou um pequeno redente que não foi concluído...” Do livro manuscrito *Assentamento dos Próprios Nacionais Existentes na Província do Pará*, organizado por Lourenço Lucidoro da Mota.<sup>85</sup>

**1764**

- “...Agora em caráter regular, era o Forte novamente aproveitado para fins hospitalares, pois nele passou a funcionar o Hospital Militar que por isso chamou-se então “Hospital do Castelo”. Durou pouco a sua função como tal, porquanto já em 1768 o governador Fernando da Costa Ataíde Teive anunciava ter adquirido novas acomodações para o hospital, segundo informa Manuel Barata. Mas, ainda que haja funcionado nesta qualidade pouco tempo, nem por isso o Forte deixou de representar um marco na história hospitalar da capital paraense”.<sup>86</sup>

**1768**

- O Governador Ataíde Teive comunicou ao Secretário de Estado a compra para o Hospital da casa de Domingos Barcelar, que se encontrava por concluir.
- “*Porque a maior parte dos soldados e índios do serviço de sua Majestade que infemando paixão a curar-se no Chamado Hospital do Castelo vinhão a falecer uns pelo mas [sic] commodo e muito calor que alli tem, sendo as casas pequenas e subterrâneas e oiutros se adiantarão tão pouco na saúde recahindo pelo infeccionado ar que naquelle logar respirão com extraordinária despesa da Fazenda de sua Majestade*”.<sup>87</sup>

**1773**

- Levantada uma cortina de taipa de pilão.<sup>88</sup>

**1774**

- (14 de abril) – Felipe Patroni foi recolhido a uma de suas prisões (no Forte) e igual sorte teve João Marques de Souza, ambos envolvidos na conspiração e nos ataques que o jornal “*O Paraense encetou contra os dominadores portugueses*”.<sup>89</sup>

---

<sup>85</sup> CRUZ. *História de Belém*, vol. I, p. 25.

<sup>86</sup> MOREIRA. *Obras Reunidas*, Vol. III, p.310.

<sup>87</sup> BARATA. “Apontamentos para as efemérides paraenses”, p. 25.

<sup>88</sup> FIGUEIREDO, Napoleão. “O Forte do Castelo”. *Revista de Cultura do Pará*, vol. VII, (1956), p. 17.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 17.

## 1832

- Ordem imperial para desarmamento dos fortes encontrou o Castelo já desarmado por presidencial anterior, devido ao completo estado de ruínas em que se encontrava. Correspondência do Governo com a Corte, ofício de 14/06/1832, ao Ministério da Guerra. Vol. de 1830 a 1833.<sup>90</sup>

## 1835

- Igualmente teve o Forte do Castelo destaque no movimento revolucionário da Cabanagem. Uma vez instalado o movimento em Belém os cabanos tomaram conta do Forte e o armaram com artilharia ligeira e de campanha e, a 18 de Fevereiro de 1835, Felix Clemente Malcher, então no Governo da Província, determinou que mais forças atacassem as de Vinagre, tendo este vencido o Combate. As poucas forças de Malcher recolheram-se ao velho Forte e ali resistiram até o fim.
- [...] *Do Castelo foram retiradas todas as peças de artilharia alli existentes, quando findo o movimento revolucionário, e muitas dessas peças são encontradas hoje no interior do Estado, nas proximidades das cidades principais, onde o movimento cabano tinha sido intenso.*<sup>91</sup>
- (maio/junho) – Batalha dos cabanos sitiados no Forte do Castelo e no Forte São Pedro Nolasco contra a Fragata Imperatriz (Ofício de 7 de julho de 1835, do marechal ao Ministro da Guerra).<sup>92</sup>

## 1848

- Carta imperial autorizando reparos no Forte:
- *Ponte sobre o fosso*
- *Casas e quartéis para soldados*
- *Portão e muralhas de cantaria para o lado do mar.*

Obs: Serviço realizado em 1850.<sup>93</sup>

## 1850

- “Acha-se cercado de matto, e em completo desprezo e ruína; a muralha do revestimento no angulo saliente da parte do sul tinha abatido, porque as águas do rio tinham lhe corroído a base. Este forte é situado em posição vantajosa numa ponta saliente e elevada que domina perfeitamente o porto e o litoral da cidade. Fiz limpar o recinto interior que estava obstruído de ruínas, e de mato, mandei-lhe por um novo portão, e construir uma ponte sobre o fosso, e quartéis para os guardas e trabalhadores. Atualmente se está construindo uma forte muralha de cantaria, na parte levada pelas águas do rio, para evitar novos desmoronamentos, e depois desta obra , restará unicamente reparar os parapeitos, que existem a barbeta, assentar no terraplano da bateria as competentes plataformas, completar os quartéis para a guarnição do fone, e limpar o fosso”. Relatório do conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da Província do Grão-Pará ao Vice-presidente em exercício Dr. Ângelo Custódio Correa apud.<sup>94</sup>

<sup>90</sup> VIANNA vol. I . “As Fortificações da Amazônia: as fortificações do Pará”, p. 232.

<sup>91</sup> FIGUEIREDO. “O Forte do Castelo”, pp. 17-19.

<sup>92</sup> BARROSO. *Forte do Castelo: sua breve história*, p. 29.

<sup>93</sup> CRUZ, Ernesto. “Nos bastidores da Cabanagem”. Belém: *Revista de Veterinária* (1942), p. 194.

<sup>94</sup> CRUZ. *História de Belém*, vol. I, pp. 24-25.

**1863**

- Melhoramento (inscrição na entrada e numa parede de 2,5m de espessura).<sup>95</sup>

**1876**

- Aviso do Ministro da Guerra de 12/12/1876 para desarmar o Castelo e nele instalar o arsenal de Guerra.<sup>96</sup>

**1877**

- Desartilhado por aviso do Ministério da Guerra, datado de 12/12/1876.<sup>97</sup>

**1878**

- O Forte do Castelo voltou a ser utilizado outra vez para fins hospitalares, desta vez por causa do avultado numero de enfermos que chegavam do Nordeste. Esgotada a capacidade da Santa Casa de Misericórdia para acolhe-los, o jeito foi abrigá-los noutros locais, inclusive no Forte onde aquela instituição caritativa instalou uma enfermaria provisória, inaugurando-a logo com 88 doentes, segundo informa Artur Viana, em seu clássico estudo sobre a referida Instituição.<sup>98</sup>

**1881**

- Em 1881, na planta da Cidade de Belém levantada por Edmund Compton, o fosso ainda aparece com suas dimensões originais. Hipótese: *A modificação teria sido causada pela construção da quadra de esportes.*<sup>99</sup>

**1905**

- “O Castelo é hoje, com a barra de Macapá, uma antigualha sem préstimo abandonada as injurias do tempo”.<sup>100</sup>

---

<sup>95</sup> BARROSO. *Forte do Castelo: sua breve história*, p. 53.

<sup>96</sup> VIANNA. “As Fortificações da Amazônia: as fortificações do Pará”, p. 232.

<sup>97</sup> CRUZ. *História de Belém*, vol. I, p. 26.

<sup>98</sup> MOREIRA. Obras Reunidas. Belém: UFPA. Série José Veríssimo, Vol. III, p. 312.

<sup>99</sup> CRUZ. *História de Belém*, vol. I, p. 26.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 26.

## 1907

- “O Forte esteve sujeito a passar da esfera do poder público para a esfera privada, Tendências que culminou em 1907, quando ela foi entregue a Port of Pará, empresa organizada por Percival Farquhar, a quem o Governo Federal concedeu autorização, nos termos do Decreto nº 5018, de 18 de abril de 1906, para executar as obras de melhoramento do porto de Belém. Através do aviso nº 38, de 3 de abril de 1907, o Ministério da Guerra pôs o Forte à disposição do Ministério da Indústria, Viação e Obras públicas, que por sua vez o entregou a referida Empresa. O termo de entrega data de 4 de mesmo mês, e nele consta que a empresa concessionária poderia ‘arrazá-lo’, desde que se comprometesse ‘a restituí-lo com o nível atual de seu terra-pleno, e com as muralhas reconstruídas de acordo com a decisão do Governo Federal que motivou sua entrega’”. De 4 de abril de 1907, quando foi assinado o termo de entrega, até 20 de novembro de 1920, data em que foi devolvido ao Ministério da Guerra, o Forte serviu, portanto, como dependência de uma empresa estrangeira, o que constitui por certo a mais estranha das suas serventia.<sup>101</sup>

## 1920

- Termo de Ocupação do Forte do Castelo: Do exame procedido pelos Oficiais presentes foi constatado não ter a Companhia “Port of Pará” material no interior da fortificação material que se relacionasse com as obras do porto, nem alterado as muralhas ou terrapleno da obra. A referida construiu no patéo do Forte dois chalés de alvenaria de tijolos, medindo, o primeiro nove metros por onze de comprimento, coberto de palha e assoalhado de madeira branca, o segundo tendo também um só pavimento com trinta e quatro metros de comprimento e com doze de largura, coberto de telha e assoalhado com madeira branca: no recinto da fortificação um chalé com dois pavimentos, tendo onze metros de comprimento por nove e cinqüenta de largura, coberto de telha e assoalhado de madeira branca, construção de um pavimento medindo onze metros e cinqüenta por oito de largura, sobre um dos alojamentos do Forte, coberto de telhas, um pequeno banheiro e latrina medindo 2,5 metros de largura por 3,5 de comprimento: uma pequena escada de madeira com corrimão de ferro: no fosso da fortificação um barracão medindo dezessete metros e cinqüenta por dezesseis de largura, para oficinas da Alfândega. Esgoto e canalização de água; um pequeno cimentado para jogo de tênis. Em tempo se declara que a companhia “Port of Pará” fez a consolidação de um trecho da muralha de extensão de 15m de comprimento, por 11,50m de altura. Os edifícios estavam habitados por civis que foram citados a desocupá-los no prazo de setenta e duas horas, a contar da presente data e hora. Um dos chalés em mau estado... 20 de novembro de 1920.<sup>102</sup>

## 1962

- Tombamento do Forte do Castelo.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> BARROSO. *Forte do Castelo: sua breve história*, p. 64.

<sup>102</sup> FIGUEIREDO. “O Forte do Castelo”, pp. 17-19.

<sup>103</sup> *Ibidem*, pp. 17-19.

A cronologia da edificação, arrolada no projeto Feliz Lusitânia, como se pode perceber, dá conta de 346 anos da existência do Forte, mas, se prende a sua materialidade, como já foi mencionado, talvez por se tratar de um projeto arquitetônico. Um exemplo que vale ressaltar é que no momento em que fervilhavam as discussões acerca das origens de Belém, da construção primitiva do Forte e que se cogitou a idéia de transformá-lo em museu histórico, como foi visto no início deste capítulo, a edificação estava em poder de uma companhia estrangeira, a *Port of Pará*. A companhia era responsável pelas obras do cais de Belém e “poderia ‘arrazá-lo’, desde que se comprometesse ‘a restituí-lo com o nível atual de seu terrapleno, e com as muralhas reconstruídas’ de acordo com a decisão do Governo Federal que motivou sua entrega”.<sup>104</sup>

Entretanto, há que se considerar que o discurso produzido nesse momento, que pode ser visto no quadro cronológico sobre a edificação, era do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas que queria a realização das obras de melhoramento no porto de Belém. Neste sentido, entre 1905 e 1920, o Forte sofria dois tipos de intervenção, uma que era material e outra que era subjetiva. Intervenção material porque a companhia que ocupou o Forte fez várias construções dentro da edificação, como consta no *termo de ocupação* do Forte em 1920, assinalado no seu quadro cronológico. Intervenção subjetiva, pois através das artes e das letras eram traçados, no primeiro quartel do século XX, novos contornos para edificação, contornos estes que geraram mais discussão do que a intervenção material. Assim pode se perceber que o momento considerado crucial, a meu ver, para a consolidação de uma visão, e uma versão da história oficial de Belém e da importância do Forte nesse contexto, não foi contemplado no quadro cronológico.

Outro aspecto que considero pertinente analisar desta cronologia é que há uma lacuna no projeto no que se refere aos anos que vão dos anos de 1920 a 1960, pois, a última referência cronológica é de 1962, quando do tombamento do Forte como monumento histórico. Referente às décadas de 1930 e 1940, há realmente uma escassez de dados sobre a situação da edificação, fato que considero como um esvaziamento desse aspecto simbólico que o Forte tem de ser o *marco zero* da cidade. Ao que parece, nesse período a importância do monumento estava esquecida ou imersa em seus usos cotidianos, ou sem utilização. Há uma iconografia da edificação em que na mesma aparecem as condições precárias do prédio, com algumas peças de canhão abandonadas. Considero importante avaliar este aspecto porque

---

<sup>104</sup> BARROSO. *Forte do Castelo: sua breve história*, p. 64.

podemos perceber como se transformam e o valor de um objeto, a partir de discursos que se constroem.

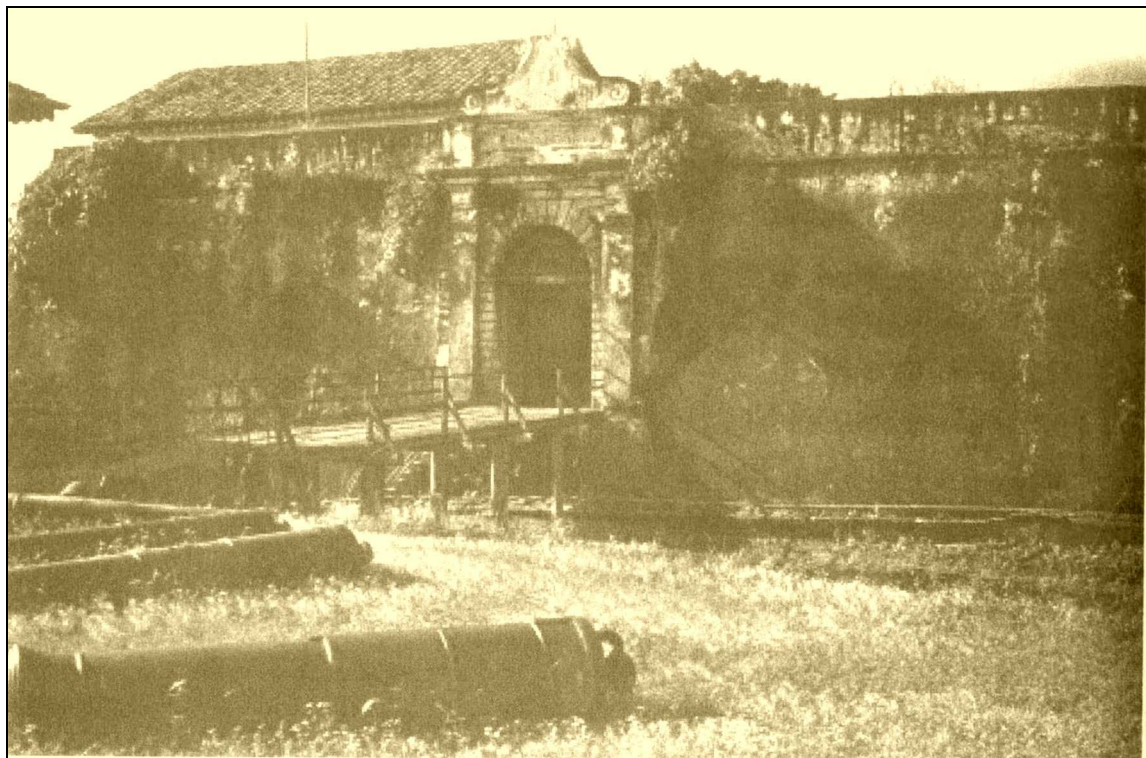


Figura 4  
Foto tirada por Peter Muss, 1937.<sup>105</sup>

Se compararmos a iconografia da edificação com a imagem do Forte hoje, pode-se afirmar que atualmente a edificação ostenta tanto uma valorização material, pela restauração e pelo status de ser um museu histórico, quanto pela valorização simbólica por ser considerado o *marco zero* da cidade. Assim é importante levar em conta um outro recorte sobre os fatos mencionados e consolidar a possibilidade de uma *cronologia subjetiva* que, acredito, não foi contemplada na cronologia então elaborada pelo projeto.

Quando me refiro a outra cronologia, ou, a um paralelo cronológico subjetivo enveredo por um aspecto simbólico do Forte, no qual ele emerge como formado, não somente pela *pedra e cal*, mas também por um valor lhe foi sendo atribuído como objeto histórico, e como documento histórico. É analisar, finalmente, em que momentos os “olhares convergentes” de historiadores, amantes das artes e outros indivíduos ou grupos sociais, viram o Forte como

---

<sup>105</sup> É possível notar a edificação cercada por mato e algumas peças de canhão deitadas ao chão, esta imagem foi tirada de um livro que versa sobre os municípios paraense, ditado com patrocínio da CELPA, mas cuja referência completa não foi possível encontrar. Este é um dos poucos registros da edificação nesse período.

documento histórico. Como observa Ulpiano Meneses, em sua análise sobre objeto histórico como documento histórico

São categorias, aliás, que precisam ser examinadas em confronto. A primeira é a categoria sociológica do objeto histórico que, em muitos museus, constitui presença exclusiva ou de clara prevalência. A segunda é a categoria cognitiva do documento histórico, suporte físico de informação histórica.<sup>106</sup>

Ainda sobre o período que deixa uma lacuna extensa na cronologia da edificação, no relatório da pesquisa arqueológica há uma foto (1956) com uma vista do pátio interno da edificação em que aparecem uns portões de madeira, referentes a depósitos ou garagens, exatamente na área onde atualmente está localizado o *Museu do Encontro* (Figura 5). Nessa sala de exposição, que já foi garagem ou depósito, que já foi também, até o ano de 2000, o salão de festas do Círculo Militar, os pisos evidenciados pela pesquisa arqueológica, são deixados expostos como pisos originais do Forte, e compõem a própria exposição. Mais uma vez podemos analisar como o uso da cultura material é diversificado e que este *passaio* na cronologia do monumento revela usos e valores diferentes do Forte.



Figura 5

Imagem do pátio interno do Forte em 1956, na qual percebe-se a área em que atualmente está localizado o *Museu do Encontro*.<sup>107</sup>

Em síntese, os recortes temporais assinalados neste capítulo foram norteados de modo a, num primeiro momento, situar a construção historiográfica sobre Belém, principalmente nas leituras referentes aos fatos e datas sobre sua fundação. Posteriormente, foram citados autores que deram conta da continuidade das referidas interpretações, ou seja, uma produção subsequente à historiografia que campeou as primeiras décadas do século XX. Finalmente,

<sup>106</sup> MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Memória e cultura material: Documentos Pessoais no Espaço Público”. *Estudos Históricos*, vol. 11, n. 21 (1998), p. 93.

<sup>107</sup> Relatório da pesquisa arqueológica, 2003, p. 53



após citar a produção historiográfica sobre as efemérides de Belém que refletiu as décadas de 50, 60 e 70 do mesmo século XX, foi analisada a cronologia dos fatos que foram arrolados no projeto Feliz Lusitânia, mais especificamente no projeto Forte do Castelo.

Os fatos analisados da cronologia do projeto de restauração do forte foram selecionados de maneira a demonstrar que há uma *outra cronologia* sobre o forte e esta análise é fundamental para deixar claro que há nos monumentos históricos uma construção subjetiva que não necessariamente acompanha suas evoluções construtivas. Construção essa, fruto de vários olhares, de grupos diferentes, que perpassa simultaneamente o individual e o coletivo. Assim, para além da sua materialidade e da história da sua produção, um monumento, plantado nos panoramas urbanos, evoca “sentidos, vivências e valores”.<sup>108</sup> O que não podemos deixar de ter em conta é que não são construções neutras, na medida em que são multifacetadas; este processo, a meu ver, deve ser destacado na biografia do forte. Entretanto, as transformações e reelaborações simbólicas pelas quais o forte passou, acredito, não foram contempladas na cronologia do projeto que privilegiou suas intervenções arquitetônicas.

A inquietação acerca de como se constroem as representações do passado, com os conflitos que são gerados neste processo, e principalmente, qual o papel da história nessas reelaborações me fizeram recuar para entender não o produto ali construído, um museu, mas para o processo de construção do mesmo. Atentar para este processo, seja no início do século XX ou no início do XXI, permite refletir sobre a maneira como se engendram as dinâmicas sociais em relação ao seu passado, sua memória e sua identidade. Muitas das reflexões aqui descritas surgiram do meu trabalho no Forte a partir de 2002. Entretanto, naquele momento, grande parte dos conflitos gerados pela intervenção na edificação já tinha sido resolvida. Porém, me propus a fazer uma incursão no processo anterior a 2002, a partir da documentação existente, ainda na fase de implementação do projeto.

O exercício de revisitar e interpretar o processo anterior à reabertura do forte é alvo da análise do segundo capítulo. Contemporaneamente, a intervenção feita no Forte foi de cunho material. Entretanto, nesse processo, foram evocados critérios de originalidade, autenticidade e a própria história; percebe-se, portanto, que a materialidade e a subjetividade, ou seja, os valores atribuídos a uma construção histórica, estabelecem relações de apropriação muito complexas, tanto por isso geram-se conflitos no momento em que as mesmas são transformadas, material ou subjetivamente.

---

<sup>108</sup> COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo: o monumento à República em Belém. 1891-1897*. Belém: Paka-Tatu. 2002, p. 24.

Alguns dos mesmos autores citados, dentro da análise historiográfica construída, fazem, vez por outra, referência às intervenções que o Forte sofreu ao longo de sua história, assinalando mudanças na forma arquitetônica, na técnica construtiva e na sua denominação. Há plantas que indicam períodos de reforma para o Forte, ou, mesmo em plantas antigas da cidade de Belém encontramos denominações diferenciadas tais como: Forte do Senhor Santo Cristo, Forte do Castelo de Santo Cristo, Forte do Colégio, Forte do Castelo de São Jorge, Forte do Castelo.<sup>109</sup> Em contraponto a uma vasta produção que dá conta de suas intervenções materiais e sua ocupação, suas denominações, este trabalho pretende estabelecer a análise de suas construções simbólicas.

Percebemos, entretanto, pela narrativa de alguns historiadores, algumas alusões a esse aspecto que extrapola a materialidade do objeto histórico, o Forte pela escrita de Theodoro Braga, quando o autor assim precisava exaltá-lo, e cogitou transformá-lo em museu, era o lugar que serviria para cultivar “o religioso respeito” à terra de berço e a sua história. Portanto o museu histórico seria o “lugar recatado e tranqüilo em que se vão agrupando lentamente todos os fragmentos do passado, cheio de tantas lembranças, fixando datas heróicas, conservando feitos dignos [...] os episódios da história”.<sup>110</sup> O lugar “que cabe e se impõe dentro das muralhas do Forte do Castelo”, ou, pelas demandas de agora, dentro do Forte do Presépio.

Um outro momento de evocação do aspecto simbólico que se construiu em relação ao Forte, pelas letras de outro historiador, é traduzido na escrita de Ernesto Cruz quando o autor afirma “O PRESÉPIO manteve a hegemonia colonial. O CASTELO assegurou nos dias agitados da campanha nacionalista a unidade brasileira. Vemos na velha praça d’armas uma das mais autenticas tradições do Pará”.<sup>111</sup> A exaltação do historiador se fez no momento em que refutava as idéias de Theodoro Braga sobre a construção inicial do Forte, talvez por isso tenha evocado valores simbólicos em nome da “tradição”, mais uma vez ressalta-se aqui a análise de que os valores simbólicos são usados para justificar idéias e discursos.

Como vimos o Forte foi sendo descrito e citado por diversos autores em vários momentos da produção historiográfica sobre Belém e a Amazônia. Entretanto, para elaboração de seu projeto de restauração ele foi descrito sob outra perspectiva que, a meu ver, procurou enfatizar

---

<sup>109</sup> Ver: *BELÉM DO PARÁ*. Belém, Alunorte, 1995. Na obra existe um conjunto de plantas da cidade de Belém, algumas especificamente do Forte onde é possível, através das leituras das legendas, encontrar algumas das denominações.

<sup>110</sup> BRAGA. *Apostillas de Historia do Pará*, p. 15.

<sup>111</sup> CRUZ. *História de Belém*, vol. I, p. 27.

sua importância, justificando sua própria mudança arquitetônica, funcional e simbólica. Em algumas dessas obras sobre o Forte, elaboradas entre 2000 e 2002, para o projeto de restauração, este momento embrionário da fundação de Belém, a partir da construção do Forte do Presépio, seu aspecto simbólico foi convenientemente exaltado. Como exemplo refere-se às considerações de Geraldo Coelho sobre o monumento, em sua pesquisa sobre o Forte para o projeto Feliz Lusitânia

Um forte, uma ermida, uma determinação: a conquista dos espaços e a afirmação da superioridade lusitana sobre as populações tribais. Ao longo dos séculos XVII e primeiras décadas do XVIII, o Forte do Castelo e as áreas dominadas pela sua presença seriam, por excelência, o espaço do encontro e do choque entre sujeitos históricos portadores culturas simbólicas e materiais diferentes e diferenciadas.<sup>112</sup>

Os mecanismos pelos quais nos apropriamos do passado são variados. Entretanto, é importante que se entenda que o passado é uma instância que só existe no presente, pois é no presente que o pensamos, que o interpretamos e o reelaboramos à luz de nossas inquietações. Tal exercício é feito, principalmente a partir dos interesses que exigem tais reelaborações. As narrativas dos diversos autores são responsáveis também por esta consolidação de momentos imemoriais, ou seja, fatos que não temos lembranças, mas que nos chegam por tais narrativas e que dão contornos às efemérides da Belém do Grão Pará. Sobre as formas de conhecimento do passado, Lowenthal aponta a memória, a história e os fragmentos, como fontes que revivem nossa consciência sobre o mesmo. Segundo o autor

Memória e história são processos de introspecção (*insight*); uma envolve a outra, e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e história são normalmente, e justificadamente, diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável *prima-facie*; a história é contingente e empiricamente verificável. Ao contrário de memória e história, fragmentos não são processos, mas resíduos de processos.<sup>113</sup>

Considerando seu processo histórico, sua cronologia e sua intervenção mais recente, é possível, portanto, em relação ao forte, percebê-lo envolvido nos aspectos postulados por Lowenthal. Cercaram sua existência a memória, a história e os fragmentos e atualmente novamente estes aspectos são reelaborados, a partir da restauração da edificação. Para além de todos estes aspectos, ressalte-se ainda, e principalmente, sua transformação em museu histórico, fato que ainda será tratado neste trabalho, considerando a função e o aspecto

---

<sup>112</sup> COELHO. *Forte do Castelo: cenários e enredos culturais*. Belém: Secult. 2002, p. 2. A pesquisa e o texto foram, posteriormente, publicados em um livro que foi editado 2006, sobre a restauração do Forte.

<sup>113</sup> LOWENTHAL. “Como conhecemos o passado”, p. 66.

simbólico de um museu. Assim, ainda segundo Lowenthal, reinterpretemos o passado, num exercício de revisão, enfim, reescrevemos incessantemente nossa história.

Finalmente, reforça-se aqui a idéia de que a transformação de uma edificação em monumento histórico, em patrimônio, se faz no âmbito das representações e construções de símbolos. Como já foi mencionado é de grande valia para os historiadores o entendimento do processo dessa produção de símbolos. Como observa Augusto Arantes, devemos antes de tudo analisar o processo de produção das representações, ao invés de focalizar a atenção somente no produto dessa produção.<sup>114</sup> Foi, portanto, fundamental passar em revista as produções acerca da história de Belém e de suas efemérides, principalmente no que tange ao Forte do Presépio, bem como analisar o lugar de cada uma dessas produções e como elas foram consolidadas.

A importância de retomar a produção historiográfica sobre Belém e seu *mito de origem* justifica-se pelo fato de que na elaboração do projeto de restauração do Forte, no processo burocrático para implementação da mesma, estas construções, hoje consolidadas, foram arroladas. Os fatos analisados neste capítulo serviram de argumento em vários momentos para justificar discursos, confrontos e intervenções em relação à edificação, edificação que traz o valor singular de primeira construção de Belém. Por fim, outro ponto importante ainda acerca desse fato é que, após ser restaurada a edificação foi transformada num local onde são lembrados e interpretados os fatos que dão conta do processo histórico sobre a fundação de Belém.

É fundamental, portanto, perceber que as construções históricas que foram analisadas ao longo deste capítulo são produto de uma relação contínua entre sujeitos sociais, e que efetivamente não foram, e nem são, escolhas neutras. Essas representações somam investigação, idéias, pensamentos, interesses de épocas diferentes, e que em momentos diversos são evocadas, por diferentes grupos, para serem transmitidas, e transmitirem, de maneira articulada, releituras do processo histórico de uma sociedade. Acredito que neste ponto esteja a relação intrínseca entre as idéias consolidadas acerca da historiografia da fundação de Belém e a intervenções no Forte atualmente. Sua mudança contemporânea e sua transformação em um lugar de memória também geraram intervenções, conflitos e disputas que se deram em vários âmbitos – administrativo, político, social, científico – os quais serão analisados, iniciando-se pela esfera burocrática para a realização dessa intervenção.

---

<sup>114</sup> ARANTES. “Revitalização da Capela de São Miguel Paulista”. In: ARANTES (org.). *Produzindo o Passado*, p 164.

## II. O Projeto Feliz Lusitânia e a (re)construção do Forte do Presépio: o processo de intervenção no monumento

Após analisar as construções historiográficas sobre as efemérides da origem e fundação da cidade de Belém, importantes para entendermos os discursos acerca do Forte na contemporaneidade, neste momento a discussão será alicerçada no enfoque central dessa produção. Este capítulo versará sobre as intervenções recentes em parte do Centro Histórico de Belém, implementadas pelo Governo do Estado do Pará, a partir de 1997, com o projeto denominado *Feliz Lusitânia*.<sup>1</sup> Dentre estas intervenções está a realizada no Forte do Presépio, que será neste momento contextualizada numa discussão mais ampla sobre patrimônio histórico e na implementação de todo o projeto Feliz Lusitânia.

As ações desenvolvidas pelo projeto deram-se de maneira pontual em prédios considerados de significativo valor histórico na área mais antiga de Belém, mas sem dúvida nenhuma, como se poderá constatar neste estudo, é pertinente evocar todo *Centro Histórico* na medida em que a influência das transformações se faz sentir na área e no cotidiano do espaço como um todo. Antes de tudo é importante, portanto, observar a relação entre a área do Projeto do Governo do Estado do Pará e a área tombada e delimitada como Centro Histórico e seu entorno (Figura 6)

Não se pretende aqui fazer uma descrição das ações do poder público referentes ao patrimônio histórico edificado em Belém, mas trata-se de uma análise sobre os diversos conflitos que decorreram dessas intervenções, a partir do projeto Feliz Lusitânia. O trabalho insere-se, portanto, numa discussão maior sobre os usos contemporâneos do patrimônio histórico e suas imbricações entre os grupos sociais. Para além do exposto, os usos e a produção da história estão intimamente ligados a essas questões e serão prioritariamente tratados.

---

<sup>1</sup> A delimitação legal do Centro Histórico de Belém foi determinada pela lei nº 7401, de 29 de janeiro de 1988 (Lei de Desenvolvimento Urbano) e pela lei nº 7709, de 18 de maio de 1994.

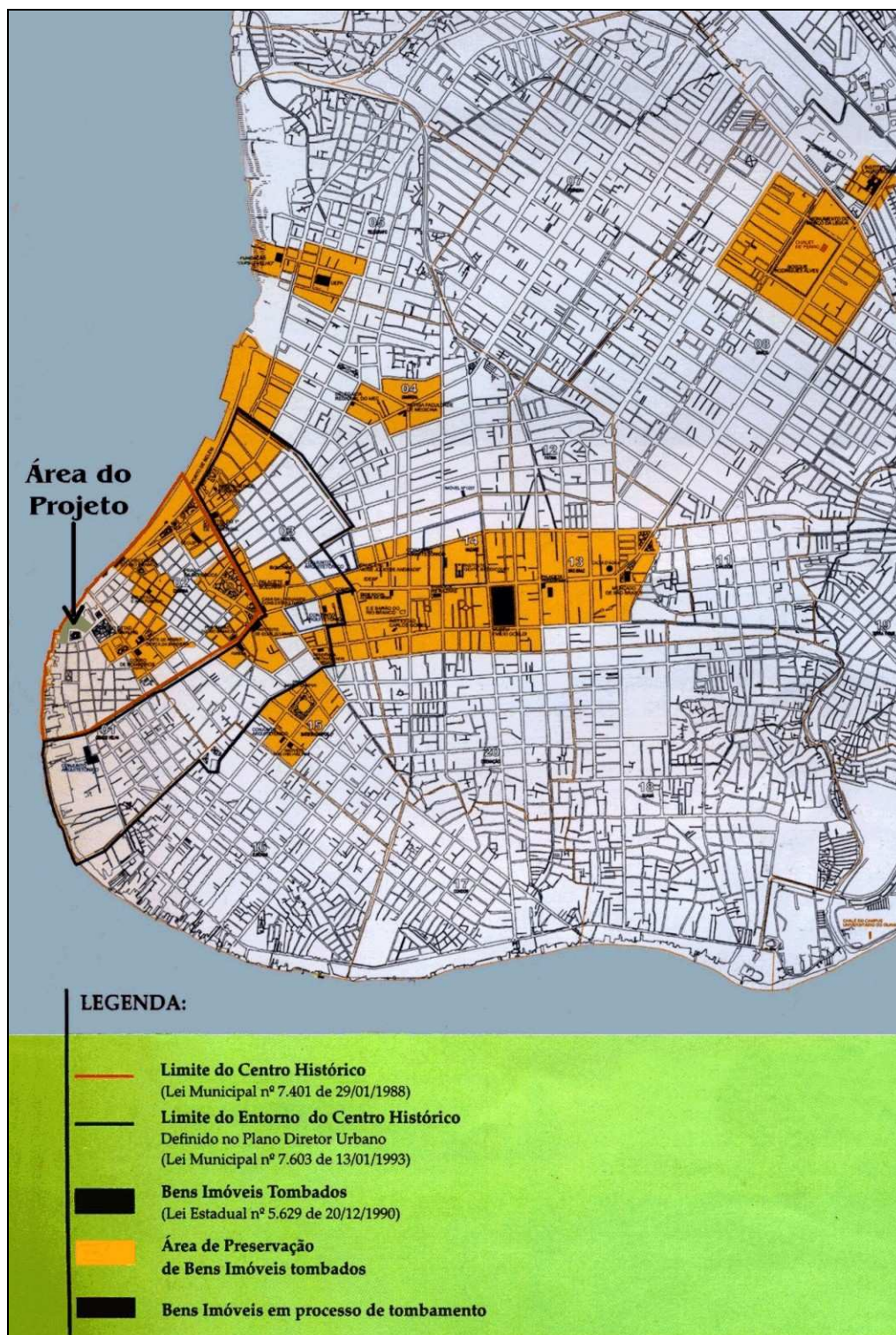


Figura 6  
Centro Histórico de Belém com sua área de entorno.  
No mapa foi destacada, com base na publicação, a área do Projeto Feliz Lusitânia.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> SECULT/DPHAC. *Série Informar para Preservar*. Belém: SECULT, 2002, p. 27.

Ante o desenvolvimento de ações políticas, partidárias ou não, alguns lugares, monumentos ou prédios tombados, instituídos como patrimônio histórico são alvos de modificações e/ou reutilizações.<sup>3</sup> É fundamental compreender como se gestou a noção de patrimônio, ou melhor, de preservação do patrimônio cultural no Brasil, para melhor entendimento da discussão proposta neste trabalho. Essa noção, traçada principalmente sob a égide das ações do poder público, servirá de base para referenciar as ações do IPHAN, da SECULT/DPHAC e da FUMBEL/PMB respectivamente o órgão federal, o estadual e o municipal ligados às políticas de preservação do patrimônio histórico, e arrolados no processo de restauração do Forte.

Considerando assim a importância das ações dos órgãos ligados ao patrimônio histórico que atuaram no processo de restauração do Forte, cabe neste momento retomar o contexto de formação de tais órgãos, sendo que este retrospecto, ainda que seja tratada a formação de uma política de preservação patrimonial no Brasil, sempre que possível será relacionado à realidade do assunto aqui discutido, ou seja, levando em consideração o processo vivenciado em Belém, a partir da restauração do Forte.

## 2.1. A formação de uma política de preservação do patrimônio no Brasil e o tombamento dos monumentos no Centro Histórico de Belém

Sobre a atuação do Estado e a produção de uma política cultural é importante observar que, no Brasil, este processo está intrinsecamente ligado à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. O SPHAN foi criado pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da Educação no governo Vargas, que solicitou a Mário de Andrade que elaborasse um projeto para a organização das políticas de patrimônio. O então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo assim o fez, gestando o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sobre esse momento e a promulgação pelo presidente Getúlio Vargas, afirma Déa Fenelon

Nascida nos meandros e contradições do autoritarismo do Estado Novo, esta concepção de patrimônio histórico, mesclada de rebeldia modernista, acabou por cristalizar os elementos do nacionalismo autoritário com as intenções modernistas na

---

<sup>3</sup> Tombamento é a inscrição de um bem no Livro de Tombo, que gera um conjunto de medidas legais que visam à preservação de um bem considerado culturalmente relevante à sociedade. A expressão origina-se do Direito Português, no qual *tombar* significa inventariar, arrolar ou inscrever. Ver: MEIRELLES, Hely. *Direito Administrativo Brasileiro*. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 33.



tentativa e com o objetivo de recuperar o passado para alcançar uma definição de identidade nacional. Em suas falas e em suas memórias, os intelectuais que deram forma e conteúdo à política de preservação do SPHAN sempre se consideraram não apenas como portadores de uma grande autonomia em relação ao Estado, mas também como vanguardas de cunho liberal que propugnavam a identificação, a defesa, e a conservação dos grandes monumentos e obras de arte que dariam consciência à chamada cultura brasileira.<sup>4</sup>

Por sua atuação, o ponto de partida da construção da idéia de patrimônio no Brasil foi, sem dúvida, o movimento Modernista que trouxe em seu bojo ênfase à identidade nacional, ao envolvimento de intelectuais engajados como cidadãos participantes desse processo de dar uma feição nacional às heranças coloniais. Sobre esse contexto, Maria Cecília Londres Fonseca esclarece que

A partir de denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria um “tesouro” da Nação, perda irreparável para as gerações futuras, pela qual as elites e o Estado seriam chamados a responder, inclusive perante as nações civilizadas, o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa [...] Mas, foram alguns intelectuais modernistas que elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, essa idéia na forma do conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado, através do SPHAN [...] destinado a proteger obras de arte e de história no país.<sup>5</sup>

Naquele momento o discurso foi construído pelo Estado Novo, dentro de um projeto integrador das partes do todo nacional, buscando a unidade nacional. Assim, foram selecionados objetos de referência como portadores de identidade ao país, pelo Estado e pelas elites intelectuais. Destaca-se, portanto, essa atuação do governo autoritário que

Se, por um lado, [...] suprimiu a representação política e instaurou a censura, por outro, ao assumir a função de organizador da vida social e política, abriu espaço para os intelectuais, tanto para os que assumiram claramente a função de ideólogos do regime, quanto para aqueles que, sem aderirem, e até demonstrando reservas quanto ao novo governo, viram no processo de reorganização do Estado uma possibilidade de participarem da construção da nação. [...] Para a mobilização das massas, as instituições oficiais recorreram, sobretudo, aos símbolos expressamente criados para invocar a pátria (a bandeira, os hinos, a efigie de Vargas, etc.) e ao incentivo às atividades cívicas.<sup>6</sup>

Oficialmente o Estado tem ingerência, por meio de seus órgãos, sobre as heranças históricas através de uma política cultural. Cabe, entretanto, lembrar que a sociedade como

---

<sup>4</sup> FENELON, Déa. “Políticas culturais e Patrimônio Histórico”. In: *O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p.30.

<sup>5</sup> FONSECA. *O Patrimônio em processo*, p. 81.

<sup>6</sup> *Ibidem*, pp. 85-86.



um todo não pode ser, e acredito que não o seja, indiferente a este processo. Na relação entre o Estado e uma política cultural vários interesses estão relacionados, como por exemplo, a consolidação de símbolos criados para a perpetuação de mecanismos de poder, como explica Déa Fenelon

O trabalho de constituição do patrimônio histórico nacional foi produzido rapidamente após a criação do SPHAN e do Decreto nº 25, de novembro de 1937, que conceituava os critérios de tombamento. De maneira coerente com as concepções de cultura enunciadas, e certamente exprimindo mais uma vez a conciliação e o arranjo em torno do poder [...]. Significativamente, a predominância do patrimônio edificado é avassaladora: igrejas, capelas, quartéis, fortes, cadeias, palácios, casas da câmara, imponentes casarões, logo surgiram nas listagens e foram paciente (e valorosamente) restaurados e postos à visitação pública como símbolos do passado da nação. Estavam assim consagrados e definidos os elementos simbólicos dignos de preservação e de integrarem este patrimônio – as sedes do poder político, religioso, militar, da classe dominante com seus feitos e modos de vida.<sup>7</sup>

Relacionando o momento analisado por Fenelon com a realidade da preservação patrimonial em Belém, é oportuna a citação da autora, referente a edificações como as fortalezas, para situarmos não somente o recorte temporal de tombamento do Forte, mas também, e principalmente, entendermos o contexto no qual esse tipo de edificação foi considerada como portadora de referências à identidade nacional. O tombamento do Forte se deu em 28 de agosto de 1962, como está assinalado na cronologia do monumento, no que se considera a *fase heróica* da idéia de preservação patrimonial no Brasil; nessa mesma fase vários outros prédios de significativo valor histórico foram tombados no Pará, mas a maioria concentrada em Belém.<sup>8</sup> Destacar este fato é importante para percebermos Belém inserida num contexto mais amplo de política de preservação que se consolidava no Brasil.

As ações públicas em relação ao patrimônio histórico surgem, como se pode perceber, imbuídas de uma idéia não simplesmente de preservar, mas também de elencar, de acordo com vários interesses, o que deveria ser preservado e como seria utilizado. Assim, os pilares da consolidação da idéia de preservação patrimonial estão no Movimento Modernista e no

---

<sup>7</sup> FENELON, Déa. “Políticas culturais e Patrimônio Histórico”, p. 30.

<sup>8</sup> Nessa Chamada *Fase Heróica* entre as décadas de 1940 e 1960 outros bens patrimoniais enquadrados na categoria descrita por Déa Fenelon foram tombados em Belém, dentre os quais, cronologicamente podemos destacar: Coleção Arqueológica e Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi (30 de maio de 1940); numa mesma data foram tombadas a Igreja da Sé, a Igreja das Mercês, Igreja do Carmo, Igreja de Santo Alexandre e Antigo Colégio dos Jesuítas e a Igreja de São João Batista (3 de janeiro de 1941); o Palácio Antonio Lemos (7 de julho de 1942); Palácio Velho (21 de agosto de 1944); Igreja do Rosário dos Homens Pretos, Solar do Barão de Guajará/IHGP (23 de maio de 1950); Igreja de Santana (23 de janeiro de 1962); Teatro da Paz (21 de março de 1963); Cemitério de Nossa Senhora da Soledade (23 de janeiro de 1964). *Bens Moveis e Imóveis inscritos nos Livros de Tombo do Instituto do Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, pp. 92-96.

Estado Novo. Segundo Cecília Londres, esta chamada *fase heróica* perdurou até a década de 60. Outro momento significativo dessa cronologia foram os anos 70 e 80

A partir da década de 1970, sobretudo quando o regime militar entrou em crise, essa política começou a ser criticada e seu caráter nacional contestado, por se referir apenas às produções das elites [...] essa mudança evoluiu de uma modernização da noção de patrimônio – o que significou vincular a temática da preservação à questão do desenvolvimento – à politização da prática de preservação. [...] Seu objetivo último era justamente o de ampliar o alcance da política federal de patrimônio, no sentido de democratizá-la e colocá-la a serviço da construção da cidadania. [...] Nesse período, coexistiram duas linhas de atuação paralelas num mesmo campo, – a da pedra e cal, continuidade do antigo SPHAN, e a da referência, oriunda do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).<sup>9</sup>

Nessas décadas, de acordo com a autora, a orientação da política cultural desenvolvida na esfera federal orientou-se no sentido de ampliar a noção de patrimônio e de estimular a participação social, no que foi tida como uma fase democratização da política de preservação. Nesse contexto foram criados órgãos nas esferas estaduais e municipais de preservação do patrimônio. Em Belém o reflexo desse processo foi a criação do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – DPHAC – ligado ao governo estadual, em 1987. Outro ponto fundamental da experiência mais recente em relação aos bens culturais é o fato de englobar as expressões culturais, ditas como patrimônio imaterial ou intangível. Um marco significativo nesse processo foi a promulgação da constituição de 1988, que ampliou a definição de patrimônio cultural brasileiro. Segundo Ruben George Oliven

Essa conceituação mais abrangente de patrimônio cultural abriu espaço não somente para as expressões da cultura popular, mas também para os bens imateriais que formam o patrimônio intangível. O Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, “institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que constituem o patrimônio cultural brasileiro”.<sup>10</sup>

Relacionando o momento aqui discutido com a biografia do Forte, neste cenário dos anos de 1960, até boa parte da década de 1990, o Forte esteve nas mãos do Exército Brasileiro, funcionado nele o Serviço de Comunicação do Exército e posteriormente o Clube Social do Círculo Militar.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> FONSECA. *O Patrimônio em processo*, pp. 23-24.

<sup>10</sup> OLIVEN, Ruben George. “Patrimônio intangível: considerações iniciais”. In: CHAGAS, Mário & ABREU, Regina (orgs.). *Patrimônio e Memória Ensaio Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 79.

<sup>11</sup> Apesar de não se ter a data exata da implementação desse uso mais recente pelo Exército, na obra de Leandro Tocantins encontra-se uma referência sobre Forte, antes de ser transformado em sede do Círculo Militar: “Hoje [1967] o forte está vazio, mas sob a vigilância do Exército, que pretende transformá-lo num clube: o Círculo Militar de Belém”. TOCANTINS. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará*, p. 101.

Atualmente nos deparamos com uma nova experiência em relação aos bens culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis, na qual a idéia de preservação está associada à de auto-sustentabilidade. Nesse momento contemporâneo está inserida a discussão de revitalização dos centros históricos e recuperação de arquivos documentais.

Em outros dois campos – o da preservação de centros históricos e o dos documentos – ocorreram fatos significativos em termos de políticas de patrimônio em âmbito federal. O Programa Monumenta, desenvolvido com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), poderá beneficiar mais de vinte cidades brasileiras. Nesse mesmo sentido, a elaboração do Termo Geral de Referência do Plano de Preservação de Sítio Urbano Histórico veio contribuir para que a conservação e a gestão dessas áreas protegidas seja compartilhada com outras instâncias do poder público e com a sociedade. O Projeto Resgate veio viabilizar o amplo acesso a fontes documentais da história brasileira no período colonial sob a guarda de instituições estrangeiras. Já a preservação de sítios e remanescentes arqueológicos, por exemplo, ainda carece de atenção à altura de suas necessidades.<sup>12</sup>

Esta discussão recente está contemplada no tema aqui trabalhado sobre os usos contemporâneos dados a prédios históricos, sua transformação em museus e espaços culturais que procuram se autogerir, buscando uma preservação auto-sustentável. No que se refere à Belém, o Forte do Presépio e outros prédios históricos foram contemplados pelo programa Monumenta, que, segundo os objetivos do projeto, que conjuga restauração e desenvolvimento econômico, financiado com recursos do BID, todos estes prédios localizam-se no Centro Histórico de Belém.<sup>13</sup>

No Brasil e no mundo, contemporaneamente as questões do patrimônio cultural são analisadas e decididas à luz do viés econômico. Assim, a discussão está aqui contemplada – a proteção e a conservação das heranças culturais como sítios arqueológicos, artefatos, construções e conjuntos arquitetônicos – tem por base também um alcance e um interesse econômicos que influenciam sobremaneira nas políticas de preservação.<sup>14</sup>

A preservação e conservação patrimoniais incorrem, portanto, também na área econômica, havendo embates, projetos e medidas que são analisadas, tanto por pessoas ligadas a área

---

<sup>12</sup> FONSECA. *O Patrimônio em processo*, p. 19.

<sup>13</sup> A área do projeto foi definida em uma oficina com a participação de representantes dos governos federal, estadual e municipal, além da iniciativa privada, comunidade, Câmara Municipal e Assembléia Legislativa. A escolha levou em consideração a concentração de monumentos tombados e de investimentos do poder público no Centro Histórico. Houve consenso na escolha dos conjuntos do Ver-o-Peso, da Praça Frei Caetano Brandão e da Igreja de Santana. *Programa Monumenta – Belém/Pa*. Material Informativo editado pela Prefeitura Municipal de Belém.

<sup>14</sup> THROSBY, David. “Seven questions in the economics of Cultural Heritage”. In: HUTTER, Michael & RIZZO, Ilde. *Economic perspectives on Cultural Heritage*. New York: Macmillan, 1997, pp. 12-29.

patrimonial, como também por especialistas da área de política e economia.<sup>15</sup> Em relação ao projeto Feliz Lusitânia, há um discurso do governo sobre a geração de renda e uma meta a ser implementada através turismo cultural, por exemplo.

Considerando esta incursão na trajetória das políticas de preservação patrimonial no Brasil, é possível entendê-la como um processo dinâmico e que atendeu, e atende, as demandas da sociedade sejam elas econômicas, culturais ou políticas. Paulo Funari analisa as mudanças em relação à valorização patrimonial, num contexto que podemos estabelecer analogia com o processo de intervenção recente no Forte. O autor afirma que a abertura democrática do país permitiu algumas revisões no âmbito da política de preservação patrimonial permitindo a superação de práticas limitadas à *conservação palaciana e fachadista*. Entretanto, de acordo com o autor

Apesar da predisposição de tratar a cidade como documento, em toda sua complexidade, as políticas de preservação adotadas no Brasil a partir da década de 1990 distanciaram-se dessa concepção e, por vezes, sucumbiram à noção de “cidade-espetáculo” [...]. Esses efeitos visuais, somados a comercialização de produtos supostamente oriundos da cultura local, tais como a comida, o artesanato, os rituais, entre outros, e ao investimento em eventos gigantescos voltados para o turismo, têm estabelecido a tônica dominante entre os projetos de preservação.<sup>16</sup>

Após esta descrição sobre a constituição das experiências patrimoniais no Brasil e da ação do poder público nesse processo, considerando ainda que a intervenção no Forte se processou por iniciativa do poder público estadual, considero importante a análise de Cecília Londres quando a autora tece considerações sobre “política pública” referente ao patrimônio.

Considero que falar de uma política pública de preservação supõe não apenas levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos da diversidade cultural brasileira e a abertura à participação social na produção e na gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população.<sup>17</sup>

Fundamentalmente quando se remete à apropriação dos símbolos pela população, compreendo que parte importante de um trabalho de transformação ou intervenção no patrimônio histórico deve considerar que a sociedade irá se apropriar do que foi objeto da intervenção, também o transformando. O Forte, pelas mudanças que nele foram implementadas, atualmente é um outro lugar, não se transformou somente num espaço

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.12.

<sup>16</sup> FUNARI, Pedro Paulo Abreu & PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, pp. 51-56.

<sup>17</sup> FONSECA. *O Patrimônio em processo*, p. 29.

turístico, mas também num espaço de pesquisa de estudantes tanto de Belém, quanto de todo o estado. É este registro das modificações, resignificações, da reapropriação que considero importante ser discutido tanto pela história quanto por outras áreas de conhecimento.

## 2.2. História, memória e patrimônio

Para a historiografia, é importante estudar políticas de patrimônio uma vez que também por meio delas se constroem referências sobre passado. Como afirma Maria Célia Paoli quando se refere à história, patrimônio e passado, é importante sabermos que nenhuma destas palavras tem sentido único, “antes formam um espaço de sentido múltiplo, onde diferentes versões se contrariam, porque saídas de uma cultura plural e conflitante”.<sup>18</sup> Assim, a autora concebe monumentos arquitetônicos e obras de arte como “documentos e material historiográfico”.

Pensar o processo de intervenção no Forte do Presépio é, a meu ver, entender como realmente monumentos e seus significados não têm sentido único, pois geram interesses e conflitos por diferentes motivos. Como se tratam de espólios de memória, os monumentos históricos possuem o valor simbólico que, vez por outra, é trazido à tona para justificar ações e discursos dos grupos que intervêm nos mesmos. Por suas replicâncias no meio social, estão intimamente ligados conceitos sobre história, patrimônio e memória haja vista que dão conceitos ao que concebemos como identidade social, entretanto, é possível perceber que o entendimento acerca deles é partilhado de maneiras diferentes, e por grupos diferentes, ora gerando consenso, ora gerando divergência sobre a manipulação e o uso dos mesmos.

Do universo semântico, ou seja, dos sentidos e significados que se desenvolvem no bojo dessas transformações referentes ao patrimônio histórico, alguns aspectos são essenciais para a compreensão do alcance político, econômico, social e principalmente histórico desse processo. Quando se fala em reconstruir, restaurar, revitalizar, resgatar o patrimônio histórico é de fundamental importância analisar como ele se constrói, como se legitima, que política pública se desenvolve sobre as chamadas heranças patrimoniais e como o gestor deixa sua “marca”. Todos esses questionamentos procuram dar conta dos usos contemporâneos dos símbolos que conferem identidade, coletividade ou exclusão a uma sociedade. O projeto *Feliz Lusitânia* pode e deve ser analisado a partir de todos esses aspectos.

Para além de todas as questões importantes já referidas, permeia e fundamenta tais ações uma idéia de história que é transmitida para a sociedade de maneira geral, uma vez que são

---

<sup>18</sup> PAOLI, Maria Célia. “Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado”. In: *O Direito à Memória*, p. 25.

apresentadas leituras históricas sobre o monumento, por meio de visitas orientadas e de painéis expositivos, ressaltando o processo histórico da colonização portuguesa, visto por muitos visitantes como uma “aula de história”. Assim, caberá um questionamento constante neste trabalho sobre o papel do historiador e da própria história na contemporaneidade em relação às transformações aqui mencionadas. Acredito que estes problemas são importantes uma vez que as edificações em si não trazem muito mais do que as características que lhes são iminentes (materialidade), mas é o discurso que se constrói socialmente acerca delas que lhes dá outros sentidos. Nesse sentido Ulpiano Meneses observa que

Nenhum atributo do sentido é imanente. O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde são efetivamente gerados – para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e naturalidade. Por certo, tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentidos dos objetos. Por isso seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos. (MENESES, 1998, pp. 88-89).<sup>19</sup>

Ainda que não se possa procurar no objeto o “sentido dos objetos”, como afirma Ulpiano Meneses, os discursos criados em torno deles têm uma função fundamental nos processos sociais, principalmente quando referentes à identidade e memória coletiva. São representações que, pensadas a partir da noção trabalhada por Roger Chartier, fazem parte do real e que tanto por isso causam conflitos e divergências, como afirma o autor

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.<sup>20</sup>

Discutir os valores atribuídos ao patrimônio, os usos ou a construção de símbolos e o próprio modo de elaboração da construção do passado é tarefa complexa e o projeto ora estudado está constantemente refletindo esses aspectos. Em que pese, todavia, a importância

---

<sup>19</sup> MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Memória e cultura material: Documentos Pessoais no Espaço Público”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21 (1998), p. 91. A esse respeito, ver também: MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Os usos ‘culturais’ da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais”. In: YÁZIGI, Eduardo *et al.* (orgs.). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1996, pp. 88-99.

<sup>20</sup> CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, p. 17

do projeto como um todo, o foco maior de análise referente ao *Feliz Lusitânia* será a etapa que compreendeu a intervenção no Forte do Presépio, realizada entre 2000 – quando foram realizadas as primeiras pesquisas arqueológicas no local – e 2002, com a conclusão da obra. Num primeiro momento é necessário, porém, esmiuçar o projeto como um todo, suas etapas, objetivos e justificativas explícitas. Para tanto, a documentação usada será o próprio projeto.

O referido recorte temporal para análise foi eleito pelo modo como reverberou, na época, a intervenção no Forte para grupos diferenciados. Atualmente, mais do que em qualquer outro momento, acredito que se deseje construir no Forte a idéia do “mito fundador”.<sup>21</sup> Esta afirmação se fará respaldar ao longo deste trabalho, me permitam comprová-la posteriormente. Esse capítulo se constrói essencialmente a partir da análise documental do Projeto e dos documentos oficiais produzidos quando de sua implementação, expedidos pelos órgãos envolvidos no processo.

Em retrospecto, se considerarmos a complexidade de como foram construídas as idéias de preservação patrimonial e os diversos valores que são atribuídos ao patrimônio histórico, e mais, os interesses que permeiam as suas diversas categorias, perceberemos que ele deve ser objeto de reflexão e estudo para várias áreas de conhecimento. Mais do que debate para a seara de cientistas e técnicos, como afirma Déa Fenelon, “é preciso politizar o tema”, dando conta das condições históricas em que ele se desenvolveu e pensá-lo à luz da qualidade de vida e da pluralidade cultural de nossa sociedade. Compartilhando ainda da reflexão da autora, há que se retomar “um sentido de patrimônio histórico que nos permita entendê-lo como prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes”.<sup>22</sup>

### 2.3. O Centro Histórico de Belém e o Projeto Feliz Lusitânia

Os objetivos e argumentos do projeto Feliz Lusitânia, sem dúvida nenhuma, trazem elementos para uma longa discussão. Antes de detalhar as etapas de implementação das intervenções é interessante, portanto, identificar os elementos justificativos para a realização e importância do projeto. Inicialmente, o objetivo do projeto encontra-se definido da seguinte forma:

---

<sup>21</sup> A respeito dessa expressão, ver: CHAUI, Marilena. *Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Na obra a autora relaciona os termos *formação* e *fundação* na construção do mito de origem.

<sup>22</sup> FENELON. “Políticas culturais e Patrimônio Histórico”, p. 31

O projeto denominado Feliz Lusitânia busca suscitar os referenciais históricos, sociais, econômicos e de ocupação territorial da Amazônia e do Pará; as dimensões urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas da cidade; em síntese, representa a revitalização urbana do núcleo histórico da cidade de Belém, iniciada pelo Governo do Estado do Pará através da Secretaria de Cultura, em 1997.<sup>23</sup>

Quando se analisa o termo *suscitar* é pertinente lembrar que o Estado toma para si a tarefa de “fazer nascer, causar, provocar, lembrar, sugerir”, alguns dos significados do termo de acordo com o dicionário. Em seus argumentos, o projeto está eivado de apelos históricos significativos, os quais remetem para a importância da fundação da cidade, o papel simbólico do Forte e dos prédios de entorno como núcleo inicial da cidade e atentam para a importância de restaurar símbolos da história da Belém considerados como “referências históricas e arquitetônicas luso-brasileiras”.<sup>24</sup>

A área de intervenção é definida como “o núcleo histórico da fundação da cidade, composto por múltiplos espaços construídos, prédios da arquitetura colonial, arquitetura civil, religiosa e oficial com influência luso-brasileira”.<sup>25</sup> A própria denominação do projeto inspirou-se naquela atribuída à cidade quando iniciada a colonização portuguesa na Amazônia “constituída no início por um pequeno núcleo embrionário denominado Feliz Lusitânia”.<sup>26</sup> É possível identificar no projeto a justificativa para a escolha dos prédios que foram alvo da intervenção e que atualmente compõem o *Núcleo Cultural Feliz Lusitânia*, como é denominado o conjunto de museus:

O sítio urbano inaugural de Belém, FELIZ LUSITÂNIA, é demarcado por “Centro de Interesses”, que compreendem o atual Forte do Castelo de São Jorge (Forte do Presépio), a Igreja de Santo Alexandre (Igreja de São Francisco Xavier), o atual Palácio Episcopal (Colégio Jesuítico de Santo Alexandre), e o atual depósito de mantimentos da Oitava Região Militar (antigo Hospital Militar) e anexos, os jardins e o entorno imediato dessas áreas. São edificações que remontam ao século XVII e início do XVIII, e têm seus limites entre a Baía do Guajará e a Praça Frei Caetano Brandão. Monumentos de reconhecido valor cultural e histórico, passíveis de um programa de preservação auto-sustentável.<sup>27</sup>

Esta alusão constante a referenciais históricos ou elementos antigos é, sem dúvida nenhuma, uma forma de legitimação para as ações que foram implementadas, como afirma Eric Hobsbawm é crucial a utilização de elementos antigos quando da elaboração de novas

---

<sup>23</sup> SECULT/PA, *Projeto Feliz Lusitânia*, p. 4.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p 7

<sup>26</sup> *Ibidem*, p 3.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 7.



tradições. Assim, “sempre se pode encontrar no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório desses elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas”.<sup>28</sup> Fazer referência ao passado é fundamental para quaisquer sociedades e tão importante quanto isso é a compreensão de como este elo com passado é construído. Nesta busca de manter laços de continuidade com passado através de símbolos, como, por exemplo, as estruturas arquitetônicas, Antonio Augusto Arantes observa que

Talvez o termo “construir” descreva melhor essa relação, já que esses bens não são simplesmente legados de uma geração a outra. É verdade que, em parte, eles chegam às gerações sucessivas como herança. Ao mesmo tempo, entretanto (se não principalmente), a sua persistência no tempo resulta de ações e interpretações que partem do presente em direção ao passado. Nesse sentido, a assim chamada “preservação” deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente.<sup>29</sup>

Outro ponto interessante e que vale a pena ser analisado é que dentro dos elementos norteadores da intervenção nos prédios alvos do projeto, foi considerado como um dos princípios básicos “a retirada de acréscimos” que agredissem e descaracterizassem a os elementos mais originais.<sup>30</sup> Além disso, ganhou importância a “preservação – às vezes até mesmo valorizada – das alterações promovidas em diversas épocas” que pudessem ser consideradas como “contributivas à artisticidade do conjunto”. Teoricamente, essas últimas argumentações são plausíveis e mostram cuidado na elaboração do projeto, entretanto, como poderemos constatar mais adiante, elencar tais conceitos não foi, e nunca será, tarefa tão simples.

Buscar a preservação dos prédios retirando seus acréscimos, ou, como foi referido em alguns momentos, suas contribuições “espúrias”, deixa nas mãos do grupo que realiza a intervenção uma grave responsabilidade, com a sociedade e com as gerações futuras, que é a de decidir, muitas vezes sem um diálogo mais amplo com a própria sociedade, o que deve ou não ser mantido em relação ao patrimônio. No caso do Forte a preservação também se fez com “acrécimos” como, por exemplo, o uso museológico. Nesse sentido, é claro que o “Forte do Presépio” construído, segundo a historiografia local, em madeira e palha, não é o Forte do

---

<sup>28</sup> HOBBSAWM, Eric. “Introdução. A invenção das tradições”. In: HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 14.

<sup>29</sup> ARANTES. “Introdução”. In: ARANTES (org.). *Produzindo o passado*, p. 8.

<sup>30</sup> SECULT/PA, *Projeto Feliz Lusitânia*, p. 7.

Presépio que atualmente encontra-se naquele local, com seus cenários, sua iluminação e elementos envelhecidos que compõem a animação museal.

Quando afirmo que decidir sobre autenticidade e originalidade não é tarefa fácil, vale lembrar que a opinião de técnicos e especialistas nem sempre é unânime sobre o assunto. Acredito ser salutar o debate sobre representações do passado como processo dinâmico, sobretudo porque “a possibilidade de construção fechada de uma versão unívoca do passado repousa no poder de decidir sobre o que será ou não preservado enquanto registro à disposição da posteridade”.<sup>31</sup> Assim, a construção de um espaço considerado um símbolo histórico se faz pela própria discussão acerca dele, e sempre se deverá ampliar a busca desta construção sobre o passado para que ela não seja “fechada” tornando-se impositiva.

A maneira como o Forte foi descrito pela historiografia, e é descrito e pensado atualmente pelos diversos grupos sociais, e as transformações que nele estão sendo implementadas fazem dele um lugar singular. Quando me refiro às transformações não me reporto somente àquelas realizadas na materialidade do monumento, mas também (e talvez principalmente) no discurso construído acerca dele como representação. Singular porque a nenhum outro prédio se poderia creditar o discurso de berço de Belém ou do mito de origem, razão pela qual acredito que em relação a ele tenha se instaurado tanto conflito quando da sua restauração.

Ainda sobre os referenciais que se apóiam na história observa-se no projeto que os prédios foram escolhidos por serem “espaços abertos com ecos da memória colonial da cidade, demonstrada pelo traçado das ruas da Cidade Velha, pelo seu tipo de ocupação, suas praças e a sua relação com o rio”.<sup>32</sup> Há referências que remetem à memória, à identidade de Belém que justificam a importância de restaurar o Centro Histórico. Além disso, são mencionados no Projeto os prêmios conquistados pela iniciativa do restauro iniciada em 1997, com a restauração da Igreja de Santo Alexandre e do Palácio Episcopal.

É importante destacar que o Projeto Feliz Lusitânia (Conjunto Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão) recebeu, em 1999, o prêmio Aloísio Magalhães do Ministério da Cultura e, em 2001, o primeiro lugar do Salão Amazônico de Arquitetura.<sup>33</sup>

Diante do que já foi mencionado neste trabalho sobre os caminhos trilhados pelas políticas de valorização patrimonial no Brasil e no mundo, podemos encontrar no próprio projeto Feliz

---

<sup>31</sup> SILVA, Olga Brites da. “Memória. Preservação e Tradições Populares”. In: *O Direito à Memória*, p. 17.

<sup>32</sup> SECULT/PA, *Projeto Feliz Lusitânia*, p. 7.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 11.

Lusitânia o viés econômico que justifica a implementação do referido projeto. Para além das justificativas que evocam história, memória e identidade encontram-se também argumentos socioeconômicos para a realização do projeto.

A cidade [...] ganhará espaços de integração social auto-sustentáveis, preservando, ao mesmo tempo, parte importante de seu patrimônio histórico, cultural e paisagístico. A do sítio delimitado pelo projeto, com a extensão dos benefícios ao seu entorno imediato, assim como seu resultado econômico-financeiro, não só apontam para a sustentabilidade do empreendimento, como estimularão outras iniciativas semelhantes na região.<sup>34</sup>

Outro aspecto importante a ser analisado nas justificativas para a implantação é a idéia de integração de pólos turísticos da Amazônia; ou seja, ainda que essencialmente restrito a uma ação pontual em parte do Centro Histórico da capital, no projeto são colocados os benefícios que supostamente viriam a toda região. Assim, é explicitada no projeto a sua função no sentido de realizar a integração da região.

Este projeto, junto com outras ações paralelas, vem contribuindo para revitalizar o Centro Histórico de Belém, além de proporcionar um novo impulso ao retorno do turismo à “Capital da Amazônia”, interligando a cidade, a partir de um pólo turístico cultural, à região das ilhas (sendo a do Marajó a mais importante) e ao curso do rio Amazonas e seus afluentes.<sup>35</sup>

Como se pode perceber, dentre todos os aspectos até aqui mencionados, consta do projeto, como uma das funções mais importantes a prioridade do Pará, o investimento no turismo no sentido de diversificar a geração de emprego e renda no estado, bem como sua base produtiva. Mas vale ressaltar que, apesar de ter abordado aqui alguns aspectos socioeconômicos que estão presentes no projeto, o cerne desta análise é que não há como deixar inferir que há um processo simbólico de construção de identidade e memória, a partir do patrimônio histórico, principalmente pela transformação dos prédios restaurados em museus, como já foi referido em diversos momentos deste trabalho. Finalmente o projeto, em linhas gerais, sintetiza sua importância explicando que:

O projeto como um todo contempla aspectos físico-urbanísticos, sócio-econômicos e político-administrativos. Os organismos públicos e a sociedade civil organizada, sob a liderança do Governo Estado, empenham-se num processo de planejamento compartilhado, objetivando mudanças estruturais, determinantes do agenciamento conseqüente do espaço urbano, qualidade de vida, emprego e renda, e a preservação

---

<sup>34</sup> *Ibidem.*

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 12.

das características simbólicas de uma população que se aproxima dos 2 milhões de habitantes.<sup>36</sup>

O projeto Feliz Lusitânia foi realizado em etapas diferenciadas que abarcaram reformas, adaptações, transformações espaciais e utilitárias dos prédios remanescentes dos séculos XVII e XVIII em Belém. Tal projeto foi audacioso, haja vista a sua amplitude e o número de críticas, positivas ou não, que recebeu pelas implementações feitas no antigo Palácio Lauro Sodré, atual Museu do Estado do Pará (MEP)<sup>37</sup>, na Igreja de Santo Alexandre e o Palácio Episcopal, hoje Museu de Arte Sacra (MAS), no Forte do Castelo, atualmente Forte do Presépio, e no casario da rua Padre Champagnat, onde se localizam atualmente o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado, a Casa Feliz Lusitânia e o Museu do Círio. Como resultado, algumas destas modificações foram consideradas como referência em restauração patrimonial pela UNESCO.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> *Ibidem*.

<sup>37</sup> O Museu do Estado anteriormente já funcionava na antiga sede do Governo do Estado sendo incorporado ao Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, quando da inauguração do Museu de Arte Sacra. O projeto tem seus limites entre a Baía do Guajará e a Praça Frei Caetano Brandão, mas ampliou-se incorporando ao circuito outros prédios históricos, como consta no próprio Projeto: “O Projeto Feliz Lusitânia vem abrangendo outras áreas de replicância, além do território previsto de intervenção pontual. Destaca-se neste contexto o Museu do Estado do Pará – MEP e os memoriais implantados na Estação das Docas e o próprio Projeto Estação das Docas (revitalização recente realizada na antiga área portuária de Belém denominada Estação das Docas)”. *Ibidem*, p. 10.

<sup>38</sup> A restauração da Casa das Onze Janelas, quarta etapa do Feliz Lusitânia, foi apontada pela Unesco como a melhor obra de restauração de patrimônio histórico no Brasil. A esse respeito, ver: “Restauração sem igual no Brasil, diz a Unesco”. *Pará Turismo*, nº 3 (2004), pp. 7-12.



Figura 7

Vista do Centro Histórico de Belém depois da implementação da restauração dos prédios que foram alvo de intervenção pelo Feliz Lusitânia. No primeiro plano o Forte do Presépio, à esquerda uma visão parcial do Museu de Arte Sacra e à direita a Casa das Onze Janelas.<sup>39</sup>

As intervenções realizadas através do projeto foram fundamentadas, segundo consta textualmente do documento, em “pesquisas e prospecções, evitando-se, em todas as etapas da obra, deslizar para solução do falso histórico”.<sup>40</sup> Muito do que atualmente se concretizou no espaço foi embasado no parecer da arqueologia. Assim, os relatórios de Fernando Marques, arqueólogo responsável pelas escavações realizadas naquele sítio histórico, são de fundamental importância na conclusão desse trabalho. Algumas adaptações que o projeto sofreu, a partir das pesquisas arqueológicas, podem ser observadas pelas imagens do projeto

<sup>39</sup> *Informativo Cultural*, SECULT/SIM, 2003.

<sup>40</sup> Em alguns pareceres emitidos em 2002 pelo IPHAN e pela FUMBEL, sobre o projeto, encontra-se a mesma preocupação para não ocorrerem “falsos históricos” e para não “confundir o público”. Esta documentação será posteriormente citada, quando tratarmos especificamente da intervenção no Forte.



antes e depois da conclusão das obras e do parecer da arqueologia. A concepção original do projeto teve que ser modificada em função da produção das pesquisas referentes ao mesmo, é o que se pode perceber na perspectiva virtual do Projeto e posteriormente nas estruturas arqueológicas que foram valorizadas no final do projeto.



Figura 8

Perspectiva virtual do Projeto, antes das modificações decorrentes da pesquisas arqueológicas e iconográficas referentes ao Forte. Numa comparação com a Figura 7 note-se que na área à entrada do Forte foi encontrada uma bateria baixa que ficou exposta; na aérea interna onde existiria um anfiteatro foram consolidados e expostos os vestígios arquitetônicos, e o espelho d'água que aparece na perspectiva, em volta do Forte também não foi concretizado.<sup>41</sup>

A primeira etapa do projeto, como já foi referido, abarcou a Igreja de Santo Alexandre e o antigo Palácio Episcopal, essa primeira etapa foi inaugurada em setembro de 1998. Segundo consta no projeto, a obra realizou a “restauração e adaptação para uso museológico”. Atualmente, os prédios integrados, abrigam o Museu de Arte Sacra (MAS), o Sistema Integrado de Museus (SIM) e outros elementos como “uma cafeteria, uma galeria de arte, uma loja de produtos culturais, uma oficina de restauração, um auditório para 50 lugares, uma biblioteca e demais compartimentos de serviço e administração”. Para além de todo esse

<sup>41</sup> *Informativo Cultural, SECULT/SIM, 2002.*

aparato, a igreja ainda mantém suas funções litúrgicas, ocorrendo ainda no espaço casamentos, batizados, missas especiais e outros eventos.

Ao serem realizadas as etapas subseqüentes do projeto Feliz Lusitânia, o Museu de Arte Sacra já contava com quase três anos de funcionamento; na parte do projeto referente ao Forte consta uma avaliação sobre a realização dessa primeira etapa do Feliz Lusitânia. Esta avaliação, a meu ver, também pode ser entendida como uma justificativa para a implementação do restante do projeto.

A Igreja de Santo Alexandre, como espaço litúrgico, durante esses anos vem se destacando com vários encontros dos padres da arquidiocese realizados pela Cúria Metropolitana, assim como as missas realizadas com diversas intenções (bodas, quinze anos, falecimento) e a celebração de casamentos. O lançamento de livros de diversos autores de várias áreas de conhecimento e concertos musicais, de suma importância, vem transformando a Igreja em espaço musical propício às manifestações do gênero clássico. [...] junto com a inauguração da primeira parte do Projeto Feliz Lusitânia, abriu a Sala Augusto Fidanza, o primeiro espaço na cidade destinado prioritariamente à fotografia. Na área educativa, foram desenvolvidas ações educativas e sociais, buscando a relação do educar e preservar, assim como várias ações integradas às exposições temporárias e a implantação de ciclo de palestras e cursos relacionados ao patrimônio histórico e cultural. Todos esses ações e eventos integram-se nesses quase três anos de funcionamento do Museu de Arte Sacra – MAS e Igreja de Santo Alexandre, iniciando-se a escrita de uma história interligada ao Projeto Feliz Lusitânia, que vem se configurando como um pólo turístico e cultural.<sup>42</sup>

A segunda etapa do Projeto Feliz Lusitânia, realizada em conjunto com a terceira e quarta etapas, entre 2000 e 2002, envolveu a restauração do casario da rua Padre Champagnat – “oito edificações geminadas, com características da arquitetura luso-brasileira situadas na lateral da Igreja de Santo Alexandre”.<sup>43</sup> No conjunto, foi instalado o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado, o Museu do Círio, além de uma sorveteria e uma loja de artesanato. Na parte superior do prédio funciona um salão de recepção para 200 pessoas. A terceira etapa do Feliz Lusitânia foi, justamente, a restauração do Forte, objeto desse estudo.

A quarta etapa do Projeto, realizada em paralelo à obra do Forte e inaugurada juntamente com as duas outras etapas, foi a restauração e adaptação do Antigo Hospital Militar, ou a Casa das Onze Janelas. O prédio situado ao lado do Forte abrigou a 5ª Companhia de Guarda do Exército e é, segundo o Projeto, “considerado o maior espaço dedicado à arte contemporânea brasileira para as regiões Norte e Nordeste”. Na área à esquerda do prédio foram

---

<sup>42</sup> SECULT/PA, *Projeto Feliz Lusitânia*, p. 17.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 21

desapropriados três galpões que posteriormente foram demolidos, “a área surgida com essas demolições foi objeto de pesquisas arqueológicas com o intuito de detectar as fundações do Antigo Hospital da Misericórdia”.<sup>44</sup>

Todos os espaços restaurados ou remodelados pelo projeto foram adaptados ao uso museológico. Associar os monumentos históricos à construção de uma volta ao passado é fenômeno recorrente às sociedades atuais; seriam os chamados “lugares da memória” na expressão de Pierre Nora.<sup>45</sup> Assim, nunca tantos olhares se voltaram para museus e temas referentes à memória e patrimônio, tentando remediar talvez o rompimento com o passado que outrora existira, como discute Mário Chagas. Paradoxalmente à era do descartável, das inovações tecnológicas e das informações sempre novas, percebe-se esta volta aos monumentos antigos como uma construção social, efetivamente presente na contemporaneidade.<sup>46</sup>

Diante dessa apropriação e dessa volta aos monumentos históricos, cada vez mais se observa que vários órgãos atuam, ou deveriam atuar, como mediadores, defensores e preservadores dos monumentos arquitetônicos. Os bens patrimoniais têm sido alvo constante de práticas e políticas que buscam sua transformação, ou, como mais usualmente encontramos o termo, sua reabilitação se tornando por vezes objeto de “consumo e espetáculo”.<sup>47</sup>

#### 2.4. A implementação do Projeto Forte do Castelo: A criação do Museu do Forte do Presépio.

Para implementar a restauração e readequação de uso do Forte do Castelo e redeterminá-lo de Forte do Presépio, como com qualquer prédio protegido como patrimônio histórico, foi preciso toda uma tramitação técnica e burocrática a ser seguida pela Secretaria de Cultura. Para uma melhor compreensão desse processo passemos em revista alguns aspectos concernentes à intervenção em prédios históricos, tomando por base de análise o próprio monumento aqui discutido. Como sabemos, o patrimônio histórico brasileiro pode ser

---

<sup>44</sup> *Ibidem*, p 33.

<sup>45</sup> NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos Lugares. Apud: CHAGAS, Mário & ABREU, Regina (orgs.) “Introdução”. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.13.

<sup>46</sup> CHAGAS, Mário & ABREU, Regina (orgs.). “Introdução”. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 13.

<sup>47</sup> CHOAY. *A Alegoria do Patrimônio*, pp. 211-17.



tombado em três esferas do poder público: federal, estadual e/ou municipal, baseado em uma legislação patrimonial gerada desde a década de 30. Segundo Cássia Magaldi,

O Brasil possui, em nível constitucional, legislação específica de proteção a bens culturais desde 1937. Com o passar do tempo, à existência dos órgãos federais de patrimônio histórico foram se somando as instituições estaduais de preservação – sobretudo na década de 70 e o aparecimento dos conselhos municipais ao longo dos anos 80.<sup>48</sup>

No caso das edificações históricas, portanto, as mesmas podem ser protegidas nas três instâncias do poder público ou somente em uma ou duas delas. O Forte é tombado pelo IPHAN, desde 1962, e pela FUMBEL, desde 1990. Essa situação legal possibilita a compreensão do fato de que a intervenção teria que ser aprovada pela esfera federal e a municipal, ainda que o proprietário do imóvel fosse o Governo do Estado do Pará. O proprietário de um imóvel tombado deverá sempre obter autorização, junto aos órgãos responsáveis pela proteção do bem, para a realização de projetos, construções ou demolições no imóvel.

Os critérios para que determinado bem seja tombado, em uma ou mais esferas do poder público, estão vinculados ao grau de interesse e valorização para a sociedade em relação ao referido patrimônio. Em Belém, assim como em outras cidades, a União protege os bens que são de interesse à preservação para a nação, por suas características históricas ou artísticas, através das Superintendências Regionais (SRs) do IPHAN. Os bens de interesse regional são protegidos pela instância estadual, no caso de Pará através do DPHAC/SECULT, e os bens de interesse local são protegidos pela esfera municipal, em Belém através do DEPH/FUMBEL.

Sobre a proteção dos bens patrimoniais em diferentes níveis, há uma publicação do DPHAC/SECULT, lançada em 2002, que afirma que

A cultura de um país não é uniforme, mas sim a soma de várias culturas regionais ou locais com elos comuns. Assim, um determinado bem pode ter muita importância para a cultura de um Estado ou de um Município, e não ter nenhum significado nacional. Logo esse bem de interesse regional ou municipal deverá ser tombado apenas pelo Estado ou Município. Por outro lado, nada impede que ocorra uma ação conjunta nas três esferas políticas, quando um bem tiver importância tanto para a União, como para o Estado e para o Município.<sup>49</sup>

É notório que o discurso sobre a “ação conjunta” referida na citação é resultado da experiência vivenciada por Belém, nas suas instâncias de poder, quando da implementação

---

<sup>48</sup> MAGALDI, Cássia. “O Público e Privado: propriedade e interesse cultural”. In: *O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*, p 22.

<sup>49</sup> *Série informar para preservar*. Belém: SECULT/DPHAC, vol. I, 2002.

das obras de restauração através da SECULT. Guardadas as devidas ressalvas, presentes em um material produzido no momento do conflito entre a Prefeitura e o Governo do Estado, não se pode negar a importância da atuação do poder público no que se refere à proteção do patrimônio cultural, pois deve tomar para si a responsabilidade que lhe cabe sobre os bens patrimoniais, gerenciando, normatizando e instituindo usos e leis sobre os mesmos.

Os usos, as leis e o gerenciamento do patrimônio cultural através do Estado, entretanto, não deverão nos remeter à cultura como algo apartado da vivência dos indivíduos. A chamada gestão do patrimônio cultural deve ser implementada de maneira a não alijar a sociedade do uso e da noção de pertencimento dos bens culturais. A criação de lugares culturais ou de *centros culturais* não deve estar pautada em uma segregação do acesso à cultura, esta deve ser entendida, como registra Ulpiano Meneses, como uma dimensão da vida em sociedade:

A tendência dominante, entre nós, toma a cultura redutoramente como um segmento compartimentado, privilegiado, em vez de localizá-la na totalidade da vida social. Ao contrário vemos agregar-se aos diversos níveis e instâncias de fenômenos sociais (econômicos, políticos, religiosos, etc. etc. etc.) mais um, ainda que tido por importante. [...] Em suma, reiterando, não se deveria considerar a cultura como um nível específico da vida social, mas como uma dimensão sua específica, referente a todos os níveis, espaços e campos. É a dimensão das mediações simbólicas.<sup>50</sup>

A idéia de valorização patrimonial e da própria cultura deve partir da premissa de que, como afirma Ulpiano Meneses, “a cultura não é externa aos sujeitos sociais, mas onipresente, incorpora-se à vida social”.<sup>51</sup> Ainda que este estudo enfoque fundamentalmente os bens patrimoniais edificados e ditos materiais ou o patrimônio histórico, é necessário tocar em questões abstratas como a noção de cultura e discursos sobre valorização cultural, pois constantemente essas expressões são arroladas nas ações de restauração. A despeito da materialidade do patrimônio edificado, os seus usos culturais, como chama a atenção Ulpiano Meneses, também estão situados no universo do sentido.

A problemática da cultura, o domínio do cultural tudo isso diz respeito à produção, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem, mobilização e descartes de sentidos, de significações [...]. Dessa forma a cultura engloba tanto aspectos materiais como não materiais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana: tais sentidos, ao invés de meras elucubrações mentais, são parte essencial das representações com as quais alimentamos e orientamos nossa prática (e vice-versa) e, lançando mão de suportes materiais e não-materiais, procuramos produzir inteligibilidade e reelaboramos simbolicamente as estruturas materiais de

---

<sup>50</sup> MENESES. “Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma crítica das práticas e políticas culturais”, pp. 94-95.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.88.

organização social, legitimando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando.<sup>52</sup>

Todas as relações inferidas por Ulpiano Meneses estão imbricadas nas questões de restauração patrimonial e reinterpretação do construto histórico. A esfera técnica por onde tramita o que deve ser restaurado e como deve ser utilizado e preservado não está alheia às relações de caráter político e de poder. A reestruturação de um monumento histórico e, principalmente, sua transformação em um lugar de memória, como um museu, vão além das finalidades econômicas e turísticas, e estão ligadas à construção de símbolos, de memória histórica e de identidade de uma sociedade. Sempre se construirá assim, uma relação conflituosa ora entre grupos de interesses divergentes, ora grupos políticos ou ações do poder público e muitas vezes entre a própria população, no processo de manuseio dos bens culturais.

O fato de a intervenção ter sido feita num prédio protegido por duas esferas de poder e propriedade de outra, seguramente ensejou tanta discussão. Cogitar, entretanto, a hipótese de que a polêmica em torno da restauração do Forte se deu pela situação legal do monumento não exclui as questões políticas e ideológicas que estão imbricadas quando se fala em restaurar e preservar. Os vários ofícios, pareceres e memorandos que foram expedidos quando da intervenção mostram que as idéias sobre as questões patrimoniais não são consonantes. Tais idéias também não estão desvinculadas de grupos e discursos de poder, de elites intelectuais que acabam por delinear, de acordo com uma seleção de interesses, como se constrói o processo de preservação do patrimônio histórico.

O Forte do Presépio é caracterizado como bem tombado tanto na esfera municipal, quanto na federal. Considerando essa situação legal, foi vasta a documentação que tramitou entre a SECULT, a FUMBEL e a 2ª SR do IPHAN. Analisar-se-á neste momento o processo burocrático da intervenção no Forte. Para tanto, será utilizada como fonte a documentação existente nos arquivos dos três órgãos envolvidos no processo de intervenção do Forte. Procurar a compreensão dessa esfera técnica dará conta dos argumentos utilizados, bem como das implicações que envolvem a restauração de um bem edificado.

Não se pretende aqui afirmar que a intervenção em um prédio histórico ocorre sempre da mesma maneira; entretanto, explicitar o “lado burocrático” mostrará que, além das questões de identidade, memória e política, há uma outra que ocorre nos “bastidores” de uma intervenção como a que se realizou no Forte. Analisar a documentação técnica referente ao projeto enseja uma outra questão: a discussão entre campos de saber. São várias as ciências

---

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 89.

que convergem ou que se contrapõem nas questões patrimoniais, acerca de como e o que deve ser preservado. Das áreas de conhecimento envolvidas nesse processo, três delas são mais presentes e foram usadas para respaldar argumentos e decisões: a Arqueologia, a História e a Arquitetura. No caso do Forte, essas foram as esferas de saber em torno das quais, mais constantemente gravitaram as idéias de restauração e preservação.

•

A solicitação de execução das obras de intervenção no então Forte do Castelo, para a concretização da terceira etapa do Projeto Feliz Lusitânia foi protocolada junto à 2ª SR/IPHAN abrindo o processo nº 01492.4000026/2001-15, no dia 19 de fevereiro de 2001. No Departamento de Patrimônio Histórico da FUMBEL o processo aberto para a realização das obras no Forte foi o de nº 555/01, protocolado em 20 de fevereiro de 2001. A partir destas ações tornou-se intensa e quase diária a documentação que tramitou tanto na 2ª SR/IPHAN, em Belém, quanto na instância central do IPHAN em Brasília, na FUMBEL, na SECULT e posteriormente no Ministério Público Federal (Pará).

Pelo volume de documentação referente ao projeto que circulou entre as instituições, se tornaria por demais extensa uma análise individual de cada documento. Entretanto, alguns documentos serão analisados individualmente para entender a argumentação neles utilizada, principalmente quando se respaldam em testemunhos históricos. Ao selecionar alguns ofícios e pareceres nos arquivos dos órgãos envolvidos no processo, pretende-se delinear a posição de cada instituição e seus respectivos argumentos.

Confrontar as idéias de preservação e intervenção no patrimônio histórico, levando em consideração o lugar e o grupo a partir de onde são postuladas, contribuirá, a meu ver, para construir uma análise sobre o processo de construção de usos dos bens edificados e de símbolos de identidade e memória coletiva, vista aqui a partir da experiência vivenciada em Belém na última década. Assim, para além das implicações burocráticas, como foi citado antes, há a *vertente ideológica* do processo de intervenção nos bens patrimoniais; mas é a partir dessa esfera técnica que se pode iniciar a incursão que desvele este processo.

Iniciado juridicamente em 2001 na FUMBEL e no IPHAN, o processo correu em paralelo às obras de intervenção no Forte. As primeiras atividades, entretanto, se iniciaram em 1999, através de sondagens arqueológicas feitas no sítio, coordenadas por Fernando Marques, arqueólogo do Museu Paraense Emilio Goeldi, como informa o relatório da pesquisa

Em 1999, realizamos as primeiras sondagens na área do Forte do Castelo, precisamente no salão de festas localizado em seu interior, com objetivo de verificar evidências relativas ao antigo corpo da guarda mostrado em iconografias. Nestas sondagens encontrou-se as seguintes estruturas: indícios de piso em lajota maciça de

barro, assentada com argamassa de barro e cal de concha de sernambi a 27cm de profundidade em relação ao piso do salão; uma camada de piso em pedra aparelhada, a 21cm em relação ao piso do salão; uma base de parede em alvenaria de tijolo furado, a 12cm em relação ao piso do salão, sobre a camada de pedra aparelhada; uma faixa de 1m de espessura, de solo compactado argilo-arenoso (piçarra) a partir de 26cm em relação ao piso do salão, do alicerce da parede do antigo corpo da guarda. Em agosto de 2000, com a saída dos militares das dependências do Forte, foi possível realizar um estudo mais aprofundado na área, no sentido de tentar definir setores com potencialidades arqueológicas para a proposta de restauração. [...] Como resultado, caracterizou-se elementos bastante significativos, que não se restringiram apenas à questão das alterações ocorridas na configuração arquitetônica do Forte, mas à ocupação humana do local. As sondagens, de dimensões reduzidas, representaram apenas uma pequena amostragem em relação à totalidade do espaço do Forte, mas apontou estruturas importantes em sete setores de interesse, que tiveram recomendadas sua valorização na proposta de revitalização a ser implantada no monumento.<sup>53</sup>

Como resposta, os primeiros documentos enviados pelos órgãos aos quais foi solicitada a análise de projeto e autorização para a realização do mesmo foram emitidos entre fevereiro e maio de 2001. A resposta da FUMBEL à SECULT, remetida através do parecer 183/2001, considerou que “o projeto foi aprovado com restrições”. No parecer consta que:

O Forte do Castelo é imóvel de valor histórico tombado pela União em 28/08/1962 e pelo Município em 30/03/1990 [...] é classificado conforme a Lei 7.709 de 18/05/1994, na categoria de Preservação Arquitetônica Integral, a qual admite somente intervenções destinadas à conservação das características arquitetônicas, artísticas, e decorativas internas e externas do imóvel em questão.<sup>54</sup>

A restrição na aprovação se deve ao fato de que a SECULT ainda teria que enviar à FUMBEL “o projeto referente à área ocupada pelo Restaurante (do Círculo Militar) juntamente com a Prospecção Arqueológica desta área”. Após esse momento, a FUMBEL somente se manifestou novamente acerca da intervenção no Forte em março de 2002, quando o IPHAN comunicou-lhe que havia expedido aviso de possível intervenção da obra aos responsáveis pela obra.

Considerada a posição da prefeitura municipal, por meio da FUMBEL, é importante também observar como se posicionou a 2ª SR/IPHAN, sobre essa mesma fase de autorização para a intervenção no Forte. Em relação ao IPHAN, a tramitação para aprovação do projeto se deu de maneira diferenciada, pois de acordo com ofício da 2ª SR/IPHAN, a superintendência procedeu da seguinte maneira:

---

<sup>53</sup> MARQUES, Fernando Luiz. *Relatório da pesquisa arqueológica na área do Forte do Castelo, em Belém, Pará*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório/Março de 2003, p. 4.

<sup>54</sup> Acervo DEPH/FUMBEL, parecer nº 183/2001-FUMBEL/PMB

Devido se tratarem de intervenções de grande porte e complexidade solicitamos [...] o envio do resultado das investigações, pesquisas, consultorias, prospecções arqueológicas [...] que fundamentam as propostas de intervenção, bem como memoriais justificativos, especificações, propostas complementares e demais materiais técnicos correspondentes às mesmas viabilizando desta forma uma análise mais ágil e conclusiva da parte deste Instituto.<sup>55</sup>

Toda documentação enviada pela SECULT à 2ª SR/IPHAN foi encaminhada ao IPHAN/BRASÍLIA-DF para o Departamento de Proteção – DEPROT. O resultado da análise foi um parecer elaborado pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro e pelo arquiteto Antonio Aguilera Montalvo, que foi remetido à 2ª SR/IPHAN através do memorando 068/2001-DEPROT/IPHAN-DF.<sup>56</sup> Nesse memorando, o diretor do DEPROT/IPHAN-DF solicita à Superintendência “análise e providências para as irregularidades apontadas pelos técnicos do Instituto ao Projeto com a urgência que o caso requer”. Após essa primeira análise, o IPHAN chamou a atenção da SECULT para “a necessidade de reavaliação de alguns itens do citado projeto”. No ofício 155/2001, o IPHAN disponibilizou à SECULT estudos que viabilizariam a reavaliação do projeto e sugeria a consultoria de Adler Homero como estudioso de fortificações.

(...) vimos assim proceder e também reiterar a disposição dos técnicos deste Instituto em contribuir no que Vossa Senhoria julgue pertinente na condução desse processo. No tocante ao material que esta Superintendência dispõe sobre o estudo para desenvolver projetos de interpretação e sinalização de sítios historicizados, o mesmo encontra-se à disposição de Vossa Senhoria para que técnico dessa Secretaria consulte-o (...) O mencionado especialista (Adler Homero Fonseca de Castro), tem investido em pesquisa e estudos sistematizados da história das construções e do material de artilharia de Fortins, Fortes e Fortalezas no Brasil. Portanto compreenda que, ainda sem consultá-lo, mas certos de que esta é uma atribuição do IPHAN, esse historiador poderá somar com seus estudos, na louvável iniciativa de Vossa Senhoria em resgatar e difundir a legítima história do nosso Forte do Castelo.<sup>57</sup>

O parecer nº 25/2001 de 20 de março de 2001, elaborado por Adler Homero Fonseca de Castro e Antonio Aguilera Montalvo, técnicos do IPHAN em Brasília, trouxe críticas que demonstravam a preocupação com uma possível “releitura equivocada do bem” e com a possibilidade de um “pastiche histórico”. Dos tópicos considerados como “propostas inaceitáveis” em relação ao projeto, são destacados: a construção de um talude dentro do fosso, a proposta da criação de um espelho d’água também no fosso da fortaleza e a

---

<sup>55</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, ofício nº 069/01-2ª SR/IPHAN

<sup>56</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, parecer nº 25/2001-DEPROT/RJ

<sup>57</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN: ofício nº 155/2001-2ª SR/IPHAN

reconstrução dos parapeitos da barbeta da bateria baixa. Neste último aspecto, “isso implicaria na escolha de um momento histórico em detrimento de outro posterior, o que é pior, permanecendo os elementos desse segundo momento, criando um pastiche histórico”.<sup>58</sup> Algumas denominações dadas aos espaços a serem criados pelo projeto também são alvo de crítica como a “Esplanada dos Tupinambás”. Por fim o documento sugere que se remeta embargo administrativo à intervenção no Forte.

Os documentos mencionados fornecem as informações sobre o posicionamento dos órgãos responsáveis pela aprovação ou não do projeto de restauração e adequação de uso do Forte do Castelo. Há uma lacuna referente à documentação nos arquivos da 2ª SR/IPHAN; ainda que se tenha uma catalogação seqüencial, os documentos posteriores ao mês de maio estão datados de dezembro de 2001 e assinados pelo então Superintendente da 2ª SR/IPHAN, Luiz Severino da Silva Junior. Essa retomada do IPHAN em relação à avaliação do projeto foi mais acirrada na gestão do novo Superintendente, como se poderá constatar na documentação por ele enviada.

Em dezembro de 2001, a SECULT é novamente argüida pelo IPHAN quanto à resolução das pendências do projeto, tanto em relação ao antigo Hospital Militar (Casa das Onze Janelas), quanto em relação ao Forte do Castelo. De maneira mais contundente, em ofício enviado ao Secretário de Cultura, Paulo Chaves, o então Superintendente do IPHAN, Luiz Severino, cogita a possibilidade de intervenção nas obras do Projeto Feliz Lusitânia. No tocante ao Forte, Luiz Severino afirma que “o projeto de intervenção do Forte do Castelo – Monumento Nacional 644-T-61 – também não se encontra regulamentado em suas mínimas necessidades”.<sup>59</sup> Em resposta ao Ofício nº 485-2ª SR/IPHAN datado de 6 de dezembro de 2001, a SECULT solicita nova Análise de Projeto enviando material técnico ao IPHAN em 13 de dezembro de 2001 e 10 de janeiro de 2002.

Esse material técnico entregue pela SECULT ao IPHAN, em dezembro e janeiro, apresenta-se mais detalhado; nele já constam os vestígios descobertos pelas pesquisas arqueológicas, a proposta de consolidação dos mesmos e as plantas, inclusive com a proposta de demolição parcial do muro fronteiro à Praça Frei Caetano Brandão, como se idealizou no início do projeto. O Memorial Justificativo solicitado pela 2ª SR/IPHAN em fevereiro de 2001 ainda não se encontrava anexado a toda essa documentação. Em fevereiro de 2002, o IPHAN promoveu uma Notificação de Fiscalização das obras no Forte por “Demolição não

---

<sup>58</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN: parecer nº 25/2001-DEPROT/RJ.

<sup>59</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, ofício nº 485/2001-2ª SR/IPHAN.

autorizada” e determinou “A paralisação imediata dos serviços por ausência de projeto aprovado”.<sup>60</sup>

O procedimento do IPHAN foi comunicado à FUMBEL e à Secretaria de Urbanismo do Município (SEURB/PMB) através ofício, no qual o IPHAN determinava que se implantassem as medidas cabíveis junto à municipalidade, caso a infração também estivesse configurada junto à Legislação Municipal Vigente.<sup>61</sup> Somente nesse momento a FUMBEL se posicionou novamente em relação ao Projeto; a partir daí se intensificariam os conflitos e as discordâncias entre os órgãos, até o final da execução do projeto. No capítulo posterior uma análise da repercussão do projeto na imprensa local e nacional mostrará como esses conflitos extrapolaram as questões patrimoniais e fincaram raízes no campo político-partidário em Belém, bem como causaram a exoneração do Superintendente da 2ª SR/IPHAN.

As demolições constatadas pela 2ª SR/IPHAN foram comunicadas à direção central do IPHAN em Brasília. Na ocasião também foi enviada a ficha do Sítio Histórico Urbano denominado *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão*. Um memorando enviado por Luiz Severino ao presidente do IPHAN e ao diretor nacional do DEPROT/IPHAN-DF traz informações importantes sobre o andamento do projeto e a posição da instituição, que já havia promovido a notificação.

O projeto envolve quatro monumentos nacionais tombados isoladamente e tombados como Conjunto Paisagístico e Arquitetônico.<sup>62</sup> (...) No decorrer das fiscalizações arqueológicas, no mês dezembro, constatamos que as demolições estavam atingindo o muro do aquartelamento, que separa o Forte e seu entorno da Praça Frei Caetano Brandão. Este muro, de pedra, foi construído em 1869, e desde esta data, através de seu pórtico, era o único acesso ao Forte. Com isto foi solicitada, verbalmente, a paralisação de sua demolição, pois, não estava sendo efetuado nenhum tipo de registro ou pesquisa. Além disso, o arqueólogo responsável pela pesquisa também é contrário a sua demolição. Mesmo assim, o nosso pedido não foi atendido. Efetuada Notificação Extrajudicial, também não fomos atendidos. Pior fomos informados de que nada impediria sua demolição e que os trabalhadores iriam continuar, aos poucos, no dia-a-dia, com a demolição do muro até ele estar totalmente demolido (...) Solicitamos aos membros do Governo do Estado que fosse apresentado um Memorial descritivo das razões que justifiquem esta alteração no ambiente e nos espaços fechados do Forte do Castelo. Fomos informados que não existe tal documento e que o mesmo seria providenciado. (...) Assim na falta de um projeto final, até o momento os executores da obra estão dando continuidade às demolições,

---

<sup>60</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, Notificação nº 007/2002-2ª SR/IPHAN.

<sup>61</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, ofício nº 074/2002 e 075/2002-2ª SR/IPHAN.

<sup>62</sup> Os monumentos referidos no documento são todos os abarcados pelo projeto Feliz Lusitânia: A Igreja e o Colégio dos Jesuítas (1ª etapa); o Casario da Rua Padre Champagnat (2ª etapa); o Forte do Castelo (3ª etapa) e o Prédio do Antigo Hospital Militar (4ª etapa).



o que promove forte descaracterização ao Conjunto, aos imóveis destaques e a própria morfologia do Sítio. É importante notar que o projeto possui um forte apelo político, e por isto, é alvo de interesses e críticas de toda sociedade belenense. Pois, é utilizado como espelho e justificativa para todas as demais intervenções propostas no Centro Histórico de Belém.<sup>63</sup>

O memorando revela como foi delicado o processo de intervenção no Forte e que, como já foi referido, extrapolou as questões especificamente patrimoniais. Percebe-se que, contemporaneamente, as idéias de preservação e de patrimônio, mais do que valorização enquanto herança do passado, sofrem uma inversão e assumem relação direta de interesses do presente. Cabe entender que cada grupo assume sua invenção discursiva e formula uma consciência histórico-cultural, concebendo-a como verdade. Seja a SECULT, o IPHAN ou a FUMBEL, cada um desses órgãos formulou um discurso sobre preservação, que cabe esmiuçar.

A retomada das investidas da FUMBEL, em 2002, deu conta de diversos pedidos: 1) atualização do projeto à Secretaria de Cultura; 2) notificação aos responsáveis pela obra, por ausência de projeto aprovado; 3) solicitação de cópia de todo processo ao IPHAN; 4) solicitação à SEURB que mandasse proceder Embargo Judicial à obra; e 5) reavaliação da análise do projeto. Após a retomada da FUMBEL, vários documentos foram enviados e recebidos, entretanto, far-se-á análise mais detalhada do Parecer nº 332/2002-FUMBEL/PMB, no qual estão compilados todos os pontos discordantes desse órgão em relação ao projeto do governo do Estado; posteriormente, este mesmo documento será confrontado com o Memorando nº 334/2002-GAB/DEPROT-DF, também datado de julho de 2002, que “aprova a totalidade do projeto” apesar da posição contrária da 2ª SR/IPHAN.

É importante analisar a essa nova ofensiva da FUMBEL em relação ao projeto da SECULT sob vários aspectos: primeiramente, nenhuma solicitação da esfera municipal me pareceu descabida, considerando uma proposta de restauração de tamanha envergadura; as pessoas que estavam à frente do órgão eram pessoas que estão ligadas às questões patrimoniais não se podendo assim, considerar suas elaborações como sendo de “leigos”. Em segundo lugar, não se pode, entretanto, deixar de pensar na ação da FUMBEL a partir de um viés político-partidário: afinal, 2002 era o último ano do mandato do então governador do estado Almir Gabriel, após oito anos de gestão; por outro lado, a oposição política entre PT (prefeitura) e PSDB (governo do Estado) em Belém era evidente, e a possibilidade da não conclusão a obra era possível também.

---

<sup>63</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, Memorando 049/2002-GAB-2ª SR/IPHAN.

A importância da análise sobre os interesses político-partidários envolvidos reside no fato de que a FUMBEL poderia ter atuado de maneira mais constante em relação à obra que estava sendo realizada pelo governo do Estado, e não somente voltar a se manifestar somente em 2002. É importante também ter em vista que as questões patrimoniais não são decididas de maneira homogêneas e que órgãos de diferentes instâncias podem emitir opiniões diferentes sobre um mesmo projeto.

#### 2.4.1. O IPHAN e a FUMBEL. Dois pareceres divergentes sobre o *Projeto Forte do Castelo*

O parecer emitido pela FUMBEL, através do Departamento de Patrimônio Histórico em julho de 2002, após uma nova análise do projeto *Feliz Lusitânia*, foi minucioso em suas observações e sugestões em relação ao projeto. Uma das primeiras preocupações da FUMBEL, explícitas no documento, diz respeito à utilização de materiais que pudessem ser confundidos “com elementos originais da fortificação, resultando em falsos históricos e estéticos”. Outro ponto fundamental do parecer da FUMBEL se refere às descobertas arqueológicas (Figura 9), que ficariam expostas à visitação, recomendando que

Os diversos elementos/vestígios encontrados devem ser de tal maneira tratados, a não confundir o público. Essa “escolha” das fases a serem eleitas a permanecerem expostas ou existentes [...] deve ser justa e coerente, pois os vestígios arqueológicos encontrados, apontam diversas fases de ocupação do monumento.<sup>64</sup>

O posicionamento da FUMBEL e sua preocupação quanto à proposta de valorização dos vestígios arquitetônicos desvelados nas escavações são pertinentes uma vez que foram muitas as estruturas encontradas, as mesmas foram datadas considerando um recorte temporal muito amplo, como se pode observar no mapa das estruturas arqueológicas evidenciadas pelas escavações. O parecer refere-se igualmente às peças de artilharia existentes no Forte, bem como às que foram encontradas pelo trabalho de arqueologia no sítio. A FUMBEL chama a atenção tanto para a falta de um “desenho para o reparo dos canhões”, como para o posicionamento das peças no circuito expositivo.

---

<sup>64</sup> Acervo DEPH/FUMBEL, parecer nº 332/2002-FUMBEL/PMB.

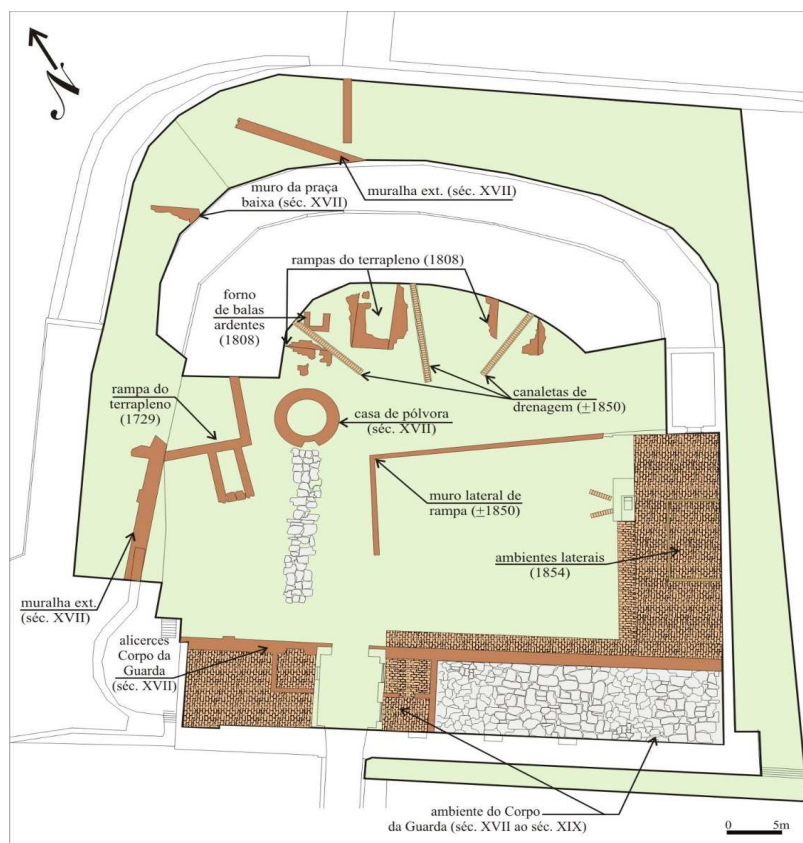


Figura 9

Mapa das estruturas arqueológicas, com as respectivas datações, encontradas na área interna do sítio histórico.<sup>65</sup>

Outro tópico discordante da FUMBEL em relação ao projeto é quanto à retirada do reboco das muralhas; o posicionamento do órgão é baseado no parecer de Adler Homero e de Ciro Corrêa Lyra que discordaram do procedimento aplicado durante as obras de restauração. Aqui abro um parêntese para fazer uma análise que cinco anos de trabalho no Museu do Forte me permite fazer: o fato de deixar a técnica construtiva de *pedra e cal* a descoberto, oportuniza que alguns visitantes toquem na alvenaria de pedra, e retirem conchas que ficam à mostra nas paredes que possuem cal de sernambi, o que facilita sua desagregação. A meu ver, adotar apenas algumas “janelas” que deixassem à mostra a técnica construtiva seria mais benéfico à edificação, tanto em relação à ação do tempo, como em relação à ação dos próprios visitantes.

Dos argumentos discordantes existentes no parecer analisado em relação às obras no Forte, seguramente o que é exaustivamente mencionado diz respeito à demolição do muro construído no século XIX, fronteiro à Praça Frei Caetano Brandão. A proposta do projeto, que contemplou a retirada do muro em *pedra e cal* foi considerada pela FUMBEL “uma

<sup>65</sup> MARQUES, Fernando Luiz. *Relatório da pesquisa arqueológica na área do Forte do Castelo, em Belém, Pará*, p. 82.

afrota ao elemento que se configura na verdade como constitutivo da própria posição defensiva do Forte”.

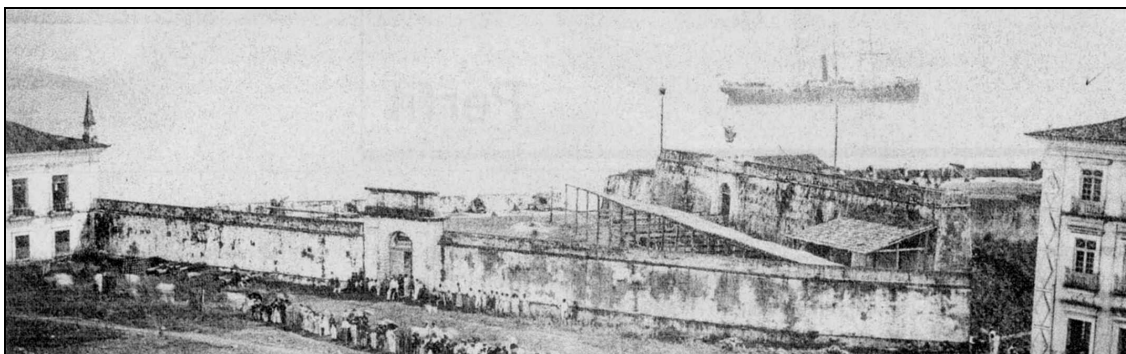


Figura 10

Imagem do Forte em 1884, na qual se tem uma perspectiva total do muro que foi retirado através de Projeto Feliz Lusitânia.<sup>66</sup>

A justificativa do projeto da SECULT para a retirada do paredão frontal, de que abstraído a existência do muro recuperar-se-ia a “relação simbiótica entre o forte e a cidade” não foi aceita pela FUMBEL, assim como não o foi pela 2ª SR/IPHAN. Concordando com a avaliação da 2ª SR/IPHAN, o parecer da FUMBEL reforça seus argumentos citando ofício do gabinete da 2ª SR/IPHAN

Apesar de reconhecer a intenção da justificativa relacionada ao “papel desempenhado pelo Forte na gênese urbana da cidade urbana da cidade” (Memorial Descritivo e Justificativo, p. 23), consideramos, no entanto que não se deve “abstrair a existência do muro” para perceber a “relação simbiótica entre o Forte e a cidade”, pois na verdade como observado em Documento do IPHAN (Ofício nº 306/2002-GAB/2ª SR) a antiga Rua do Norte, com sua orientação norte/sul, permanece uma reta unindo o forte e o conjunto do Carmo. No mesmo documento, nos parece significativa a observação sobre a incoerência da proposta de “pesquisar e expor os vestígios enterrados da fortificação para melhor compreender sua evolução no tempo, ao mesmo tempo em que se destrói o que está consolidado e incorporado ao conjunto fortificado”.<sup>67</sup>

Para além dos argumentos alicerçados na evolução construtiva do monumento para justificar a permanência do muro, é também trazida à luz da análise “a relação da própria comunidade diante da presença desse elemento como integrante do monumento, dentro de uma visão de percepção imagética urbana consolidada”.<sup>68</sup> Por fim, a avaliação da FUMBEL

<sup>66</sup> *Revista Scientific American – Brasil*, nº 37 (dezembro 2003), p. 19.

<sup>67</sup> Acervo DEPH/FUMBEL, parecer nº 332/2002-FUMBEL/PMB.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

dá conta de que “seria prematuro extinguir, não só um símbolo, mas um importante elemento histórico, que faz parte da própria história militar do Forte do Castelo”.<sup>69</sup>

Dentre todas as divergências que foram levantadas durante a implementação da restauração do Forte, bem como da realização de todo projeto Feliz Lusitânia, entre os órgãos envolvidos nas questões de restauração patrimonial, a polêmica retirada do paredão frontal do Forte do Presépio foi a que causou maior repercussão. Tanto os órgãos envolvidos, quanto a própria imprensa e vários segmentos sociais se manifestaram sobre o assunto. O debate acerca da retirada do muro, fundamentalmente extrapolou a mera questão patrimonial, caracterizando-se também como um conflito entre esferas do poder público, além de político-partidário, como se pode perceber na análise da documentação aqui tratada. Isso revela que as questões patrimoniais parecem caracterizar-se também por uma face política, marcada por embates entre grupos partidários distintos, que não pode ser deixada de lado na análise das questões relativas ao patrimônio histórico.

É possível identificar similaridades entre a FUMBEL e a 2ª SR/IPHAN com relação às críticas feitas ao projeto, entretanto, a decisão do Instituto em Brasília causou, de certa maneira, surpresa ao aprovar a sua implementação na integralidade. A análise do memorando do IPHAN/DEPROT/DF, também expedido em julho de 2002, deixa clara que as questões referentes à obra no Forte, consideradas por Adler Homero como “problemas conceituais”, ou apontadas como “inaceitáveis” pelo historiador, foram suplantadas pela iminência da retirada do muro. O referido memorando enviado pelo então diretor do DEPROT/IPHAN-DF à 2ª SR-IPHAN aprovou “a integralidade do Projeto intitulado Feliz Lusitânia, incluindo a demolição do trecho do muro” e seu parecer, criticado posteriormente pelos técnicos da 2ª SR-IPHAN, foi que “após análise técnica junto às Coordenações de Proteção e Conservação [...] a demolição em causa é a solução mais adequada, face ao conjunto urbano e a totalidade do projeto”.<sup>70</sup>

Parece, após a leitura do memorando que aprovou o projeto, que a única crítica ao projeto era a retirada do muro do Forte, ou seja, os argumentos anteriores, levantados por outros técnicos, acabaram sendo deixados de lado. A aprovação pelo DEPROT/IPHAN-DF foi fundamentada, segundo o próprio documento, no “desafio” para o projeto ante a quantidade

---

<sup>69</sup> *Ibidem.*

<sup>70</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN: Memorando 334/2002-GAB/DEPROT-DF.

de testemunhos encontrados durante as prospecções arqueológicas passíveis de “eventuais divergências técnicas, tanto na formulação quanto na análise do projeto”.

Assim, a meu ver, a justificativa para a aprovação das propostas esteve embasada no tratamento, nem sempre unânime, a ser dado a um monumento considerado como uma representação de longa duração. Nesse sentido não se chegaria a um consenso em relação ao que se selecionaria para permanecer, diante dessa diversidade de testemunhos em um patrimônio de quase quatrocentos anos.

É recorrente na aprovação do DEPROT/IPHAN-DF o discurso técnico dos mentores do projeto. Constantemente é lembrado o desenvolvimento urbano embrionário da cidade, no qual o primeiro conjunto de ruas abertas convergia para o Forte, bem como a ligação do monumento com os outros prédios históricos do entorno. Textualmente se lê no referido memorando

Essa convergência é um fundamento central do projeto, a ser desvelada na reabertura do espaço urbano novamente com uma esplanada, com o Forte, o Convento, o Hospital Militar e a Catedral a demarcá-lo. Assim essa decisão impôs uma reflexão no caráter urbanístico, que levou em conta a inserção no tecido urbano e o resgate do espaço urbano maior que o projeto define, no qual o muro constitui uma barreira física entre o monumento e a cidade.<sup>71</sup>

A argumentação do DEPROT/IPHAN-DF é pertinente quanto à morfologia da cidade; entretanto, fica claro que tal argumentação levava em conta que uma parte expressiva da construção em pedra em cal seria mantida como testemunho histórico. No próprio documento a afirmação é que “apenas parte do muro será demolida”, entretanto, considerada a proporção do que foi demolido, depois da intervenção seria melhor definir no projeto que somente parte do muro seria deixada:

Destacamos a pertinência da iniciativa da SECULT - Secretaria Executiva de Cultura do Estado, em particular porque apenas parte do muro será demolida, visando o diálogo da cidade com sua origem mas também com a trajetória histórica [...] Por último julgamos relevante, com o objetivo de comprovar a importância dada ao seu valor histórico, que poderão ser previstos maneiras de se colocar à mostra os materiais de demolição do muro, para que seja possível a identificação das técnicas construtivas adotadas no mesmo.<sup>72</sup>

Diante da análise dos dois documentos é possível perceber, num mesmo período de tempo, posicionamentos divergentes dos referidos órgãos em relação ao projeto. O parecer da FUMBEL tece considerações que vão além da retirada do paredão frontal, entretanto elas

---

<sup>71</sup> *Ibidem.*

<sup>72</sup> *Ibidem.*

foram feitas depois de mais de um ano do início do projeto. Cabe questionar o porquê da passividade da esfera municipal ante o andamento das obras iniciadas no imóvel ainda em 2001. Por outro lado, as considerações feitas pelo IPHAN de Brasília se concentram nos méritos do projeto implementado pela SECULT e se detiveram principalmente na questão da demolição do muro do século XIX.

A aprovação do projeto em Brasília foi acatada pela 2ª SR-IPHAN em Belém; não obstante, os técnicos da Superintendência e o próprio superintendente manifestaram ao presidente do nacional do IPHAN sua discordância em relação à avaliação do diretor do DEPROT/IPHAN-DF. Em memorando enviado ao diretor, o Superintendente da 2ª SR relata

Como já é de seu conhecimento o referido projeto tomou proporções que colocam nossa atuação em cheque, seja pelas pressões políticas, uma vez que a SECULT, repetidas vezes, não acatou as observações e solicitações desta 2ª SR, ou também por pressões internas, onde os técnicos colocam-se desfavoráveis a vários pontos do dito projeto. Fato este que nos levou a transferir a análise do dito processo ao julgo dessa Diretoria.<sup>73</sup>

A discordância da FUMBEL em relação ao projeto originou uma representação junto ao Ministério Público Federal. Em novembro de 2002, o projeto Feliz Lusitânia, já em sua fase final, seria novamente colocado em avaliação, através da Procuradoria Jurídica do IPHAN, para elaboração da resposta a ser dada ao Ministério Público. Foram solicitadas pela Procuradoria da República à 2ª SR-IPHAN informações sobre o processo, em caráter de urgência, “ante o risco de iminentes obras de demolição”. Diante dessa nova fase do processo foi recomendado tanto ao IPHAN, quanto à FUMBEL que se abstivessem de “expedir qualquer ato de licença ou aprovação até ulterior apreciação do procedimento em análise”.<sup>74</sup>

No dia 29 de novembro de 2002, vinte e seis dias antes da inauguração do Museu do Forte do Presépio, foi realizada vistoria técnica no imóvel por técnicos da 2ª SR/IPHAN, no momento da entrega do Embargo Extra-Judicial aos responsáveis pela obra. O documento, textualmente, informa que:

Na oportunidade da entrega do Embargo Extra-Judicial foi realizada vistoria técnica no monumento, na qual constatou-se que: mesmo sem a anuência deste Instituto as obras nos Monumentos do Forte do Castelo e Antigo Hospital Militar prosseguem em ritmo acelerado. Observou-se que a parte esquerda do muro foi demolida, ficando a altura de 50 cm acima do nível da calçada. Com a demolição da parte esquerda do muro, o antigo Hospital Militar assume caráter isolado em relação ao

---

<sup>73</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, Memorando 251/2002-GAB- 2ª SR/IPHAN

<sup>74</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, Ofício PR/PA/GAB.2/Nº317/2002; a recomendação da Procuradoria foi repassada pelo próprio presidente nacional do IPHAN ao diretor da FUMBEL através de ofício.

seu entorno. Observou-se que o Forte do Castelo, Antigo Hospital Militar e área de jardins assumem configuração única, lembrando lotes e descaracterizando a morfologia do sítio definido ao longo de mais de três séculos. Os materiais de acabamento utilizados no projeto de intervenção assumem aparência de antigo, contrariando princípios estabelecidos pelas Cartas Patrimoniais.<sup>75</sup>

Internamente, os distintos departamentos do IPHAN, Presidência, Direção de Proteção, de Conservação, tiveram que elaborar ou ratificar a resposta a ser dada ao Ministério Público. Uma vez que o projeto já havia sido aprovado, o diretor do DEPROT/IPHAN-DF através do memorando 552/2002-GAB/DEPROT enviado ao presidente nacional do IPHAN fundamentou a posição daquele departamento referente à obra e ao projeto como um todo. Nesse memorando lembrou-se que o projeto vinha sendo estudado pela SECULT havia mais de sete anos; afirmava também que a reabilitação do sítio histórico já era uma demanda da sociedade civil organizada; e finalmente que o projeto abarcava uma questão maior, ou seja, a reabilitação do Centro Histórico de Belém.

De fato se trata de um projeto exaustivamente estudado, comprovados os seus pressupostos teóricos, definidos os conceitos e, finalmente, adequadamente apresentado, sob quaisquer regulamentos profissionais. São levantamentos e estudos historiográficos e iconográficos, inclusive da evolução do Forte e do sítio, com inventário atualizado desses componentes, avaliações da inserção urbana, hoje e em perspectiva histórica e, como desfecho, as bases conceituais urbanísticas, arquitetônica e museográfica. Destacam-se, naturalmente, os elementos arquitetônicos e arqueológicos, sobejamente ilustrados e demonstrados.<sup>76</sup>

É reafirmado no citado documento que ainda que o muro não fosse considerado uma das intervenções “espúrias”, a “suposta antiguidade de mais de 100 anos ainda restou por ser comprovada, além do que não tinha (o muro) nenhum apelo estético”. Os argumentos usados pelo DEPROT/IPHAN-DF remetem ao que muito já se discute no campo da restauração patrimonial, de que não se pode somente estabelecer um estatuto temporal para preservação de um bem, mas procura-se estabelecer critérios contemporaneamente para que nenhum bem historicamente significativo seja perdido.<sup>77</sup> Assim foi importante a posição da FUMBEL quando chamou a atenção para a relação da própria comunidade diante da presença do muro como elemento integrante do monumento.

---

<sup>75</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, Relatório de Vistoria Técnica de 29 de novembro de 2002.

<sup>76</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, Memorando 552/2002-GAB-DEPROT-DF.

<sup>77</sup> CHOAY. *A Alegoria do Patrimônio*, p. 13.





Figura 11

Fotografia que mostra a entrada do Forte já com o muro rebaixado. O acesso atualmente é chamado de *Portal do Aquartelamento*.<sup>78</sup>

Ainda com todas as considerações expostas, no momento da elaboração do memorando da direção do DEPROT/IPHAN-DF, a metade restante da muralha em *pedra e cal* já havia sido demolida. A vistoria técnica da 2ª SR/IPHAN feita no local, no dia 6 de dezembro, que constatou a derrubada do restante da muralha, foi realizada por Dorotéa Lima, que atualmente é superintendente do órgão. Em entrevista com a então superintendente, em 2006, quatro anos após a restauração do Forte, ela denominou a restauração do Forte como “uma experiência traumática”; os argumentos da arquiteta serão trabalhados no terceiro capítulo deste trabalho.

Pode-se perceber que até os momentos finais do trabalho do IPHAN, não houve consenso entre a direção central do órgão e a 2ª SR/IPHAN em Belém. Retomando a posição do DEPROT/IPHAN-DF, a retirada da muralha foi a decisão mais acertada, como se pode atestar com a documentação expedida pelo órgão em Brasília.

Após a sua demolição parcial, permanecendo o pórtico central e todo alinhamento original até a altura de 50 centímetros, verificou-se o acerto do projeto quanto à integralidade do espaço do antigo largo composto pela Catedral da Sé, Convento e Igreja de Santo Alexandre, Hospital Militar, o Forte e outras edificações civis.<sup>79</sup>

<sup>78</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, Relatório de Vistoria Técnica de 6 de dezembro de 2002.

<sup>79</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, Memorando 552/2002-GAB-DEPROT-DF.

Esse memorando, após ciência do presidente do IPHAN, foi enviado à procuradoria jurídica da instituição para ser enviado ao Ministério Público Federal. Um dos documentos emitidos em dezembro de 2002, que deixa clara a posição contrária ao projeto, é um abaixo assinado dos funcionários da 2ª SR/IPHAN manifestando apoio ao posicionamento do superintendente Luiz Severino da Silva Junior. No documento, os técnicos reconhecem os méritos do projeto pela requalificação dos edifícios e conjuntos tombados, mas ressaltam que

Não se pode admitir a tentativa de imposição de uma “restauração” equivocada que desconsidera os preceitos estabelecidos pelas Cartas Patrimoniais, bem como indicações técnicas e conceituais vigentes na área de restauro. Tal afronta fica evidenciada no projeto para o Forte do Castelo, na deformação da escarpa que recebeu uma saia na área do fosso seco; na eliminação dos rebocos das muralhas; na persistência, mesmo diante de todas as informações levantadas nas pesquisas iconográficas e arqueológicas, da proposição da demolição do muro, construído em meados do século XIX, com alvenaria de pedra e cal de sernambi.<sup>80</sup>

O documento faz ainda considerações sobre a avaliação e aprovação conduzidas pelo diretor do DEPROT/IPHAN-DF, Roberto Hollanda, pois, segundo o documento, ele não se reuniu com os técnicos da 2ª SR para discutir o projeto, quando da sua visita a Belém. Através do documento, os técnicos argumentam ainda a falta de uma discussão mais ampla sobre o projeto que fosse além da questão do muro. Por fim solidarizam-se e manifestam apoio a Luiz Severino “por considerarem sua postura íntegra e coerente do ponto de vista ético e técnico”.<sup>81</sup>

Diante de todo processo até então discutido, o que reverberou na imprensa e o que levou o projeto ao Ministério Público Federal foi a iminência da retirada da muralha. É interessante observar que esse ponto fulcral acabou por canalizar todos os conflitos existentes, as divergências políticas entre PT e o PSDB, os conflitos pela construção de símbolos de memória da sociedade e as várias idéias divergentes e convergentes sobre restauração patrimonial.

O então chamado à época da restauração de *Muro da Discórdia* começou a ser retirado no dia 25 de novembro de 2002, segundo foi noticiado pela imprensa local, e no dia 27 de novembro foi concedida liminar através do Ministério Público Federal que cancelava a retirada da muralha. A demolição foi reiniciada em 29 de novembro quando foi expedida outra liminar, através do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, cassando a anterior. No

---

<sup>80</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, Abaixo assinado elaborado em 28 de dezembro de 2002 e enviado ao presidente do IPHAN-DF.

<sup>81</sup> *Ibidem*.

âmbito federal, no mesmo dia vinte e nove foi determinada a “paralisação de qualquer obra, no muro frontal do Forte do castelo” como resultado da ação cautelar do Ministério Público Federal/PA.<sup>82</sup>

O processo no Ministério Público Federal e as liminares concedidas, ora para retirar, ora para manter o paredão frontal do Forte, foram amplamente divulgados pela imprensa, em 2002. Assim sendo, o envolvimento da sociedade de uma maneira geral com a polêmica em torno da restauração do monumento se deu, de maneira significativa, através da mídia. O próximo capítulo deste trabalho abordará o modo pelo qual os meios de comunicação em massa divulgaram, informaram e, muitas vezes, influenciaram a opinião das pessoas sobre os conflitos advindos das intervenções nos bens patrimoniais.

O Ministério Público Federal, alicerçado nos laudos e pareceres do IPHAN, elaborou sua avaliação do projeto, mas a retirada do restante da muralha foi concretizada no dia 5 de dezembro de 2002, por decisão do Tribunal Federal em Brasília. O Forte foi reaberto em 25 de Dezembro de 2002, com o processo ainda em conclusão, coincidindo com o final do mandato do Governador Almir Gabriel. O documento final elaborado pelo IPHAN e enviado ao Ministério Público Federal está datado de dez de abril de 2003, e informa que

Considerando que na administração anterior prevaleceu o ponto de vista expresso no parecer do Senhor Roberto Hollanda Cavalcanti, então Diretor do Departamento de Proteção (Memorandos nº 334/02-GAB/DEPROT, de 04/07/02 e nº 552/02-GAB/DEPROT, de 09/12/02), no sentido de ser admitida a demolição do muro (que separa a área do Forte da Praça Frei Caetano Brandão); considerando, ainda, que o parecer conjunto dos técnicos da 2ª Superintendência Regional não se restringe à questão do muro, mas abrange toda a área tombada e seu entorno, Recomenda-se:

1. que sejam mantidos os restos do muro demolido no estado em que ficaram, sem reconstrução
2. que as demais intervenções na área tombada e seu entorno fiquem sujeitas à aprovação prévia do IPHAN, através do corpo técnico da 2ª SR, a quem incumbe, ainda, a fiscalização da obra;
3. que a análise do projeto do conjunto seja efetuada pela 2ª SR no mais breve tempo.

Restitua-se este processo à Procuradoria Jurídica, para as providências que se fizerem necessárias junto ao Ministério Público Federal/Procuradoria da República do Estado do Pará, relativamente à recomendação mencionada no Despacho nº 079/03-GAB/PROJUR/IPHAN.<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> “Justiça Federal entrou na polêmica do muro da discórdia. Decisão final pode demorar”, *O Liberal*, nº 7, 3 de dezembro de 2002.

<sup>83</sup> Acervo 2ª SR/IPHAN, Despacho referente ao processo nº 01492.000026/2001-15.

O documento está assinado pela então Presidente do IPHAN, Maria Elisa Costa, e foi encaminhado a Belém para a 2ª SR/IPHAN somente em 2004, através do Despacho 026/04 o qual se informa que o processo foi “concluído no âmbito da Administração Central do Instituto em virtude do despacho exarado pela Presidente, em 10.04.2003”.

De todo processo descrito até aqui, com as fontes tratadas procurei dar visibilidade ao processo burocrático-administrativo que norteou a restauração do Forte do Presépio. Em retrospecto, percebo que a posição da 2ª SR/IPHAN, principalmente na gestão de Luiz Severino, foi contrária a vários pontos do Projeto Feliz Lusitânia. A Prefeitura Municipal de Belém compartilhou da mesma posição da Superintendência Regional e usou argumentos pertinentes sobre tais pontos discordantes, entretanto, o que se cristalizou para a sociedade foi a luta política entre Prefeitura e Governo do Estado, ou, respectivamente PT e PSDB.

O resultado de todo processo referente ao Feliz Lusitânia resvalou administrativamente no IPHAN; prova disso é que o então Superintendente da 2ª SR/IPHAN foi exonerado, depois de 18 meses à frente da Superintendência. Uma manchete do jornal *O Liberal* apresentou uma definição da postura de Severino com o resultado do processo, onde se lê: “Demolição do muro causa exoneração de Severino – Superintendente regional do IPHAN se sente desprestigiado e pede para sair. Marina Batista deve assumir hoje”.<sup>84</sup> A matéria com a entrevista de Luiz Severino traz argumentos e críticas severas ao Projeto Feliz Lusitânia e ao próprio Secretário de Cultura, Paulo Chaves. Ela será tratada no próximo capítulo juntamente com as entrevistas que serão realizadas com as pessoas já mencionadas neste trabalho, além de outras matérias jornalísticas sobre o processo de intervenção no Forte.

Como se pode perceber, a intervenção no Forte não se deu de maneira simples; vários sujeitos, vários interesses e várias instituições foram envolvidos direta ou indiretamente no processo de restauração do monumento. A intervenção realizada pela SECULT não foi somente complexa no que se refere ao conjunto de profissionais envolvidos que, *a priori*, deveriam chegar a um entendimento e um consenso sobre o produto final daquele trabalho, mas também pelo desgaste judicial que foi se desenrolando no decorrer do mesmo.

A análise que cabe fazer sobre o processo mais burocrático de intervenção no Forte é que ele foi permeado por questões e desafetos políticos também e que isso canalizou-se para uma esfera judicial. O mesmo processo, sem dúvida nenhuma, não seria tão conflituoso se não houvesse a oposição política, além das divergências técnicas. Entretanto, há uma analogia que

---

<sup>84</sup> “Demolição do muro causa exoneração de Severino”, *O Liberal*, nº 11, 16 de dezembro de 2002.

deve ser feita com o que foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho: novamente foram querelas envolvendo o Forte, novamente o aval da ciência foi evocado, e, fundamentalmente, o conflito foi por um modo de entender o passado, suas heranças e uma versão de interpretação para história.

Ainda considerando relações semelhantes pode-se afirmar que os conflitos gerados em relação às heranças históricas envolvem a luta pela construção de uma memória oficial e de uma memória política. Na consolidação das efemérides sobre Belém, na polêmica sobre a técnica construtiva original do Forte e no momento do tricentenário da fundação da cidade se desvelaram embates na construção dessa memória política oficial. Assim também, na contemporaneidade, a restauração do Forte foi permeada por esses embates, conflitos que ocorrem em contextos sociais parecidos ainda que em recortes temporais diferentes. Assim, pode-se compartilhar com Mario Chagas da idéia de que “na arena da memória política, a intervenção dos juízos de valor é notável”.<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> CHAGAS. “Memória Política e Política de Memória”, p. 143.

### III. As apropriações do patrimônio histórico.

#### O Forte do Presépio nos discursos contemporâneos

No primeiro capítulo deste trabalho foi discutida a apropriação e a consolidação das efemérides relativas ao mito de origem de Belém, no sentido de demonstrar que conflitos pela construção de símbolos e lugares de memória gestam-se no âmbito das dinâmicas sociais. Portanto, diversos grupos com seus interesses próprios, tomaram e tomam para si a tarefa de interpretar o passado para consolidar uma memória oficial. Relacionar aquele primeiro momento – início do século XX – com o projeto Feliz Lusitânia e a restauração do Forte nos permite entender a apropriação como algo inerente ao próprio processo histórico. Ao tratar no segundo capítulo do âmbito burocrático do processo de intervenção no Forte, ficou claro como se materializaram os conflitos por essa construção de símbolos, nas esferas do poder público, bem a complexidade de elaboração e consenso num projeto de restauro de um monumento histórico.

Os discursos analisados até aqui, tanto sobre a consolidação de uma historiografia sobre a fundação da cidade de Belém, como sobre o processo burocrático para a transformação do Forte num lugar de memória, que lembrasse as efemérides relacionadas a esse momento, foram passados em revista nos capítulos anteriores. Continuemos, portanto, na *ordem do discurso*; discursos criados, reproduzidos, reelaborados no momento da restauração do *Forte do Castelo*, ou de sua transformação em Museu do *Forte do Presépio*. Entretanto, as falas tratadas a partir de agora são resultantes de relatos, narrativas e discursos de pessoas envolvidas direta ou indiretamente na seara do patrimônio histórico e que também vivenciaram as intervenções aqui discutidas, com algumas das quais tenho contato profissional e acadêmico.

Essas pessoas trazem em seus argumentos os reflexos de seu campo de ação, e elaborar a análise dos mesmos não é tarefa simples, ao contrário, me parece a mais complexa de todo este trabalho. De antemão, torna-se necessário esclarecer que minha idéia inicial era trabalhar somente com entrevistas realizadas por mim, com todos os sujeitos elencados no início desta pesquisa. Entretanto, alguns argumentos aqui tratados foram retirados de entrevistas em jornais e revistas, diante da impossibilidade de entrevistar pessoalmente alguns dos envolvidos no processo de restauração do Forte.

Sobre meu envolvimento profissional com a restauração do Forte e o contato com os sujeitos selecionados para a entrevista, considero pertinente a idéia de que a tarefa do especialista em relação às narrativas é se afastar, respirar fundo e voltar a pensar, diante do envolvimento com as mesmas.<sup>1</sup> Como já ressaltai, caminho entre a vantagem de fazer, de certa forma, parte de todo processo aqui analisado e a desvantagem do receio de não conseguir me distanciar do mesmo para construir a análise. Minha inquietação em analisar tais discursos se deve ao fato de ver neles um poder de legitimação, cabendo aqui compartilhar da idéia de Michel Foucault, quando chama atenção para o perigo dos discursos, tanto em sua realidade material, como coisa pronunciada ou escrita, quanto em sua existência transitória destinada a se apagar.<sup>2</sup>

Acredito que os discursos aqui tratados transformaram-se em registros de um momento singular na história do Forte, que legitimaram o processo de intervenção que foi além da materialidade do monumento. Tão grande é a importância e o poder dos discursos que como resalta Foucault,

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.<sup>3</sup>

Além da idéia de poder legitimador que os discursos têm, outro ponto importante a ressaltar é que, fundamentalmente, será discutida a idéia de apropriação em relação ao patrimônio histórico, e ao próprio passado, a partir desses discursos.<sup>4</sup> Discursos que não foram só resultantes das entrevistas realizadas, mas que estão presentes em reportagens, em artigos publicados, nos registros do Livro de Sugestões do Museu do Forte do Presépio, propagandas e em trabalhos historiográficos, que, de alguma forma, não foram indiferentes às intervenções realizadas no Centro Histórico de Belém. A análise de todas essas fontes permitirá uma compreensão do processo de construções de símbolos e lugares de memória, a partir da ação e dos argumentos sujeitos.

---

<sup>1</sup> PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 106.

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*, 13ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 8.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>4</sup> O termo tomado aqui é entendido na noção tomada por Roger Chartier. Segundo o autor, a apropriação “tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais e culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”. CHARTIER. *A história cultural*, p. 27.

Os discursos não estão presentes apenas nas falas dos sujeitos, estão presentes também nos lugares e instituições; assim, entendo que a intervenção no Forte, e principalmente, sua transformação em museu histórico vão muito além do projeto atrelado a um plano de governo desenvolvido para gerar emprego e renda através do turismo cultural. O fato de se ter hoje um museu que reporta e reinterpreta a história de Belém em sua exposição, trata-se, fundamentalmente, de uma reescrita da história da fundação de Belém e de novas leituras e recursos de interpretar o passado, no Museu do Forte do Presépio; esse discurso também será analisado neste capítulo.

Ainda sobre as entrevistas, é importante considerar que ao entrevistar pessoas ligadas a esse processo e buscar registros do mesmo, entendo que se pode dar conta de como o passado e a própria história podem se ajustar, ou se transformar, em relação ao contexto presente. Mais vez retoma-se aqui a idéia da importância do contexto social que reflete nas escolhas e nos discursos construídos. Mesmo tendo entrevistado pessoas com idéias e posições políticas diferentes, há um interesse comum que as liga que é o envolvimento com o patrimônio histórico. Compartilha-se aqui da idéia de que:

No esquecimento ou na lembrança, em cada uma das diversas estratégias de restauro, monitoramento e reaproveitamento de velhas estruturas, ou na destruição, reencontra-se sempre o passado interpretado, produzido para constituir o espaço, melhor dizendo o ambiente em que se desenrola a vida de hoje.<sup>5</sup>

Essa interpretação do passado a partir do patrimônio histórico, a que se refere Arantes, é vista aqui à luz do conceito de “função simbólica” ou “representação” trabalhado por Chartier, elaborando, de certa forma o “estudo das utensilagens mentais” dos diversos indivíduos envolvidos na lida com o patrimônio histórico, seja numa perspectiva individual ou coletiva, como uma espécie de experiência idiossincrática. Outro aspecto a ser considerado sobre a elaboração e construção de símbolos é que, como ressalta Chartier:

As estruturas de um mundo social não são um dado objetivo, tal como não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. [...] Por outro lado, esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido.<sup>6</sup>

Assim, compartilhando da idéia de Chartier que a história deve ser entendida como estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, entendo que cada momento interpretou ou

---

<sup>5</sup> ARANTES. “Introdução”. In: ARANTES (org.). *Produzindo o Passado*, p 9.

<sup>6</sup> CHARTIER. *A história cultural*, p. 27.



deu um sentido para aquele monumento, matizando sua história e história das origens de Belém. Para construir a análise sobre a apropriação, várias fontes são trabalhadas nesse capítulo; num primeiro momento serão trabalhadas as entrevistas, que me permitem traçar uma discussão sobre como cada grupo ou indivíduo se torna um interlocutor do patrimônio histórico. A idéia de interlocução é usada aqui no sentido de entender como cada uma das pessoas entrevistadas se apropria do patrimônio histórico, de acordo com seu campo de atuação, ou de acordo com sua visão de mundo, de sua classe social, em fim, é importante ter clara a noção de que cada segmento elenca seus campos de interesse e acaba militando por eles.

Os argumentos de um arqueólogo, de um historiador, de um arquiteto, ou de alguém que simplesmente gostava do Forte como era antes da restauração, acerca da idéia de preservação de heranças históricas, por exemplo, podem se constituir em discursos convergentes, ou completamente divergentes. Por fim, outro ponto importante a considerar é o *lugar* de onde cada uma das narrativas é construída, ou seja, a ancoragem dos meus sujeitos históricos, para burilar os discursos de maneira a trazê-los para a análise sobre apropriação e construção de símbolos e lugares de memória. Além da ancoragem de cada sujeito é importante considerar também o tempo em que cada um construiu sua narrativa, seja nas entrevistas, em reportagens, registros no livro de sugestões ou quaisquer outras fontes usadas nesse momento da análise sobre o Forte. Ou seja, como afirma Lacarrieu

Implica em focar as narrativas como construções realizadas pelos atores sociais, considerando sua ancoragem, seu cruzamento, manipulação ou disputa como relação à denominada “história oficial”, já que sua produção também é o resultado de representações, invenções e seleções de fatos e lembranças.<sup>7</sup>

Serão privilegiados aspectos políticos, ideológicos e a relação entre campos de saber, na seleção do que será mencionado das entrevistas, das reportagens, de artigos sobre o projeto de intervenção no Forte do Presépio. Tudo é fruto de seleções e escolhas, tanto minhas, durante a pesquisa, quanto das narrativas construídas. Confrontar esses diversos olhares é necessário para discutir a apropriação em relação ao patrimônio histórico. Como está presente na discussão sobre o projeto de restauração, para a elaboração e implementação do mesmo, foi constituída uma equipe que envolveu historiadores, arquitetos, arqueólogos, paisagistas, ou seja, uma equipe multidisciplinar ligada à área de preservação e valorização patrimonial.

---

<sup>7</sup> LACARRIEU, Mônica. “Os dilemas sociais do patrimônio e as identidades: usos, ‘inflação’ ou ‘hiperinflação’ de história?”. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, nº 2 (jun. 1999), p. 137.

Por outro lado, outros profissionais também ligados ao campo da preservação patrimonial, que não compunham a equipe, se envolveram, avaliando, autorizado ou não, julgando as ações implementadas, seja a FUMBEL, o Ministério Público, ou o próprio IPHAN, sendo necessário, portanto, analisar tais discursos. Aqui cabe lembrar o processo descrito no capítulo anterior sobre o procedimento burocrático de intervenção. Foi desse conjunto de pessoas que fiz minha seleção para as entrevistas, procurando confrontar o olhar da história, da arqueologia e da arquitetura por entender que estas ciências chamam para si a idéia de preservação dos vestígios históricos.

Para avaliar todas as questões mencionadas até aqui acerca da complexidade e dos sentidos da intervenção no patrimônio histórico no trato com as entrevistas, as mesmas foram realizadas de maneira semi-estruturada, ou seja, não abordei os entrevistados com perguntas diretas, mas pedindo que os mesmos discorressem sobre tópicos pré-definidos, que procuraram suscitar respostas sobre as idéias discutidas na dissertação. Os tópicos foram pensados, a partir de três temas principais: patrimônio histórico, história, questões políticas. A partir de tais elementos, inferiu-se questionamentos acerca da escolha dos prédios restaurados através do projeto Feliz Lusitânia; sobre a prática de redenominar os espaços que sofreram intervenção; sobre a criação de museus; perguntas especificamente direcionadas à restauração do Forte e aos conflitos políticos e jurídicos gerados quando desta restauração; por fim arguições sobre visão de história, identidade e construção de símbolos.

### 3.1. História, Arqueologia, e Arquitetura: a relação entre campos de saber na restauração do patrimônio histórico.

A idéia de confrontar as três áreas ou campos de saber que me pareceram mais atreladas ao processo de restauração do Forte, parte do princípio de cada um deles constrói um interesse e uma versão sobre a importância de restaurar um bem patrimonial. Mais uma vez, é importante lembrar que o olhar que se tem em relação ao patrimônio histórico difere de acordo com a interlocução que fazemos do mesmo. Assim, como ressalta Carlos Lemos, grupos econômicos, intelectuais variados, arquitetos, artistas, historiadores, arqueólogos, antropólogos “sempre procuram preservar, de um jeito ou de outro, bens culturais ligados a seu campo de ação”.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> LEMOS, Carlos A. *O que é Patrimônio Histórico*. Brasiliense São Paulo, 1981, pp. 30-31.

Analisar a relação entre as três áreas que, a meu ver, mais dialogaram no processo de restauração do Forte do Presépio é um exercício que construo no sentido de deixar claro o que compete a cada uma dessas áreas em relação ao patrimônio histórico e às interpretações acerca do passado. A arquitetura e a arqueologia têm em comum o diálogo com a materialidade, um diálogo que a própria história, mais recentemente, começou a estabelecer com a cultura material. Ainda que a arqueologia seja, por excelência, a ciência que tem na cultura material sua principal fonte de pesquisa para entender o homem e suas relações sociais, é cada vez mais profícua a aproximação dos historiadores com a cultura material, para produção do conhecimento histórico e no próprio fazer historiográfico.<sup>9</sup>

•

O projeto Feliz Lusitânia, entendido como projeto de restauro arquitetônico, calçou na arquitetura grande parte de suas diretrizes. Nesse sentido, a ação desta ciência se pauta na massa edificada, considerando sua materialidade, em sua técnica e evolução construtiva e na estética. No Centro Histórico de Belém, foram alvo da restauração prédios remanescentes da arquitetura de herança portuguesa: um casario, uma igreja setecentista e o próprio forte. Diante do tipo de edificação selecionada pode-se estabelecer que arquitetura implementa um processo de reconstrução, na medida em que reforma, embora alicerçada na idéia de preservação de uma tradição colonial. Esse retorno ao Centro Histórico, pautado na valorização da arquitetura colonial, é algo recorrente em várias cidades do Brasil tais como Salvador, São Luis, Olinda, Ouro Preto, Recife.<sup>10</sup>

Espraiando a análise para além do projeto Feliz Lusitânia, pode-se afirmar que a arquitetura esteve na ordem do dia em Belém por doze anos, pois em 1995 assumiu a Secretária de Cultura do Estado o arquiteto Paulo Chaves Fernandes, ficando no cargo até final de 2006; já no âmbito municipal, em 1997, assumiu a Prefeitura Municipal de Belém o arquiteto Edmilson Brito Rodrigues, ficando na gestão municipal até o final de 2004. Considerando, como já foi mencionado, que cada indivíduo, ou grupo, milita pelo seu campo de atuação, várias restaurações e projetos arquitetônicos foram implementados tanto no âmbito municipal, quanto no estadual. Assim, as idéias sobre valorização arquitetônica do Patrimônio histórico, encontraram campo fecundo para discussões nesse período em Belém<sup>11</sup>,

---

<sup>9</sup> Ver: REDE, Marcelo. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material.”. *Anais do Museu Paulista*. , Nova Série, vol. 4 (1996), pp. 265-282.

<sup>10</sup> FUNARI, Pedro Paulo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, pp. 50-53.

<sup>11</sup> Ainda que não seja relevante, para este trabalho, pontuar todas as obras de restauro arquitetônico levadas a cabo pela prefeitura municipal no referido período, vale ressaltar a reforma arquitetônica do Palacete Bolonha,

além de acompanhar essa tendência mundial de valorização de sítios históricos, como já foi discutido neste trabalho.

O então secretário de cultura do Estado e o prefeito de Belém acabaram por polarizar um conflito que se configurou, para muitos, como sendo político-partidário, mas que a meu ver esteve muito além disso, e esbarrou em um conflito pela apropriação dos símbolos da memória, materializados nas heranças arquitetônicas coloniais. Nesse aspecto da arquitetura, corroborando ou contrapondo discursos entre os sujeitos aqui envolvidos no processo aqui discutido, foi veiculada na mídia, a seguinte análise, em relação à restauração do forte: “Há divergências ideológicas e técnicas entre as duas ‘escolas’ de arquitetura, a que se abriga sob o pórtico da Secult e a que segue a orientação do prefeito-arquiteto”.<sup>12</sup>

Durante essas duas gestões que se prolongaram por quase uma década, entendo que as intervenções arquitetônicas implementadas por ambas refletiram, além do conflito político-partidário, uma disputa e negociações por construção de símbolos de memória. Principalmente em relação ao Forte do Presépio, e ao conflito que se gerou em torno de sua intervenção, configurou-se uma disputa de grupos sociais diferentes articulando, cada um, sua leitura sobre as origens de Belém. Para além das interpretações diferentes sobre o passado, podemos identificar a disputa por monopolizar uma história oficial.

Tanto quanto a história, a arqueologia busca compreender as sociedades e as relações humanas, em seus diversos aspectos; entretanto se alicerça nos restos materiais deixados por elas. Do mesmo modo, a arquitetura também pode fornecer leituras das dinâmicas sociais através de heranças e estilos arquitetônicos, analisando a massa edificada, construída na cidade e construindo suas interpretações a partir dessa materialidade. Recuperar técnicas construtivas pretéritas, por exemplo, é entender os resultados da ação humana no passado. Por outro lado, o que é produzido pela arquitetura, sofre, assim como o material elaborado por outras ciências, as influências das demandas da sociedade contemporânea, que exigem dessas áreas mais do que somente as interpretações do passado ou das dinâmicas sociais. De fato, trata-se, igualmente, de subsidiar, por exemplo, as produções sobre preservação, valorização patrimonial, turismo cultural e assim por diante.

Considerando a perspectiva da arquitetura histórica, em várias cidades, principalmente na América, tem-se uma valorização de edificações das áreas consideradas como centros

---

que abriga atualmente o Memorial dos Povos, na Av. Governador José Malcher; a reforma do Solar da Beira, no complexo do Ver-O-Peso; a reforma do Palacete Pinho, na Cidade Velha, entre vários outros.

<sup>12</sup> PINTO, Elias. “Derrubar ou não, eis a questão”. *O Diário do Pará*, nº 10 . (1 de dezembro de 2002), p. 4.

históricos que são contemporaneamente alvo de intervenção, restauração e adaptação que atendem não somente aos princípios de valorização firmados nas Cartas Patrimoniais, mas também às demandas do turismo cultural, em voga no mundo inteiro. Portanto, ainda que o referencial empírico desta análise seja o Centro Histórico Belém, mais especificamente o Forte do Presépio, marco da colonização portuguesa na Amazônia, comunga-se aqui de uma realidade mais ampla em relação ao patrimônio histórico edificado, e do próprio papel da arquitetura nesse contexto.

A arquitetura histórica elenca assim o “colonial” como o que é digno de ser valorizado e que recebe, com o respaldo da história, a chancela de relíquia, cabendo àquela ciência, portanto, destacar no conjunto da malha urbana as edificações a serem prestigiadas na memória dos tempos. No caso das restaurações ocorridas no Centro Histórico de Belém, a escolha dos prédios passa por este processo, mas também obedece a interesses políticos e econômicos e ideológicos. Restaurar o Forte, a meu ver, suscitou a discussão sobre a criação de um lugar de memória singular, no sentido de que somente àquela edificação poderia ser atribuído o título de local de origem, de marco fundador da cidade. Por outro lado, é possível perceber que a polêmica em relação à intervenção naquele monumento trata-se também da disputa pela manipulação de um símbolo.

Assim, nessa seleção dos bens patrimoniais através arquitetura, estes passam por um processo de reinvenção de modo que sua marca de “tradição” e do original se convertem em capital de inovação, ou seu selo de modernidade se redefine com traços de tradição.<sup>13</sup> Tal processo de reinvenção poder ser observado na restauração do Forte, na medida em que o projeto arquitetônico primou por deixá-lo com suas características arquitetônicas semelhantes ao que a edificação foi no século XIX.

O que precisa ficar sempre presente é que diante da complexa tarefa de selecionar o que deverá receber a chancela do “autêntico” e o que rememore a história oficial, um aspecto a ser considerado é que existem grupos sociais diferentes e com diferentes concepções de legitimação de quais seriam seus lugares de memória, e principalmente, como seriam tais lugares. Não somente na restauração arquitetônica do Forte, mas também em todas as obras de restauração do projeto Feliz Lusitânia está muito presente a idéia de “espetáculo do patrimônio”; os prédios restaurados foram valorizados ao terem deixado as técnicas construtivas a descoberto, assim como a iluminação, o cenário, a plástica de cada prédio

---

<sup>13</sup> LACARRIEU. “Os dilemas sociais do patrimônio e as identidades: usos, ‘inflação’ ou ‘hiperinflação’ de história?”, p. 142.

primam pela “aura” do antigo. De certo modo, esta é uma tendência da arquitetura que segue as demandas contemporâneas em relação ao patrimônio histórico, que introduz nessas edificações antigas algo de teatral.



Figura 12

Imagem do Forte restaurado; é possível perceber o tratamento paisagístico que foi dado à edificação, deixando a técnica construtiva em evidência.<sup>14</sup>

Em entrevista com o arquiteto e ex-prefeito de Belém (1997-2004) Edmilson Rodrigues, assim como com a também arquiteta e atual Superintendente da 2ª SR/IPHAN, Dorotéia Lima, e com Fernando Marques, arquiteto e arqueólogo, que coordenou a pesquisa arqueológica do projeto Forte do Castelo, os três fizeram referência ao papel dos arquitetos e da própria arquitetura, nessa seara do Patrimônio Histórico. Tais entrevistas como já foi mencionado foram pensadas desde o início desta pesquisa e neste capítulo constantemente serão mencionados os argumentos das pessoas com as quais fiz entrevista, além daquelas que não foi possível entrevistar, mas cujos argumentos foram retirados de outras fontes citadas neste trabalho.

Das quatro pessoas selecionadas, foram entrevistadas três: Fernando Luiz Tavares Marques, arquiteto, mestre em história e doutor em arqueologia, pesquisador do Museu Paraense Emilio Goeldi; Dorotéia Lima, arquiteta, técnica da 2ª SR/IPHAN à época da restauração do Forte, atualmente está à frente da Superintendência do mesmo órgão; Edmilson Brito Rodrigues, arquiteto, prefeito de Belém no momento da restauração do Forte,

---

<sup>14</sup> *Revista Arquitetura & Urbanismo*, nº 121 (Abril 2004).

atuante no cenário político de Belém, concorreu em 2006 às eleições para o Governador do Estado.

Considerando os argumentos expostos pelas pessoas selecionadas, foi destacada a valorização do ponto de vista estético da arquitetura, principalmente a arquitetura histórica, que segundo Fernando Marques

Cabe à arquitetura, [...] construir algo que seja utilizável, apreendido e compreendido e também que seja agradável do ponto de vista estético. Não se pode, por exemplo, deixar à mostra um acúmulo de estruturas que muitas vezes estão superpostas, imagine ter que fazer exposição disso e ter que dar um acabamento estético agradável para tudo isso, assim a própria arqueologia influenciou, nas opções da arquitetura, mas são sempre escolhas e seleções.<sup>15</sup>

As considerações de Fernando Marques sobre a função da arquitetura de restauro são importantes quando pensamos a restauração do Forte a partir de uma reflexão sobre até que ponto o Forte, após a restauração, atingiu os objetivos que, segundo o pesquisador, são elencados pela arquitetura. Além do ponto de vista estético, Fernando Marques reafirma também a arquitetura como resultado da atividade humana, o que a aproxima das ciências humanas. Analisando sua própria atuação e o diálogo que desenvolve em sua produção com relação entre história, arqueologia e arquitetura, o pesquisador consegue estabelecer um fio condutor entre esses três campos de saber, o que acaba por reforçar a idéia defendida neste capítulo de que essas três perspectivas foram evocadas mais enfaticamente na restauração do Forte. As formações de arquiteto, historiador e arqueólogo lhe permitiram abarcar as três áreas, aqui entendidas como correlatas:

Apresentei um plano de trabalho que buscava, a partir de edificações, ou da arquitetura, compreender o modo de vida das pessoas. E isso é, na essência, arqueologia histórica. Porque eu entendia que as pessoas constroem as casas, e são reflexos de suas atividades. Por outro lado, o que as pessoas usam e descartam, muitas vezes se enterra no próprio local. Em casas antigamente as pessoas enterravam seu “lixo” no próprio quintal. Isso aconteceu muito no período colonial, já que não se tinha sistema de coleta do lixo doméstico. Então aí está a potencialidade e a possibilidade da arqueologia urbana, estando muito relacionada com a questão da arquitetura, pelo menos pela minha visão. Não que eu estivesse me defendendo por ter feito arquitetura e estar na área de arqueologia, mas elas são bastante correlatas. Até porque arquitetura é produto do passado, da atividade humana, da cultura material.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada com Fernando Marques, em 26 de novembro de 2006.

<sup>16</sup> *Idem.*

Ainda considerando a importância e o papel da arquitetura concernente à restauração do patrimônio histórico por um dos entrevistados foi trabalhada a idéia de que a arquitetura não é neutra e que acaba por expressar a visão de mundo de alguém ou de um grupo. Considerando esta premissa pode se estabelecer que a maneira como ocorreu a intervenção arquitetônica no Forte expressou-se, em certa medida, a partir de escolhas; este aspecto não se expressa somente na arquitetura, mas também na arqueologia e na própria história. Assim, segundo Edmilson Rodrigues

A arquitetura revela uma visão de mundo, por exemplo, quando a Ditadura implantou os campos, mudaram a grade curricular de ensino, implantando o sistema de créditos, os cursos básicos, para inviabilizar laços mais fortes de amizade ela agiu de forma competente. Isso se dava pela estrutura pedagógica de ensino, mas se deu também pela arquitetura, se você vê qualquer campus universitário, ele não vai ter espaços de socialização, reuniões inviabilizam as aulas, há obstáculos que favorecem a dispersão... A arquitetura indígena, por exemplo, com os espaços no centro da aldeia, espaços de celebração, de decisões; a função daquele espaço está expressa na arquitetura. Portanto, não há arquitetura neutra, então não dá para pensar a arquitetura apenas na coluna de concreto, no que tangível, palpável, porque ela expressão de uma visão de mundo, de uma prática.<sup>17</sup>

Confrontando ainda as considerações feitas pelas pessoas entrevistadas e tendo ainda em vista a atuação da arquitetura neste campo da restauração patrimonial, um aspecto interessante foi mencionado por Dorotéia Lima sobre o tipo de produção arquitetônica que resultou das obras levadas a cabo pela secretaria de cultura do Estado. Ao comentar sobre as transformações implementadas nos espaços restaurados, as mudanças na arquitetura ou no uso dos mesmos a arquiteta considerou o fato de que tais transformações são feitas não para o gestor, mas para o próprio público que vai usufruir daquilo, assim há que considerar, segundo a mesma, que

Quando se vai projetar algo você é contratado por uma pessoa, você argumenta e opina em algumas coisas, mas ouve-se a pessoa que contrata em algumas coisas você argumenta e de algumas coisas se convence, outras não. [...] para o público não é diferente, você esta projetando para o usuário e não para si. Para mim, na formação da escola de arquitetura não aprendi nesse sentido, mas é algo que aprendi no exercício da vida pública. Você precisa ouvir as pessoas para quem está projetando, têm coisas que são essencialmente técnicas, mas tem coisas que você pode transigir, tudo é um exercício.<sup>18</sup>

•

---

<sup>17</sup> Entrevista realizada com Edmilson Rodrigues, em 17 de dezembro de 2006.

<sup>18</sup> Entrevista realizada com Dorotéia Lima, em 5 de dezembro de 2006.



Depois de analisar o lugar que cabe à arquitetura em relação às apropriações do patrimônio histórico consideremos agora, mais especificamente, a importância da arqueologia no mesmo contexto, tomando como caso a restauração do Forte do Presépio; para melhor entendimento dos argumentos construídos pelo arqueólogo responsável pela pesquisa no monumento, são importantes algumas considerações acerca da própria ciência, bem como da proximidade dos historiadores com a cultura material. A arqueologia, tanto quanto a história e a arquitetura, foi uma das ciências que mais embasou o trabalho de restauração do Forte do Presépio. Nesse sentido, pensando no diálogo entre os campos de saber que foram confrontados na restauração, a relação entre arqueologia e história se revelou uma fonte potencial de análise que transitou para um campo ainda pouco trilhado pelos historiadores aqui na Amazônia, a produção de conhecimento a partir da cultura material.<sup>19</sup>

Ainda que a arqueologia seja, por excelência, a ciência que tem na cultura material sua principal fonte de pesquisa para entender o homem e suas relações sociais, é cada vez mais profícua a aproximação dos historiadores com a cultura material, para produção do conhecimento histórico e no próprio fazer historiográfico.<sup>20</sup> Tanto quanto a história, a arqueologia busca compreender as sociedades e a relações humanas, em seus diversos aspectos, entretanto se alicerça nos restos materiais deixados por elas.

É importante enfatizar que a arqueologia é uma ciência autônoma com uma disciplina científica que dispõe de procedimentos teórico-metodológicos próprios, tais como a escavação e, em alguns casos, a restauração. A especificidade da arqueologia em ter na escavação o principal método de investigação faz com que não se prenda, pelo menos não tanto quanto a história, a um recorte temporal único, ou seja, as ocorrências de cultura material nos sítios, não podem estar presas previamente a um limite cronológico.

Um aspecto interessante e que a aproxima da história social em sua problemática é interpretar, a partir da cultura material o cotidiano dos sujeitos sociais, como afirma Pedro Paulo Funari “gerações e gerações de iletrados nos são acessíveis apenas por sua civilização material: por seus instrumentos de trabalho, por seus grilhões, por seus enfeites e por seu

---

<sup>19</sup> O conceito de cultura material tomado aqui é definido por Funari como: “a porção da totalidade material socialmente apropriada, incluindo artefatos, ecofatos e biofatos e abrangendo ainda toda representação física da cultura [...] como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico”. FUNARI, Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15.

<sup>20</sup> Ver: REDE. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material” *Anais do Museu Paulista*. Nova Série, v. 4.1996, p.265.

artesanato”.<sup>21</sup> Tanto quanto das culturas iletradas, no sentido atribuído ao termo por Funari, muito se pode entender das relações sociais entre diversos grupos, letrados ou não, a partir do seu universo material.

Um outro ponto de proximidade entre arqueologia e história é a divisão entre arqueologia histórica e arqueologia pré-histórica.<sup>22</sup> Em relação ao Forte, caracterizado como o “sítio arqueológico histórico mais antigo de Belém”<sup>23</sup>, a pesquisa de arqueologia histórica, desenvolvida antes e durante a obra de restauração, foi fundamental para redimensionar alguns aspectos do espaço museológico. Ainda que direcionada a dar conta das informações de um sítio histórico, o resultado da pesquisa apontou também para evidências pré-históricas, que não foram desconsideradas pela arqueologia, como resultado,

As escavações área do Forte apontaram também para uma constatação até então desconhecida: a fortificação estaria construída em cima de um antigo assentamento indígena. Níveis de até quase 1m abaixo da superfície apresentaram um solo de coloração escura com ocorrência de fragmentos cerâmicos, evidências características do período pré-histórico. Posteriormente, percebeu-se sua distribuição também pela área externa do Forte: no local da igreja de Santo Cristo, bem como ao lado antigo Hospital Militar. [...] foi possível descobrir alguns vestígios de utensílios usados na cultura indígena, como fragmentos de cerâmica associados com carvões e indícios de uma carapaça de tartaruga, que remetem a práticas alimentares tradicionais desde antes do contato, e deixar “in situ” para exposição em conjunto com uma lâmina de machado encontrada no sítio.<sup>24</sup>

É importante observarmos os objetivos propostos pela arqueologia, quando esta submete um sítio histórico a uma investigação arqueológica, objetivos estes que procuram desvelar dinâmicas das sociedades humanas, através da cultura material, e não somente subsidiando uma proposta de intervenção arquitetônica, como foi realizado no caso do Forte, por exemplo. Assim, o conjunto de informações consolidadas a partir da pesquisa arqueológica realizada no Forte alicerçou de maneira significativa o produto final da intervenção no monumento e a proposta de leitura histórica que o mesmo tem contemporaneamente. Um outro aspecto importante a ser analisado nesse trabalho é perceber os argumentos presentes no campo de

---

<sup>21</sup> FUNARI, Pedro Paulo. “A trajetória da arqueologia no Brasil (Apresentação)”. ORSER JUNIOR. Charles. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992, p. 7.

<sup>22</sup> De maneira sucinta podemos definir que a arqueologia pré-histórica, no que se refere ao modelo aplicado ao Novo Mundo, dedica-se ao estudo das culturas aborígenes anteriores ao contato com os europeus. A arqueologia histórica dá conta dos sítios históricos, que têm vestígios da colonização, e do processo de contato com a cultura européia. Ver: NAJAR, Rosana. *Arqueologia Histórica*. Brasília: IPHAN, 2005, pp. 14-21.

<sup>23</sup> MARQUES. *Pesquisa arqueológica na área do Forte do Castelo, em Belém, Pará*, p. 98.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

saber da arqueologia sobre as interpretações do passado e sua relação com o patrimônio histórico. Como ressalta Marques

Como resultado das escavações foram recolhidos aproximadamente **100.000** fragmentos e objetos inteiros, que possibilitam conhecimento de aspectos até então restritos a uma documentação escrita, como é o caso da vida material da sociedade civil amazônica durante o período colonial.<sup>25</sup>

As intervenções pelas quais o Forte passou com o projeto de restauração o transformaram em um museu; entretanto, antes de ser um espaço museológico é um sítio arqueológico. A intervenção no sítio arqueológico foi avaliada por Fernando Marques, que demonstrou ressalvas, durante a entrevista, em relação ao tipo de comunicação expográfica que foi dado àquele sítio arqueológico histórico. A mudança em relação à temática do museu decorreu, a partir das próprias descobertas da arqueologia no sítio, entretanto, como chama a atenção o arqueólogo

Tem que se pensar na concepção do projeto do museu: antes, ao que se sabe, ia ser um museu da fortificação, do Forte. Com a descoberta dos vestígios da ocupação indígena, anterior a chegada dos portugueses, o discurso mudou, passou a ser o *museu do encontro*, considerando já esse elemento da cultura indígena, contemplado no discurso da museografia. Então, o que antes ia ser o museu da fortificação, passou a ser o *museu do encontro*. Isso foi relevante, abriu uma outra perspectiva, de falar dos índios, dos grupos sociais que viviam antes do contato. Mas, por outro lado, abriu um precedente para se ampliar demais a visibilidade do contexto local do sítio indígena. Acho que entrou um período muito amplo, que antecedeu em séculos o que seria o foco de interesse do museu.<sup>26</sup>

O arqueólogo destaca ainda que a cultura material que foi colocada na sala de exposição do museu proveniente de outros sítios, que não do próprio Forte, ganhou uma maior visibilidade se comparada à cultura proveniente do próprio sítio histórico:

O que se destaca ali são cerâmicas indígenas, que não têm a ver com o local e entraram ali por conta dos vestígios da ocupação indígena no local onde se construiu o forte. Elas tomaram uma dimensão muito maior em relação ao cerco de cultura material bélica e cotidiana que foi encontrado como resultante da arqueologia histórica no forte, que foi algo em torno de 100.00 fragmentos, ou seja, bastante material arqueológico do próprio sítio, que em função da restrição do espaço foi impossível expor.<sup>27</sup>

Considerar que, em certa medida, os resultados da pesquisa arqueológica tiveram que se adequar aos interesses do projeto de um museu pensado para o Forte do Presépio suscita uma

---

<sup>25</sup> *Ibidem* – grifo do autor.

<sup>26</sup> Entrevista realizada com Fernando Marques, em 26 de novembro de 2006.

<sup>27</sup> *Idem*.

questão muito discutida na arqueologia sobre a produção científica do arqueólogo e seu contexto social. Nesse aspecto são considerados que vários fatores influenciam as interpretações arqueológicas, como ressalta Bruce Trigger

Relações entre interesses e idéias são constantemente mediadas por um vasto número de fatores. Portanto, os arqueólogos não podem esperar que se estabeleçam relações unívocas entre determinadas interpretações arqueológicas e interesses particulares de classe. Em vez disso devem analisar as idéias que influenciam interpretações arqueológicas como instrumentos com os quais os grupos buscam alcançar seus objetivos em determinadas situações.<sup>28</sup>

Analisando o papel que coube à arqueologia, à história e à arquitetura no trabalho de restauração do Forte, percebi que duas dessas ciências, a arqueologia e a arquitetura, exerceram papel ativo no sentido de influenciar, modificar e até determinar interpretações e o uso do espaço. Foi o olhar da arquitetura que decidiu deixar técnicas construtivas a descoberto, ou mesmo, deixar o Forte com o estilo arquitetônico do século XIX. Da mesma forma, foi o resultado das pesquisas arqueológicas que influenciou a decisão de que naquele espaço houvesse o Museu do Encontro e nele fosse lembrada a vivência indígena na Amazônia, e não somente um memorial da própria edificação, como um museu militar, por exemplo. Foram as evidências arquitetônicas que elidiram o anfiteatro que existiria na área interna da praça do Forte.

Por outro lado, ao analisar o que foi produzido pela história, entendo que a ela coube respaldar um discurso que justificasse a intervenção no Forte, pois havia um discurso pronto no projeto de resgatar história e a memória da cidade de Belém, a partir da restauração do Forte. Procurar analisar a intervenção, que a meu ver foi além da questão material da edificação, e o uso da história no processo foi uma tentativa de descobrir quais debates, quais questionamentos foram feitos durante o projeto acerca das interpretações do passado, das novas leituras de histórias que se construam, no processo de restauração do Forte.

Um dos artigos publicados na edição da SECULT que apresenta a etapa do projeto Feliz Lusitânia que deu conta da restauração do Forte traz uma narrativa sobre a importância da edificação, enquanto marco zero. O artigo de Renata Araújo (doutora em História da Arte, professora da Universidade do Algarve) exalta a importância do Forte considerando que

Os quase quatrocentos anos que nos separam da fundação de Belém colocam-nos, do ponto de vista da longa história das cidades, relativamente próximos da nossa origem. Podemos, com absoluta certeza, identificar o ponto, o grau zero da criação urbana que, literalmente, funda-se com o forte. Podemos nomear os fundadores e

---

<sup>28</sup> TRIGGER, Bruce. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004, p. 15.

reconstituir a viagem inicial. E podemos fazer tudo isso porque tudo nos foi legado com a própria fundação, porque a origem da cidade foi, desde o início, imbuída de uma intencional narrativa mítica que sendo paradoxalmente autêntica nos seus propósitos dá-nos a ver, em mais de um sentido, o nascimento, real e simbólico do lugar.<sup>29</sup>

Uma análise do tipo de narrativa construída pela autora pode nos remeter ao fato de que a história é evocada também para alicerçar a construção de símbolos e justificar intervenções que estão longe de ser somente materiais. Esbarramos, portanto, novamente na idéia de nenhuma produção é neutra, ainda que o Forte seja investido de uma relevância histórica, enquanto marco inicial da colonização portuguesa na Amazônia, é perceptível que no projeto de restauração este fato foi constantemente evocado. No momento dos conflitos gerados pela intervenção do Forte, principalmente os referentes à retirada do muro construído no século XIX, que existia na frente da edificação, cabe analisar a argumentação construída pelo historiador Geraldo Coelho (professor da Universidade Federal do Pará), para justificar a decisão da secretaria de cultura do Estado e refutar o parecer do IPHAN que sugeriu mudanças no Projeto Forte do Castelo:

Como é do bastante conhecimento de V.S<sup>a</sup>, a Secretaria de Cultura vale-se, sempre, de critérios os mais reconhecidos possíveis para os trabalhos que vem realizando em nome da cultura e do patrimônio cultural paraense. Em momento algum, até porque contamos com a sustentação de uma equipe de reconhecido mérito profissional, reconhecimento nacional e mesmo internacional, qualquer projeto por nós desenvolvido no *locus* histórico de Belém ofendeu os princípios reguladores da relação entre a cidade, o patrimônio e a herança histórica recebida pela administração pública. Temos tido em conta, sempre, que as linguagens culturais exigem rigor, qualificação e esmero no seu tratamento e na sua releitura. (...)

Lamentavelmente, e sem desconhecer opiniões oferecidas no Parecer em questão, insistimos que a filosofia que preside e haverá sempre de presidir a ação da Secult no trato dos *monumentos documentos* do patrimônio histórico deste Estado, continuará sendo marcada por uma conduta que combina preparo teórico e sensibilidade histórica. Como sabemos que assim procederá V.S<sup>a</sup> em igual situação. Os bens, os valores e as representações do patrimônio histórico do Estado do Pará jamais poderiam ser objeto de uma política pública que transformasse legendas culturais em forma alguma de “pastiche histórico” como que ofender a sensibilidade, semelhante política estaria renegando uma bem erguida tradição de trabalho desta administração em prol dos *documentos* físicos de nosso passado comum.

Senhora Superintendente. Maior do que os homens e maior ainda que as circunstâncias é a História. Todos passaremos. Soberana, sem dúvida, ficará a escrita de Clio, o espelho de seu tribunal. Como, por certo, não desejamos enfrentar, na condição de irresponsáveis, o julgamento do futuro, lutaremos para que o passado,

---

<sup>29</sup> ARAÚJO, Renata Malcher de. “O presépio da Feliz Lusitânia”. In: Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará. *Feliz Lusitânia/Forte do Presépio – Casa das Onze Janelas – Casario da Rua Padre Champagnat*. Belém: SECULT, 2006, p. 11.

por nós transformado em linguagem cultural, revele a melhor das nossas utopias: a de nossa identidade feita imagem perene de tudo que acreditamos e proclamamos.<sup>30</sup>

Os argumentos construídos pelo historiador, à época, membro da equipe que realizou o projeto e diretor do Arquivo Público do Estado do Pará, são interessantes no sentido de que calcam na história o trato com o patrimônio histórico. É pertinente, como tem sido trabalhado nesta produção, a representação simbólica do patrimônio histórico, a idéia ainda, encontrada em Le Goff, da função do *monumento/documento*; entretanto cabe destacar que naquele momento havia a narrativa construída que não era somente do historiador, mas também do pesquisador vinculado à Secretaria de Cultura do Estado. Não há como não considerar o que foi mencionado no início desse capítulo acerca do lugar de onde cada um dos sujeitos emitem suas idéias, as ancoragens e os interesses e vínculos que permeiam também o campo dessas idéias.

Tendo em vista ainda que embora sejam campos de saber diferentes, todas as ciências que aqui dialogam buscaram nos fatos e nas interpretações do passado os argumentos para justificarem suas ações em relação ao patrimônio histórico. Assim, pode-se compartilhar da análise de Edgar Salvadori de Decca quando afirma que a produção de novos lugares de memória não é mais somente uma ação da memória, mas também da história, bem como não mais pertence somente à seara dos historiadores na medida em que cada vez mais “todos os grupos sociais passam a reivindicar um direito à história e, portanto, ao próprio passado”. O autor ressalta ainda

Poderíamos dizer, inclusive, que começa a existir uma progressiva desprofissionalização da história na medida em que sua produção deixa de ser atributo unicamente de historiadores para se transformar em uma prática reivindicada por inúmeros grupos sociais em suas lutas pela preservação da identidade e pela defesa de seu patrimônio cultural.<sup>31</sup>

Existe hoje, por tanto, um marcado interesse pela idéia de revitalização, de “resgate” de memória em relação aos bens culturais, no qual várias ciências dialogam; em se tratando das edificações históricas este processo torna-se ainda mais complexo. Juntamente com a idéia de crescimento urbano e desenvolvimento das cidades, há que se considerar questões mais abrangentes tais como critérios de autenticidade; o modo como as intervenções são feitas nos monumentos históricos; a transformação desses bens e a influência desse processo no

---

<sup>30</sup> O texto, elaborado por Geraldo Coelho, foi encaminhado ao então Secretário de Cultura Paulo Chaves e posteriormente à Elizabeth Nelo Soares então Superintendente da 2ª SR/IPHAN em 2001. (Acervo 2ª SR/IPHAN, SECULT/FCPTN Fax datado de 4 de maio de 2001).

<sup>31</sup> DE DECCA, Edgar Salvadori. “Memória e Cidadania”. In: *O Direito à memória*, pp. 132-33.

cotidiano social; e, principalmente, a construção simbólica que se opera em relação aos mesmos. Nesse processo cada ciência tem sua contribuição, cada grupo social interage e a sociedade, de maneira geral, atua de forma dialética.

### 3.2. O Forte do Presépio por seus interlocutores: as escolhas e os argumentos no trato com o patrimônio histórico.

A sensação que tenho ao rememorar o processo de restauração do Forte é de uma gama de pessoas, das mais variadas classes, níveis de formação e concepções ideológicas diferentes opinando acerca de tudo que ali foi implementado; nos jornais, revistas e outros meios surgiram discursos e argumentos de pessoas ligadas à área de patrimônio histórico; os registros deixados no primeiro livro de sugestões do museu do Forte estão eivados de posicionamentos, críticas, elogios dos que visitaram o Forte assim que foi reaberto. Considero, portanto, que embora a intervenção em bens patrimoniais e em símbolos seja pensada por um grupo ou por uma gestão política, ela acaba por tomar uma dimensão maior que, de certa forma, faz de todos nós partícipes, direta ou indiretamente, desse processo de intervenção.

Se nos debruçarmos sobre a relação entre patrimônio histórico, memória e poder chegaremos a uma vasta teia de sentidos, de interesses que conformam seleções do que deve ou não ser preservado. As ações políticas, entendidas aqui como as praticadas pelo poder público, mas também as que são praticadas por grupos de diferentes interesses e discursos ideológicos, constantemente elaboram e reelaboram o que deve ser lembrado ou esquecido e vários discursos políticos são produzidos para respaldar tais ações. Segundo Mário Chagas

A ação política, por seu turno, invoca com frequência o concurso da memória, seja para firmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente. É a ação política, não necessariamente partidária, que faz coincidirem memória, política e representação.<sup>32</sup>

*Memória, Política e Representação.* Estes mecanismos se entrelaçam no momento da construção de símbolos. Partindo da perspectiva de Mário Chagas, procurarei entender as ações políticas em relação ao patrimônio e as interpretações do passado, através dos discursos. Consideremos a premissa de que toda a sociedade participa, senão protagonizando, pelo menos, reelaborando o que é produzido por quaisquer grupos. Assim, analiso os discursos de

---

<sup>32</sup> CHAGAS. “Memória Política e Política de Memória”, p. 141,

vários sujeitos e qual a relação de pertencimento que os mesmos têm para com um símbolo da cidade de Belém, seja considerando-o como Forte do Castelo, ou como Forte do Presépio.

As intervenções e transformações que ocorreram no Forte podem e devem ser entendidas como um processo de formação e identidade a partir de um símbolo de memória, que já existia, mas a partir do qual foi feita uma releitura acerca do mesmo e de sua função no cotidiano da cidade. Considera-se, portanto, que a construção de identidade é resultado de condicionamentos, mas que também concorre para esse processo a ação dos sujeitos. Tal construção é feita de maneira coletiva; no interior do coletivo, entretanto, existem vozes dissonantes, e através dos discursos procura-se dar conta das experiências herdadas, partilhadas que se constroem e articulam seus interesses entre si.<sup>33</sup> A restauração do Forte trouxe sentidos e conflitos imbricados que ora convergiram, ora divergiram e isso não é aleatório, pauta-se nessa luta pela construção de identidade e símbolos, bem como na luta pela apropriação dos mesmos.

Em que pese, todavia, a ação dos grupos sociais; em que pese ainda, os condicionantes já citados que influenciam o papel da arquitetura, da história, da arqueologia em relação ao patrimônio histórico, há um outro aspecto que não deve ser desconsiderado: as escolhas individuais dos sujeitos. Consideremos aqui, por exemplo, especificamente, os arquitetos que procuram deixar sua marca nas obras selecionadas a serem valorizadas. Seleciono aqui a figura do arquiteto, porque o objeto dessa produção foi uma obra de restauro arquitetônico. Aqui abro um parêntese para uma análise que, para quem vivenciou em Belém esta última década (1996-2006) sob a gestão do então secretário de cultura nesse período, Paulo Chaves Fernandes, não poucas vezes ouviu a expressão de que as obras restauradas eram “a cara do Paulo Chaves”, tal expressão fazendo referência a obras audaciosas que por muitos foram consideradas de elite. Some-se a isso o fato de que os prédios restaurados e os espaços criados foram redenominados, podendo se considerar uma marca de gestão.

Para Françoise Choay, ao discutir o papel dos arquitetos em relação ao patrimônio histórico edificado, “os arquitetos invocam o direito dos artistas à criação. Eles desejam, como seus predecessores, marcar o espaço urbano, não querem ser relegados para fora dos muros, ou condenados, nas cidades históricas ao pastiche”.<sup>34</sup> Assim compartilhando da idéia

---

<sup>33</sup> Ver: THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. I, pp. 9-14.

<sup>34</sup> CHOAY. *A alegoria do Patrimônio*, p. 16.



da autora, há sempre que considerar também a ação individual de quem leva a cabo um trabalho de intervenção arquitetônica. Essencialmente, os argumentos que são trabalhados neste tópico são construídos por pessoas ligadas à arquitetura e neste momento podemos confrontá-los tendo a luz de um ponto comum: o trato com o patrimônio histórico edificado.

Algumas entrevistas e reportagens publicadas em momentos diferentes reforçam a análise sobre o fato de as obras da Secretaria de Cultura serem consideradas como obra do gestor e não da instituição. No momento mais nevrálgico da implementação do projeto de restauração do Forte, quando o IPHAN, a Prefeitura de Belém e o Governo do Estado se confrontavam ante a iminência de retirar a muralha frontal do monumento, em entrevista concedida a um jornal local, a diretora do Departamento de Patrimônio da FUMBEL, a arquiteta Ana Elizabeth de Almeida, afirmava que “arquiteto de restauro tem de aparecer o mínimo possível, não precisa deixar sua assinatura no prédio restaurado, não pode ser pavão”.<sup>35</sup>

Mas a importância da intervenção no Forte foi trabalhada de formas diferenciada pelos sujeitos envolvidos no processo; ainda que o aspecto mais polêmico tenha sido a retirada do muro e que a maioria dos argumentos gravitasse em torno disso, todos os discursos elencados aqui discorrem sobre a importância da intervenção no monumento, bem como, tacitamente, a idéia acerca de quem decide o que e como dever ser preservado no monumento. Em entrevista ao jornal *O Liberal*, Paulo Chaves<sup>36</sup> tratou da questão da retirada da muralha e seu discurso também enfatiza o modo como foram conduzidas tais intervenções

Nós deixamos as marcas de onde o muro estava não por concessão, mas para mostrar que ele existiu ali e para registrar o momento de decadência do forte. Com a restauração, nós estamos trazendo de volta a relação do Forte com a cidade, é uma restauração da relação urbana, porque toda malha urbana surge daqui.<sup>37</sup>

Em outro trecho da mesma entrevista Paulo Chaves comenta as polêmicas geradas em relação à intervenção no forte, citando em seus argumentos, segundo ele, palavras do

---

<sup>35</sup> *Apud* PINTO, Elias. “Derrubar ou não, eis a questão”. Belém, *O Diário do Pará*, nº 10 (dezembro de 2002), p. 4.

<sup>36</sup> Como já mencionado neste trabalho, não foi possível entrevistar pessoalmente o ex-secretário de cultura do Estado do Pará. Assim, os argumentos aqui selecionados foram retirados de revistas e jornais. Paulo Chaves permaneceu por 12 anos à frente da Secult/Pa, coordenou neste período, além da implementação do *Projeto Feliz Lusitânia*, a criação da *Estação das Docas*, no antigo cais do Porto de Belém; o *Mangal das Garças*, um parque ambiental também na Cidade Velha; projetou o *Centro de Convenções da Amazônia – O Hangar*, obra que foi “reinaugurada” após sua gestão; o *Parque da Residência*, antiga residência dos governadores; foi responsável pela edição/reedição de algumas publicações significativas para a história e literatura do Pará. Citar essas informações considero importante para o tema aqui tratado, pois as mesmas se inserem na discussão sobre valorização da cultura, construção de símbolos e identidade em Belém e também no Estado do Pará.

<sup>37</sup> Entrevista concedida a Fabrício de Paula. “Secult inaugura quarta etapa do Feliz Lusitânia”. *O Liberal*. Belém. Caderno Cartaz, nº 9. 24 e 25 de dezembro de 2002, p. 5.

historiador Geraldo Coelho afirmando que “pátina do tempo não é história”.<sup>38</sup> A “pátina do tempo” faz referência ao muro construído posteriormente à chamada *fase heróica* da edificação. O secretário alega respaldo e “credibilidade” para realizar as referidas intervenções, e decidir o que preservar ou não.

Sou membro do Conselho Nacional do Iphan, que é o órgão que decide sobre as questões mais polêmicas sobre patrimônio e tenho uma história de credibilidade na cidade. Não se pode chamar a coletividade para discutir tudo. Algumas coisas são técnicas. Não se pode fazer assembleísmo para tudo.<sup>39</sup>

Ainda que o saber técnico esteja nas mãos de profissionais ligados à área de preservação patrimonial, a questão não se encerra somente nesse aspecto, é essencial que haja diálogo e debates, uma vez que estão em jogo também relações afetivas, usos e vivências diferenciadas num mesmo espaço, como foi o caso do Forte, antes das intervenções. Em outra entrevista quatro dias após a entrega da obra, o secretário novamente avaliou a polêmica em torno das obras; a meu ver, as críticas construídas por Paulo Chaves desmerecem, em alguns momentos, a posição, as idéias e as justificativas dos profissionais que também têm respaldo para formular juízos acerca do trato com o patrimônio histórico. Outro aspecto perceptível é que o secretário encerra as questões ao campo político-partidário, como podemos perceber na entrevista abaixo

Há que se comemorar a parcial demolição da muralha que, diga-se de passagem, nunca fez parte do Forte do Presépio. Do indigitado estrupício, restou o pórtico de acesso ao sítio, quando este virou quartel, e 40 cm de altura da cantaria de pedra em toda sua extensão, tal como previsto no projeto desde o início. A sua retirada ocorreu, apesar de todas as maledicentes interpretações disseminadas, no estrito cumprimento da Lei, de acordo com a decisão da desembargadora federal Selene Maria de Almeida. [...] Aliás, à exceção do muro, as aberrações foram demolidas logo no início das obras e ninguém se lembrou de defendê-las do fatídico, mas necessário destino que lhe coube. O muro foi deixado para ser retirado no final, já que serviu como tapume e proteção do canteiro de serviços, quando deu-se o imbróglgio oportunista e a “batalha” judicial, curiosamente há poucos dias da inauguração do conjunto restaurado. [...] Sem o muro, o Forte e a população recuperaram o elo perdido, a cidade, o conjunto urbano primitivo livre do entulho visual e o cidadão, o direito à paisagem, tendo o rio por testemunha. O resto é intolerância, inépcia e ressentimento.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> *Ibidem.*

<sup>39</sup> *Ibidem.*

<sup>40</sup> CHAVES, Paulo. “Tinha um muro no meio do caminho”. *O Liberal*. Belém. Caderno Cartaz, nº 7. 29 de dezembro de 2002, p. 7.

Ainda considerando o confronto entre as idéias das pessoas envolvidas na seara da preservação do patrimônio histórico, se, por um lado, Paulo Chaves no momento da conclusão das obras de intervenção reclamava para si o poder de decisão e de legitimação desse poder por ter “credibilidade” e ser, naquele momento, membro do Conselho Consultivo do IPHAN, passados quatro anos da restauração, pessoas que também possuem respaldo técnico para opinar defenderam uma maior participação da sociedade em tais decisões. Dorotéia Lima, acerca do mesmo assunto afirmou que

Na restauração do Forte, a questão do muro foi um embate entre a estética e a história. Será que foi certo? Qual a medida disso? Discussões desse tipo não devem ser de uma pessoa só. Quando houver divergência, as coisas devem ser discutidas. Talvez seja a maior lição que a gente tenha tirado dali, a discussão sendo aberta todos ganhariam com a experiência. Tem coisas que a Antropologia questiona: Em que medida esse tipo de intervenção destrói as relações sociais? Em que medida isso é reconstruído? Se há “lugares” do ponto de vista antropológico? Ou, se é possível construir “lugares” nesses espaços que recebem essas intervenções? Há trabalhos que discutem tudo isso, infelizmente pouco se questiona do ponto de vista da Arquitetura, a maioria é do ponto de vista da Antropologia, da Geografia e da História.<sup>41</sup>

Um aspecto que foi freqüentemente mencionado no momento da realização das entrevistas foi a participação da sociedade nas decisões sobre as intervenções no Forte. Dorotéia Lima, que no momento da intervenção no Forte era técnica da 2ª SR/IPHAN, assinou relatórios de visita técnica que realizou no Forte, em 2002, num momento já próximo a reabertura do Forte à população. Na concessão da entrevista, a então superintendente da 2ª SR/IPHAN exemplificou também um dos caminhos para se buscar uma maior participação quando de intervenções no patrimônio. Ainda que reconheça que alguns processos são essencialmente técnicos, a arquiteta ressaltou a importância de considerar a relação da sociedade com seu patrimônio.

Por exemplo, estamos promovendo a intervenção na igreja de Santana, que é do Landi, a igreja não foi construída com as torres que apresenta hoje, essa idéia de voltar (ao original) é algo superado, então se trabalha com idéia de que só se retiram acréscimos se eles estiverem ferindo a percepção da obra, enquanto obra de arte, então se refaz para corrigir isso. Então começou a discussão sobre a retirada, ou não das torres, com técnicos de Portugal, da Bahia embora se tenha um grande apelo de restaurar, porque é instigante, do ponto de vista arquitetônico e artístico, mas não se pode pensar só desse ponto de vista e nem decidir sozinho. Então chamamos o padre, discutimos com a comunidade porque não se pode seguir uma postura técnica tão rígida e deve-se considerar que ali têm os padres, os fiéis, pessoas que freqüentam que têm referências simbólicas, que têm afeição. Embora tecnicamente

---

<sup>41</sup> Entrevista realizada com Dorotéia Lima, em 5 de dezembro de 2006.

se considere que deva se retirar (as torres), nós resolvemos ouvir as pessoas e concluímos por não retirar as torres, e teve gente dizendo que isso era covardia, não é uma questão de covardia e sim de coerência. Se busca trabalhar conjuntamente, então íamos a missa quando tinha-se alguma coisa para falar e o padre abria espaço, nós reuníamos as pessoas e apresentávamos as propostas, por que era uma decisão grande demais para se tomar isoladamente.<sup>42</sup>

Experiência semelhante à que a superintendente do IPHAN mencionou, quando do início da intervenção na Igreja de Santana, foi narrada pelo ex-prefeito de Belém quando foi implementada a restauração na Feira do Ver-O-Peso, um dos principais bens patrimoniais de Belém, restaurado durante sua gestão. Edmilson Rodrigues ao tecer suas críticas ao modo “autoritário” como algumas intervenções são feitas, contra-argumentou dando como exemplo a obra levada a cabo pela Prefeitura Municipal:

Na elaboração do projeto do Ver-O-Peso houve uma projeção nacional, tinha um edital nacional, com várias inscrições de escritórios renomados, grandes arquitetos, participação local. Nosso objetivo era projetar nacionalmente a cidade que só aparecia nas manchetes de forma negativa. Dentro do edital, constatava que para cada fase teria que haver um colóquio, onde as pessoas pudessem participar e debater. Foi bonito ver feirantes, arquitetos, historiadores debatendo, primeiro já com os finalistas inscritos para realizar o projeto, depois para colocar as diretrizes de acordo com o que o povo pensava. Teve o debate de uma torre: ia ser feito um píer, e, na ponta do píer uma torre que iria concorrer com as torres do mercado, e como os próprios feirantes, alguns arquitetos e historiadores também, mas os próprios feirantes disseram: ficou bonito, mas aqui o que tem importância é o Mercado de Ferro, então vai se criar uma outra torre por quê? O escritório responsável argumentava: mas a torre vai valorizar a arquitetura, porque vai gerar um debate positivo entre o antigo e o moderno, por outro lado, a torre vai funcionar como um ponto a mais para se ver a cidade. Tinham argumentos sérios, mas o que prevaleceu no debate a não construção da torre. De modo que esse tipo de evento é interessante, ainda que não se chegue a uma solução ideal, mas quando há uma participação mais aberta, aquela visão burocrática e tecnicista em que o saber é dominado por uns poucos e que estes poucos têm o direito de apresentar soluções à revelia da sociedade; ora se o dinheiro é público e se o bem é público é porque é do Estado, mas também é da sociedade.<sup>43</sup>

As soluções apontadas pelos dois entrevistados, Dorotéia Lima e Edmilson Rodrigues, não são tomadas aqui como irrefutáveis ou como caminhos ideais a serem seguidos, pois são gestores que procuram obviamente defender suas posições e ações no trato com a coisa pública. Caberia, por exemplo, investigar se tais soluções deram conta de um consenso após a realização das obras, e se tais obras, ao serem finalizadas, agradaram a sociedade como um todo. Obviamente sempre haverá grupos e pessoas que discordam das ações de outros, pois

---

<sup>42</sup> *Idem.*

<sup>43</sup> Entrevista realizada com Edmilson Rodrigues, em 17 de dezembro de 2006.

intervir no patrimônio histórico, no que é um bem público suscita interesses divergentes e diferentes.

O discurso de Edmilson Rodrigues deve ser analisado, para além dos aspectos técnicos concernentes à formação de um arquiteto, levando-se em consideração os aspectos políticos que se refletem em suas opiniões sobre a restauração do Forte; mais uma vez há que se considerar que todos esses discursos não são neutros e estão ancorados em visões de mundo. Em sua análise procurou, por exemplo, estabelecer uma separação entre os técnicos envolvidos no projeto e o grupo político que estava na gestão do Governo do Estado ao qual fazia oposição, percebe-se, portanto, que cada um dos discursos aqui tratado está mediado por ideologias e interesses diferenciados. Ao discorrer sobre o projeto implementado no Forte considerou aspectos do envolvimento de profissionais, da participação da sociedade e do que chamou de “uma linha conservadora” no processo:

Então, eu acredito que o caso do Forte do Castelo, o Projeto Forte do Presépio, ele padece deste mal, são pessoas conservadoras que tiveram pessoas maravilhosas trabalhando porque toda obra de impacto social é uma obra coletiva, pessoas da área da história, da arqueologia, das artes plásticas, da arquitetura, enfim a sociedade toda participou indiretamente, pessoas maravilhosas participaram, mas uma hegemonia conservadora, a meu ver, impôs uma linha conservadora. [...] Mas, mesmo que fosse um prédio privado mereceria debate, na medida em que foi incorporado como símbolo da cidade, e quando é um prédio público mais obrigação ainda tem o poder público de chamar os cidadãos para participarem. Naturalmente, nem todos vêm, alguns não se interessam porque aí há níveis diferenciados de “cidadania cultural”, para usar um conceito da Marilena Chauí, mas grande parte vem e tem o direito de protagonizar e influenciar na elaboração do projeto. E o técnico, que estudou para fazer projetos, seja ele arquiteto ou os outros consultores das demais áreas, eles têm um papel a exercer também, têm capacidade para apresentar um projeto à luz do debate feito.<sup>44</sup>

Ainda sobre os conflitos gerados e a participação da sociedade nesses debates sobre o patrimônio histórico o discurso de Fernando Marques deu conta do aspecto político que permeia tais questões e da dificuldade de se chegar a um consenso, o fato de ter feito pesquisas arqueológicas tanto em obras da prefeitura, quanto do governo do Estado, mas considerando o fato de não estar vinculado às respectivas administrações que lhe permitiu, acredito, avaliar de outra maneira tais conflitos e as dificuldades de encontrar um consenso em questões que, necessariamente, sofrem várias clivagens sociais, e são permeadas por interesses e relações diferenciadas e que influenciam no trato com o patrimônio histórico:

---

<sup>44</sup> *Idem.*

O mais difícil nesses casos, é chegar a um consenso em quaisquer umas das áreas. Como se está lidando com bens públicos, em tese, que têm uma relação de pertencimento da sociedade isso complica muito. Às vezes se toma uma decisão ou posição que vai se diferenciar de outra; há questões jurídicas que são difíceis de avaliar. Mas tudo é questionável, e deve ser questionado, não sei se a situação ideal seria a realização de plebiscitos, de argüir e perguntar para a população. Porque algumas vezes os representantes da população, suas ações, não refletem o que a população pensa então não adianta chamar somente os representantes. Tudo envolve um lado político, ideológico, econômico, há o aspecto formação dos envolvidos tudo isso influência. [...] Talvez, se os dois fossem do mesmo partido político, de mesma formação ideológica fosse mais difícil de entender as diferenças, pode ser que isso tenha influenciado. Um era do partido da situação o outro de oposição, não há como negar que isso foi quase determinante, ou marcante, para entender os conflitos. [...] Em relação à arquitetura, o bom uso, todos nós (arquitetos) temos noções, aprendemos sobre isso. Aprendemos como fazer, levando em consideração a estética, é claro que estética é algo relativo, “o que é bonito” é algo quase pessoal, mas como arquitetos recebemos essa formação que em alguns pontos é uniforme, então este não é um fator de divergência, assim elas podem estar ligadas a questões políticas, o que é uma pena.<sup>45</sup>

“Relação de pertencimento”, como ressaltou na entrevista Fernando Marques, as questões tornam-se polêmicas pela relação de pertencimento que pessoas e grupos diferentes têm para com o patrimônio e como já afirmou o pesquisador em outro trecho, já citado, tudo são escolhas e seleções. Sobre a escolha individual, por exemplo, que já foi mencionada em relação ao papel da arquitetura e dos próprios arquitetos nas intervenções no patrimônio histórico, esbarramos novamente na relação de pertencimento. Em uma de suas entrevistas, ao ser argüido sobre quais obras consideraria como mais importante, dentre as que foram realizadas por ele, Paulo Chaves elencou a Estação das Docas, com seu palquinho flutuante, que, como ele mesmo destacou, “as pessoas chamam de trezinho do Paulo Chaves”<sup>46</sup>. A outra obra foi o *Feliz Lusitânia*; ao falar desta última, Paulo Chaves frisou um aspecto importante para a discussão de relação de pertencimento, pois destacou sua relação com os prédios que foram restaurados:

A segunda (obra mais importante) foi o Feliz Lusitânia, porque tanto quanto o Teatro da Paz, foram lugares que eu frequentei como aluno de universidade. Eu ficava com uma pena daquele patrimônio e sem esperança de se conquistar esses espaços para o uso da cidade, socializar espaços interditados.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> Entrevista realizada com Fernando Marques, em 26 de novembro de 2006.

<sup>46</sup> Entrevista concedida a Rita Soares. “A cultura do caos para a ordem”. *O Liberal*, Caderno Magazine, nº 9, 18 de novembro de 2006, p. 9.

<sup>47</sup> *Ibidem*.

Ainda sobre relação de pertencimento e da relação de uso que pessoas e grupos têm com prédios que sofrem intervenção e mudança em seu uso cotidiano, pode-se inferir que tais relações influenciam, de maneira decisiva, na escolha e na seleção dos mesmos. Na entrevista realizada com o ex-prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues frisou que as escolhas dos prédios eram mediadas pela relação de valor simbólico que algumas edificações têm para determinados grupos, assim afirmou o ex-prefeito:

A cidade amada é a das “ilhas da fantasia”, e que é citada pelos colunistas, dos que formam o *circulozinho* dos que estudaram juntos, dos que fazem questão de citar nome e sobrenome do avô, das famílias que secularmente dominam. Os espaços que eles freqüentam ou freqüentavam que têm valor simbólico para eles isso deve ser preservado, muito bom quando isso coincide com o que tem força simbólica para o povo, é o caso do Forte do Castelo. Se o Forte não tivesse valor para quem governou Belém, talvez nós tivéssemos uma nova Cabanagem, porque não iam derrubar apenas o muro. Assim o que não tem valor para um grupo, o que não faz parte da sua memória afetiva, o que não serviu para a colação de grau do avô, para as primeiras fotos tiradas ainda no século XIX, isso não tem valor para esse grupo. O povo mais pobre, as áreas mais pobres são marginais, e o que é marginal, quem nunca morou ali, quem não estudou nas mesmas escolas, que não fez parte das mesmas rodas das elites, então não tem o direito de ser considerado cidadão e depois de feita a obra com seu dinheiro, às custas do dinheiro público são estes que têm que pagar p sustentar. De forma, que se torna inviável a apropriação pela a maioria do povo do que é seu. Na cabeça de alguns grupos desaparece a cidade real e ela passa ter algumas ilhotas que são parte do seu mundo e do seu simbolismo, a partir de uma visão autoritária. Assim essa população marginal não pode participar, ou influenciar na elaboração de projetos, pois projetos é para poucos sábios, para as reencarnações do Landí, quem sabe! Então o povo não pode ser protagonista, não pode ser sujeito.<sup>48</sup>

Os diversos discursos passados em revista até aqui são permeados por divergências técnicas, interesses políticos diferenciados e que expressam a complexidade do trato com o patrimônio histórico. Em relação às entrevistas concedidas por Paulo Chaves a jornais, ainda que não possam ser tomadas como as demais (que foram realizadas por mim), é possível, entretanto, afirmar que o ex-secretário de cultura Paulo Chaves possui um discurso diferente dos demais tratados aqui. Um aspecto tido como “autoritário”, como foi avaliado por alguns dos entrevistados, das ações de Paulo Chaves, está presente no seu próprio discurso. Algumas de suas obras, por exemplo, foram consideradas como elitistas; ao fazer um balanço sobre sua atuação à frente da SECULT, em duas entrevistas, foi abordado esse aspecto, sobre o qual o secretário afirmou

---

<sup>48</sup> Entrevista realizada com Edmilson Rodrigues, em 17 de dezembro de 2006.

Enquanto a crítica é se o Paulo é ou não elitista... se o Paulo esquece a sociedade... bom aí é uma questão de ponto de vista. É uma questão de despeito em alguns casos; inveja em outros e outros pontos de vista.<sup>49</sup>

São críticas invejosas, rancorosas, despeitadas... Eles confundem – acho que de má fé – elitismo com obra bem feita, impecável, com acabamento de primeira, tudo do melhor em respeito ao recurso público, sem abrir mão da qualidade em nenhum momento.<sup>50</sup>

O tom das entrevistas do ex-secretário Paulo Chaves não mudou muito se compararmos as de 2002, momento que antecedeu à inauguração do Museu, ou logo após a mesma, e as concedidas no fim da sua gestão. Entretanto é importante observar que há uma diferença entre falar sobre as obras ainda em fase de consolidação e, posteriormente falar dessas intervenções alguns anos depois de terem sido realizadas. Acima de tudo, consideremos que são discursos proferidos por pessoas diferentes, em momentos e situações diferentes que condicionam suas narrativas. Em retrospecto, podemos perceber que todas as falas elencadas não são neutras, como já foi mencionado e, ainda que permeadas por concepções ideológicas e técnicas diferenciadas, algumas análises permitem fazer entender as ações de restauração do patrimônio histórico ora como ações eminentemente políticas, ora como ações que atendem também a um plano de gestão.

Um aspecto interessante de ser observado, e que estabelece um ponto com nas falas dos gestores, é o fato de que, mesmo que se possa observar discursos diferenciados, por exemplo, entre prefeitura e governo do Estado, ambos não deixam de fazer tais obras também visando objetivos políticos e nesse aspecto terão sempre um ponto em comum. Os espaços “revitalizados”, seja pela esfera estadual ou municipal, não são desprovidos de apelo turístico ou da idéia de um valor histórico-cultural, como foi o caso da feira do Ver-O-Peso e do Forte do Presépio; em última instância constrói-se uma imagem da transformação do patrimônio cultural em produto de consumo. Por fim é preciso deixar claro que não se pode estabelecer uma visão maniqueísta nos discursos aqui tratados, todos eles são mediados por uma gama de interesses diferenciados, com cada um militando por suas interpretações acerca do trato com o patrimônio histórico.

---

<sup>49</sup> Entrevista concedida a Rita Soares. “A cultura do caos para a ordem”. *O Liberal*, Caderno Magazine, nº 9, 18/19 de novembro de 2006, p. 9.

<sup>50</sup> Entrevista concedida a Ronaldo Brasiliense. “Avaliar o quê? O Hangar?”. *O Liberal*. Belém. Caderno Poder, nº 10, 20 de maio de 2007, p. 10.



### 3.3. Patrimônio de quem? Patrimônio para quem? Os registros da sociedade em relação à restauração do Forte do Presépio.

Os projetos de restauração que envolvem os Centros Históricos, o patrimônio edificado, sobretudo os de herança colonial, e, mais recentemente, os sítios arqueológicos seguem uma tendência contemporânea, como oportunamente já foi analisado neste trabalho. Mais uma vez, é preciso ressaltar que são demandas contemporâneas em relação ao patrimônio histórico; entretanto os vários discursos que justificam ou condenam tais práticas não são neutros. Essa discussão recente está contemplada no tema aqui trabalhado sobre os usos contemporâneos dados a prédios históricos, sua transformação em museus e espaços culturais que procuram se autogerir, buscando uma preservação auto-sustentável.

Chamar a atenção para o fato de que algumas restaurações do patrimônio histórico estão pautadas também numa ótica mercadológica, não significa condenar tais práticas, mas sim procurar analisá-las como um fenômeno recorrente no mundo todo. Num paralelo já estabelecido neste trabalho, no Brasil e no mundo, contemporaneamente as questões do patrimônio cultural são analisadas e decididas à luz do viés econômico. A preservação e conservação patrimoniais incorrem, portanto, também na área econômica, havendo embates, projetos e medidas que contemporaneamente são analisados, tanto por cientistas ligados à área patrimonial, como também por especialistas da área de política e economia.<sup>51</sup> Em relação ao projeto Feliz Lusitânia, há um discurso do governo, como visto no segundo capítulo deste trabalho, sobre a geração de renda e uma meta a ser implementada através turismo cultural, por exemplo.

Para além das questões econômicas que envolvem as intervenções no patrimônio histórico, há um aspecto fundamental a ser discutido neste trabalho: o modo pelo qual a sociedade de maneira geral articula suas estratégias de reapropriação dos lugares transformados, os quais trazem um novo uso. É importante entender que as pessoas não são passivas a este processo e que elas renovam suas relações com os mesmos. Novas relações e usos são construídos a partir das intervenções, resignificando, inclusive, as relações passadas. Como foi destacado em algumas das entrevistas entrevistadas,

Tem que levar em consideração que são espaços públicos, construídos com dinheiro público, mas que às vezes acaba sendo explorado pelo capital privado. Ou seja, embora sejam públicos nem todas as pessoas têm acesso, são excludentes, por exemplo, pelo preço, mas não se está inventando nada já que essa é uma tendência

---

<sup>51</sup> THROSBY. “Seven questions in the economics of Cultural Heritage”. p.12.

mundial, é bonito, as pessoas vão passear nesses lugares, mas temos sempre que questionar o modo como são feitos, é preciso ter um olhar crítico. [...] Eu vejo com bons olhos o fato de que, de alguma maneira, as pessoas estão adotando algumas estratégias de, aos poucos, retomarem os espaços. No Forte, na Casa das Onze Janelas já se encontra na beira do rio as pessoas namorando, assim como na Estação das Docas que dá a sensação de ali ser um *lugar*.<sup>52</sup>

Após a restauração e sua transformação em museu, sem dúvida nenhuma, as pessoas passaram a reinterpretar sua relação com o forte e com os outros espaços restaurados, assim como é possível notar também, em certos momentos uma relação de resistência. Alguns costumam a aceitar, por exemplo, a mudança de nome que foi imposta aos espaços, sobre isso vale analisar o que foi observado por Fernando Marques, no momento da entrevista

Temos que pensar na questão dos nomes, relações e das funções. Há trinta anos quando eu ia entregar documentos no DESUP, no depósito de suprimento do Exército (atual Casa das Onze Janelas) eu não achava que estava indo para o Antigo Hospital Militar, ou indo à residência do Domingos Barcelar. Da mesma forma, quando eu ia pra as festas, ou frequentar o Círculo Militar, apesar de ter o nome lá Forte do Castelo, eu ia para o Círculo Militar. Tinha os canhões, os guardas, o nome, alguns elementos que remetiam a um forte, mas essencialmente todos entendiam aquilo como um lugar de festas e de recreação do Círculo Militar. Quando falei em resgatar identidade no relatório, era no sentido de buscar características através da arqueologia, que estavam ocultas, que não estavam visíveis e que pudessem ajudar a compreender aquilo como realmente um forte, não como o espaço do salão de festas e do Círculo Militar que não tinha haver com um forte.<sup>53</sup>

As relações são diferentes porque permeadas por aspectos diferentes e isso determina, em certa medida, as ações das pessoas e dos grupos no uso com o patrimônio; para aprofundar esta análise de como as pessoas se relacionam com tais mudanças, cabe esmiuçar duas fontes de informação: a mídia, ou seja, as informações e propaganda que foram veiculadas pelos jornais, e o Livro de Sugestões do Museu do Forte do Presépio, onde estão os registros e opiniões das pessoas que voltaram ao Forte, ou que o visitaram pela primeira vez, já como um museu.

Um aspecto importante no processo de legitimação das intervenções no patrimônio histórico, e que ficou muito presente na restauração do Forte, reside na influência da mídia no cotidiano da sociedade em geral. É irrefutável o fato de que grande parte das informações que chega às pessoas é filtrada pelos meios de comunicação. As intervenções que foram realizadas no patrimônio histórico edificado no Centro Histórico de Belém, implementadas pela SECULT, sempre foram assinaladas por uma enorme propaganda nos meios de comunicação.

---

<sup>52</sup> Entrevista realizada com Dorotéa Lima, em 5 de dezembro de 2006.

<sup>53</sup> Entrevista realizada com Fernando Marques, em 26 de novembro de 2006.

As imagens retiradas de propagandas exemplificam como, através da mídia, também se constrói um discurso, pelo qual se procura legitimar as obras de intervenção. Note-se que as edificações que sofreram intervenção através da Secretaria Executiva de Cultura do Estado aparecem num ângulo menor, em *preto e branco*, antes da intervenção e *depois* num ângulo maior e colorido valorizando a obra realizada.



Figura 13

Propagandas de alguns espaços revitalizados pela SECULT.<sup>54</sup>

No que tange à restauração do Forte, este aspecto não ocorreu de maneira diferenciada, ou seja, havia o grande apelo de propagandas e manchetes veiculando a importância da obra. Analisando os jornais de circulação local foi possível perceber que as primeiras notícias sobre a intervenção no Forte traziam chamadas que explicitavam a ideia de *resgate* da história do monumento. Divulgar tais ações através dos meios de comunicação gerou na sociedade, a meu ver, não somente uma grande expectativa sobre o resultado de tais intervenções, mas também foi uma maneira de inculcar no âmbito social a legitimação de tais ações. A ideia de que a propaganda também influencia no processo de legitimação da intervenção no patrimônio e na construção de símbolos de memória foi abordada pelo ex-prefeito de Belém em entrevista:

Há uma concepção de urbanismo na qual a cidade é pensada para impactar, então como os símbolos marcam muito, é muito comum que governantes não façam obras na periferia, ou não façam obra de saneamento porque elas não dão visibilidade política. Assim, por exemplo, se faz um determinado monumento que do ponto de vista arquitetônico é inquestionavelmente belo e até importante para a cidade, mas há uma crítica como tudo é definido de uma forma muito vertical então se decide usar os recursos públicos para esses fins mesmo diante da desigualdade crescente

<sup>54</sup> Revista *Ver-o-Pará*, nº 25 (julho 2003), pp. 8-30.

diante de um urbanismo centralizador e autoritário. Então o turista que chega vê aquela parte bem estruturada e acha que não há periferia, mesmo com as desigualdades sócio-espaciais crescentes. Assim cada vez mais ícones urbanos são implantados à revelia do povo, mas, como com muita propaganda tudo é consumido, esses ícones criados apartados da própria decisão popular, acabam sendo assimilados, e se tornam de certa maneira ícones desse próprio povo, assim como a experiência no Centro Histórico de Belém.<sup>55</sup>

As observações de Edmilson Rodrigues sobre os belos espaços criados, que com muita propaganda acabam consumidos por uma parcela da população, são pertinentes quando se trata de como a mídia influencia a formação de opinião e a aceitação de tais espaços. Não há como negar que os meios de comunicação invadem e influenciam aspectos da vida política, cultural e pessoal de todos os indivíduos, assim sendo, eles também têm uma importância fundamental na elaboração de discursos que chegam a tais indivíduos. As primeiras reportagens que fizeram referência à intervenção no Forte traziam manchetes que louvavam o projeto de reforma do monumento tais como: “reforma do Forte resgata a história da cidade”.<sup>56</sup> “Forte de Belém volta a sua plástica antiga”.<sup>57</sup> As manchetes de jornais selecionadas mostram como foi sendo veiculada na mídia a idéia de restauração do Forte sempre atrelada a uma volta às origens, ao *resgate* da história de Belém.

Assim, essas reportagens geralmente discursavam sobre recuperar a auto-estima dos paraenses; já outras matérias no momento da inauguração traziam frases como “Belém reencontra sua história no Feliz Lusitânia”.<sup>58</sup> Alguns discursos podem ser encontrados nessas reportagens, de pessoas ligadas às artes e às letras como é o caso do escritor paraense Benedito Nunes, ou de moradores do entorno do Forte, que afirmaram na época:

É uma bela consumação de um projeto admirável. Tudo aqui se complementa, é o testemunho vivo da história paraense e da Amazônia. Além disso tudo, é muito bonito.<sup>59</sup>

Melhorou muito para nós que moramos aqui, porque agora temos segurança. Antes era perigoso sair de casa à noite. Em termos de turismo só tem a melhorar, eu estou

---

<sup>55</sup> Entrevista realizada com Edmilson Rodrigues, em 17 de dezembro de 2006.

<sup>56</sup> VAZ, Ellen. “Reforma do Forte resgata a história da cidade”. Belém. *A Província do Pará*, Caderno Cidades, nº 10, 4 de fevereiro de 2001, p. 6.

<sup>57</sup> *Folha de São Paulo*, Caderno Turismo, nº 7, 4 de julho de 2002, p. 9.

<sup>58</sup> PAULA, Fabrício de. “Belém reencontra sua história no Feliz Lusitânia”. *O Liberal*, Caderno Cartaz, nº 9, 26 de dezembro de 2002, p. 7.

<sup>59</sup> *Ibidem*. Trecho da reportagem que traz os argumentos de Benedito Nunes.

encantada com a vista que é maravilhosa. Antes o Forte estava desprezado, agora não, parece outro lugar.<sup>60</sup>

A intenção ao selecionar as reportagens acima foi mostrar que se a mídia serviu para mostrar, em certos momentos, os conflitos técnicos e políticos que permearam a restauração do Forte, em outros momentos, o que foi veiculado nos jornais e revistas pode ser visto como um instrumento para aceitação e legitimação das intervenções por parte da sociedade. Uma maneira de mensurar o efeito dessa propaganda e expectativa que, em parte, chegou à população por meio da mídia é através do *Livro de Sugestões*. Penso que o livro colocado à entrada do museu no início de seu funcionamento, pode ser perscrutado como uma materialização das primeiras impressões que começaram a ser criadas na população através dos meios de comunicação. O livro pesquisado abarcou um período que foi de dezembro de 2002 a janeiro de 2004 e os registros ali deixados revelam estranhamento, entusiasmo, críticas positivas e negativas de um público que é muito variado. A necessidade de tratar estes registros, explica-se pela busca de encontrar as vozes anônimas, mas que são partícipes das mudanças ocorridas no Forte, haja vista que utilizaram, ainda utilizam e também se apropriam daquele espaço.

A inauguração do Forte como espaço museológico ocorreu em 25 de dezembro de 2002, mas o *Livro de Sugestões* só foi colocado à recepção do museu em 2 de janeiro de 2003, juntamente com o *Livro de Assinatura de Visitantes*. Considero importante assinalar os registros do momento da inauguração do Forte, pois foi um momento significativo para quem estava no local pela primeira vez, assim como para aqueles que anteriormente freqüentavam o Círculo Militar no local.

As sugestões, críticas, comentários são de origens diversas e versam sobre infra-estrutura, sobre a cobrança de ingressos, sobre as informações dadas nas orientações no espaço. Os registros contidos no documento vão de janeiro de 2003 a janeiro de 2004, o que nos permite avaliar o momento inicial, mas também a inserção do museu no cotidiano das pessoas que freqüentam o Centro Histórico de Belém. O primeiro registro do livro traz: “Realmente deslumbrante. Estou emocionada em ver renascer as origens da nossa amada Belém”.<sup>61</sup> Pelo tipo de espaço que o Forte se transformou, um museu histórico, que versa sobre a fundação da cidade, constantemente encontra-se no *Livro de Sugestões* expressões como *origem*,

---

<sup>60</sup> *Ibidem*. Trecho da reportagem, na qual foi entrevistada uma moradora da Ladeira do Castelo, rua localizada ao lado do Forte.

<sup>61</sup> *Livro de Sugestões do Museu do Forte de Presépio*. Registro de visita, 3 de janeiro de 2003, p. 1.

*identidade, memória* ou o *renascer da história*. Outras pessoas deixaram seu protesto por ter que pagar ingressos para visitar, como esse registro feito dias depois da inauguração do museu

Conheço o Forte do Castelo desde criança e reconheço o mérito do Governo do Estado em ter reabilitado o Forte. Porém acho profundamente errado ter que pagar qualquer quantia, por pequena que ela seja, para ter direito a ver nossa cidade. Acho um direito de todo paraense poder apreciar a panorâmica da cidade. O Governo não reconstruiu nem a cidade, nem a baía, nem a mata, para se achar no direito de cobrar para desfrutar de um bem comum.<sup>62</sup>

Alguns registros são permeados pela relação anterior que as pessoas tinham com o espaço, da vivência no Forte do Castelo, de frequentar o Círculo Militar; o passado dessas pessoas em relação àquele espaço tem um valor que se contrapunha à importância histórica do espaço, enquanto construção singular referente à colonização portuguesa na Amazônia. Não afirmo, entretanto, que tais pessoas desconhecem seu valor histórico, mas a relação era mais de um passado pessoal do que uma ligação com o passado histórico do local. Os registros trazem a carga dessas transformações no patrimônio histórico que interfere nas relações da sociedade com seu patrimônio

Gostaria de deixar meu protesto contra a destruição da história. Não se pode mudar a história. O Forte do Castelo nunca vai ser o Forte do Presépio. Sinto-me tão violentada, como se alguém me levasse para uma loja, um cabeleireiro me transformasse e depois me chamasse de Sônia. Sou Mônica e nunca deixarei de ser.<sup>63</sup>

Lamentavelmente o Forte ficou feio, descaracterizado sem o muro que foi derrubado, as árvores que descaracterizavam a paisagem, foram substituídas por grama que, com certeza, não existiam na época, isso para não mencionar as portas de blindex. O Estado está de parabéns por mais uma obra “restaurada”.<sup>64</sup>

Essencialmente, as anotações do público no livro de vistas refletem o juízo de valor que cada indivíduo traz, ou constrói, sobre aquele espaço; as opiniões são também permeadas por relações complexas, que passam por formação acadêmica, poder aquisitivo, relações afetivas com o Forte, entre outros. Pode-se observar também que algumas pessoas através de seus relatos refletem uma concepção de que os espaços revitalizados, por meio de intervenções, representam uma expressão de cultura homogeneizada, e que não aceitá-los como tais é não ser uma pessoa “cult”, como se pode perceber neste registro.

---

<sup>62</sup> *Ibidem*, 3 de janeiro de 2003, p. 2.

<sup>63</sup> *Ibidem*, 4 de janeiro de 2003, p. 2.

<sup>64</sup> *Ibidem*, 7 de janeiro de 2003, p. 4.

Parabenizo o Governo pelo excelente trabalho. Reconheço que o ingresso e o valor simbólico é para manter o ambiente, por isso sugestiono que coloquem um aviso para que as pessoas menos cultas possam ler e conhecer que para ter cultura e mantê-la é preciso ajudar.<sup>65</sup>

Os registros transcritos dão conta da complexidade que reside em intervir não somente na materialidade, mas também na construção subjetiva que as pessoas têm em relação ao seu patrimônio. O uso mais recente do espaço até a intervenção estava mais pautado numa experiência idiossincrática, de vivências pessoais, o que nos remete ao fato de que consenso e entendimento são difíceis de serem alcançados. Acerca das relações individuais que constroem e permeiam passado pessoal e coletivo, David Lowenthal observa que a memória transforma acontecimentos em experiências idiossincráticas e as lembranças assemelham-se à propriedade particular, assim “alguns dão o mesmo valor ao seu passado que dariam a uma valiosa antiguidade”.<sup>66</sup>

Cada pessoa que deixou seu registro no livro de sugestões o fez pautado nessas experiências que interagem com o juízo que se tem em relação a um lugar; no caso do Forte, e dos outros espaços restaurados, vale lembrar que são novos *lugares* construídos em antigos espaços. Aqui cabe reiterar a idéia discutida por Ulpiano Meneses, analisada no segundo capítulo, quando o mesmo faz referências à criação de centros e “casas de cultura” que hierarquizam espaços da vida social e cotidiana, estabelecendo nessa perspectiva a cultura como algo apartado da vida social. Assim é importante se ter clara a idéia de que não há segregação entre a cultura e o indivíduo, pois ela é uma “dimensão específica da vida social”.<sup>67</sup>

Alguns dias após a inauguração do Museu do Forte do Presépio, mais especificamente no dia 12 de janeiro de 2003, foi o momento de comemorar os 387 anos da fundação da cidade de Belém, naquele dia o museu foi aberto ao público gratuitamente em razão do aniversário da cidade; naquele momento os registros deixados no livro foram pautados na idéia de origem da cidade, do forte como o local de nascimento da mesma. Assim, outros trechos transcritos são referentes à comemoração do aniversário da fundação de Belém em 2003. Considero importantes tais registros pois aquele 12 de janeiro foi o primeiro desde a reabertura do Forte como um museu histórico. Chegar ao local no dia do aniversário da cidade e ter visitas

---

<sup>65</sup> *Ibidem*, 3 de janeiro de 2003, p. 2.

<sup>66</sup> LOWENTHAL. “Como conhecemos o passado”, p. 79.

<sup>67</sup> MENESES. “Os usos ‘culturais’ da cultura. Contribuição para uma crítica das práticas e políticas culturais”, pp. 88-99.

orientadas que davam conta da história de Belém, fez com que algumas pessoas elogiassem o espaço, orgulhosas de sua “origem”

Ao Dr. Paulo Chaves Fernandes: Que bom tê-lo como secretário de cultura, sua sensibilidade e seu amor pelo Pará estão estampados nas obras que deliciam a todos nós paraenses. Parabéns e continue assim.<sup>68</sup>

Parabéns a mudança serve de exemplo de amor e dedicação de um governador, vamos conservar a linda mudança.<sup>69</sup>

Faz parte do imaginário de todo paraense este monumento. O Forte do Castelo, do Presépio, o Forte da nossa lembrança, da nossa saudade. Parabéns a toda essa equipe que nos trouxe o “velho Guamá” para casa.<sup>70</sup>

Feliz aniversário Belém! 387 anos de pura beleza [...] Apesar da mudança na sua arquitetura original o importante é que foram restaurados símbolos do Pará!<sup>71</sup>

Muito Bom! De repente descobri de onde eu vim. Achei o máximo! Parabéns governador Almir Gabriel!

Os registros acima foram colocados de maneira seqüenciada para dar um panorama geral das mensagens deixadas na ocasião do aniversário da cidade. Pode-se observar através delas que efemérides como a da fundação da cidade, que em outros momentos poderia passar como mais um feriado na cidade, refletiu-se no modo como as intervenções naquele patrimônio tocaram o imaginário das pessoas. Concorre, nessa perspectiva, para a “construção do patrimônio” uma série de elementos que estão atrelados a esta construção tais como os significados e usos atribuídos; os lugares e prédios selecionados; bem como o poder das instituições de legitimar tal processo; e, fundamentalmente, o tipo de atividade que passa se desenvolver nesses locais.<sup>72</sup> Tanto quanto, as restaurações da arquitetura colonial marcam a malha urbana dos Centros Históricos contemporaneamente, os novos usos que são dados a estes espaços, como museus, por exemplo, marcam também as relações dos indivíduos com seu passado e sua identidade histórica.

Estar no dia do aniversário da cidade num museu que remete à fundação da cidade fez suscitar nas pessoas, a meu ver, a idéia de uma memória coletiva oficial sobre a história da cidade. Outro ponto importante a considerar é que somente no Forte caberia a construção de um museu que falasse da origem da cidade, esbarramos, por fim, na idéia de que as funções

---

<sup>68</sup> *Livro de Sugestões do Museu do Forte de Presépio*. Registro de visita, 12 de janeiro de 2003, p. 5.

<sup>69</sup> *Ibidem*, 12 de janeiro de 2003, p. 9.

<sup>70</sup> *Ibidem*, 12 de janeiro de 2003, p. 10.

<sup>71</sup> *Ibidem*, 12 de janeiro de 2003, p. 6.

<sup>72</sup> BRETT, David. *The Construction of Heritage*. Cork: Cork University Press, 1996, pp. 1-13.



de um lugar de memória são complexas e vão além do viés econômico, ou técnico e têm importância fundamental na construção de símbolos.

### 3.4. O Forte do Presépio como um lugar de memória: a função de um museu histórico.

O projeto Feliz Lusitânia criou em Belém três espaços museológicos – Museu de Arte Sacra, Museu do Forte do Presépio, Casa das Onze Janelas – e, ao criar o Sistema Integrado de Museus e Memoriais incorporou ainda o Museu do Estado do Pará, o Museu do Círio (que foi transferido para o Núcleo Cultural Feliz Lusitânia), o Museu da Imagem e do Som, o Museu de Gemas do Estado do Pará, a Corveta Solimões (Navio-Museu) além de alguns memoriais implantados em outros espaços na área de influência do Centro Histórico de Belém.

Esses espaços museológicos implantados nos últimos anos, ao longo de três gestões consecutivas de governo no Estado do Pará (1995 a 2006), não constituem um processo dissonante de uma tendência de criação de museus no Brasil e no mundo. Segundo dados recentes de entidades ligadas à área de museus, o Brasil conta com pelo menos 2208 museus em todo seu território, sendo que 30 estão localizados no Estado do Pará.<sup>73</sup> De acordo com o projeto Feliz Lusitânia, “o homem é o sujeito que conhece, o objeto é a parte da realidade à qual o homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir”.<sup>74</sup> Uma das formas de desenvolvimento dessa relação homem-objeto se daria no espaço museológico.

A função ativa do indivíduo em relação a sua realidade material, mediada através do museu, é um dos argumentos construídos no projeto que parece inserir a participação da sociedade num projeto político levado a cabo. Segundo o Conselho Internacional de Museus (ICOM) o museu é definido como

Uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. É uma instituição aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe as evidências materiais do homem para fins de pesquisa, educação e lazer.<sup>75</sup>

Entretanto, os usos e funções de um museu, efetivamente, são bem mais amplos; para além da institucionalização desses espaços através de uma política cultural, a importância do museu

---

<sup>73</sup> *Política Nacional de Museus: Relatório de Gestão 2003-2006*. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2006, p. 32.

<sup>74</sup> SECULT/PA, *Projeto Feliz Lusitânia*, p. 11.

<sup>75</sup> ESTATUTOS do Comitê Brasileiro do ICOM. Rio de Janeiro: MinC/DEMU, s.d.

também reside no poder que ele tem como um instrumento político-pedagógico responsável por consolidar uma visão de história e de memória. Independentemente do tipo de museu que é criado é importante termos a clareza de que museu nenhum é ingênuo à exposição o local, tudo é fruto de uma seleção que deve ser argüida, questionada e confrontada. Não se trata de ter restrições a essas instituições, trata-se tão somente de saber que um “museu não é ingênuo” e que, como ressalta Mário Chagas,

Nos museus, uma política de memória está em pauta, sintonizada ou não com as diretrizes políticas de outros museus e de outras instituições que, que atuam como lugares de memória; comprometidas ou não com o projeto que originalmente concentrou neles os fragmentos de memória política.<sup>76</sup>

Para além do discurso contemporâneo de transformação de edificações históricas em museus ou em espaços culturais; para além ainda da idéia de “indústria cultural” que o patrimônio histórico tem sido alvo, há que se considerar que um museu não é um espaço qualquer e que dele emana um poder de consolidação e legitimação de um discurso, de uma memória e de uma visão de história. Em se tratando da transformação do Forte num museu, devemos considerar que naquele espaço foram aglutinados fatos, datas, visões de mundo e interesses diversos. São construções sociais e históricas que se expressam numa espécie de templo, que sacraliza não somente os objetos, mas também uma interpretação do passado.

A própria etimologia da palavra museu traz em suas origens uma carga ampla de sentidos que relaciona memória e poder. Na Antigüidade, a origem da palavra museu estava vinculada ao termo *museion*, antigo templo dedicado às musas, ou o edifício principal do instituto pitagórico localizado em Cretona (século VI a.C); já as musas, na mitologia pré-clássica eram as filhas de Mnemosyne, deusa da memória, e Zeus, deus do poder, assim o museu é um lugar de memória e de poder.<sup>77</sup> Essa carga do significado simbólico de um museu deve ser considerada quando se pensa a função de um museu histórico; como ressalta Mário Chagas temos sempre que questionar se no museu trabalhamos o “poder da memória ou a memória do poder”.

#### 3.4.1. O Espaço Museológico do Forte do Presépio: *O Sítio Histórico da Fundação de Belém e o Museu do Encontro.*

---

<sup>76</sup> CHAGAS. “Memória política e política de memória”, p. 165.

<sup>77</sup> CHAGAS. “Cultura, Patrimônio e Memória”. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em 18 de abril de 2006.

O espaço museológico do Forte do Presépio, tal qual foi pensado a partir do projeto de restauração, comporta dois circuitos expositivos: o primeiro é externo, para o qual o acesso se dá pelo “Portal do Aquartelamento”, nome dado ao vestígio da construção do muro que foi retirado quando da implementação do projeto; o outro é interno, denominado “Museu do Encontro”. O circuito externo – “Sítio Histórico da Fundação de Belém” – é composto, pela própria edificação com seus vestígios arquitetônicos, é uma denominação pautada na contribuição da arqueologia, tendo em vista que o Forte configura-se um sítio arqueológico histórico.

Na área externa do museu estão dois circuitos de artilharia, um belvedere, os vestígios arqueológicos e o fosso da edificação, além de uma exposição artística que faz referência ao imaginário indígena. O circuito interno é composto por uma exposição de longa duração no “Museu do Encontro”, instalada numa sala denominada “Sala Guaimiaba”; essa exposição versa sobre o processo de colonização portuguesa na Amazônia, o encontro com o nativo e as conseqüências desse contato.

Cada espaço do circuito de exposição tem um cenário e discurso acerca dele, que foi pensado a partir do projeto; tais espaços são mediados pelas informações consolidadas tanto na pesquisa histórica quanto na pesquisa arqueológica acerca do Forte e da colonização portuguesa na Amazônia. Descrever tais espaços não é tarefa fácil, pois, temo ter uma leitura “viciada” sobre o museu pela minha atuação no serviço educativo com as escolas e com os outros grupos que visitaram o Forte ao longo desses anos. Optei, portanto, por descrever o espaço museológico do Forte tendo como base a publicação sobre o projeto, pois nela já constam as consolidadas as narrativas construídas acerca do espaço.



Figura 14

Aspecto da área externa do circuito expositivo do museu, no qual aparecem os vestígios arquitetônicos consolidados e, na parte elevada, o circuito de artilharia.<sup>78</sup>

A definição sobre os espaços de visitação, e as informa es neles contidas, constam na publica o editada pela SECULT sobre o forte, e dão conta do Circuito Externo da seguinte forma

O circuito externo, denominado de Sítio Histórico da Funda o da Cidade,   evidenciado pelos portais, onde estão afixadas informa es sobre a história da coloniza o da Amazônia: Portal do Aquartelamento, Portal Santa Maria de Belém do Grão Pará, e Portal Feliz Lusitânia. Este circuito está subdividido em dois: o primeiro, conduzindo o visitante   esplanada, que d  possibilidade de frui o panorâmica das interfaces entre os recursos naturais e a área portuária da cidade de Belém, assim como possibilita uma leitura do Forte do Presépio, mediante um ponto de vista geral em rela o às estruturas/registros evidenciados pelas pesquisas arqueológicas e históricas; o segundo orienta o visitante para a frui o pontual e específica das estruturas construtivas referentes a historicidade do forte, mas, também, dos registros materiais relativos às sociedades indígenas.<sup>79</sup>

Esta descri o sobre o circuito externo da visita o no forte elaborada por Rosangela Britto, ainda que esteja em consonância com o projeto Feliz Lusitânia, difere, em alguns aspectos, por estar mais ligada às artes, da leitura que se construiu no Forte enquanto um

<sup>78</sup> MARQUES. *Pesquisa arqueológica na área do Forte do Castelo, em Belém, Pará*, p. 98.

<sup>79</sup> BRITTO, Rosangela Marques de. "Programa Museológico: Museu do Forte do Presépio, Museu do C rio, Espaço Cultural Casa das Onze Janelas". In: Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará. *Feliz Lusitânia/Forte do Presépio – Casa das Onze Janelas – Casario da Rua Padre Champagnat*, p. 383.

museu histórico.<sup>80</sup> Assim ainda que eu receie ter uma leitura “viciada”, porque pautada no trabalho que desenvolvi no museu, vejo a necessidade de narrar como construo a informação sobre o circuito externo, ressaltando ainda que, embora todas as pessoas que trabalharam no museu tenham uma unidade nas informações dadas aos visitantes, cada uma tem sua abordagem.

A área externa da exposição é formada pela praça d’armas da fortificação e nela estão expostas estruturas arquitetônicas que são vestígios de momentos diferentes da história do forte: vestígios de rampas de acesso ao terrapleno e de um forno de balas ardentes, ambos em alvenaria de pedra; de pisos em tijoleira, datados do século XIX; vestígio da primeira casa de pólvora que o forte teve, datado do século XVII e a segunda casa de pólvora localizada na lateral direita da praça d’armas. As estruturas arqueológicas deixadas em evidência remontam a sucessivas reformas que o Forte passou ao longo de seu processo construtivo, que, segundo a historiografia teve várias técnicas de construção: em madeira e palha, em taipa (de mão e de pilão) e alvenaria de pedra e cal; é esta última que se encontra em evidência contemporaneamente.

Ainda sobre a área externa da exposição, os canhões expostos, tanto à entrada do museu num talude de grama, quanto os da bateria baixa, são de datações variadas, alguns ainda retirados das próprias caravelas. No terrapleno, os canhões expostos já são todos do século XIX, mais recentes que os que os primeiros; no mirante do forte se tem uma visão geral do espaço que um dia abrigou o núcleo colonial embrionário da cidade, com as principais edificações desse período e a primeira rua de Belém, chamada no período colonial de Rua do Norte e atualmente de Siqueira Mendes. Do mesmo mirante é possível ver o Portal do Aquartelamento com o vestígio do muro de século XIX que foi retirado quando da implementação do projeto.

Ainda que tenha mencionado de maneira muito sucinta as informações sobre a área externa, o fiz na tentativa de mostrar como há diferenças entre a narrativa do projeto e a que foi sendo construída com o trabalho no museu. As informações foram pontuais e não detalhadas como é feito com um grupo que agenda uma visita no espaço. Façamos agora o mesmo exercício com o circuito externo da exposição. O circuito interno da exposição é descrito na publicação da seguinte maneira:

---

<sup>80</sup> Desde a inauguração do Núcleo Feliz Lusitânia Rosângela Britto foi diretora do Sistema Integrado de Museus até o final da gestão de Paulo Chaves na SECULT, arquiteta de formação, é professora do Curso de Artes na Universidade da Amazônia.

O circuito interno, denominado Museu do Encontro, é um espaço expositivo de síntese; seu acesso é feito por uma passarela de ferro suspensa do piso preservado de pedras, que conduz a observação do corte estratigráfico do sítio como registro da pesquisa arqueológica realizada. A passarela articula um percurso cronológico de visitação, dos objetos líticos aos artefatos da arqueologia pré-histórica e histórica, expostos em vitrines metálicas, organizadas a partir do estudo minucioso de cada peça e do conjunto apresentado de cada cultura, respeitando a função cerimonial e a iconografia de cada objeto. [...] As urnas de cerâmica da cultura marajoara, ordenadas fora das vitrines, são apresentadas em um eixo visual principal, enfileiradas no sentido longitudinal da sala, se contrapondo ao fundo com a reprodução do quadro de Antonio Parreiras, “A Conquista do Amazonas” – cujo original encontra-se no MEP – onde, alegoricamente são mostrados, índios chorando e, no plano intermediário, as ordens religiosas presentes na Amazônia e o conquistador português.<sup>81</sup>

A orientação sobre o Museu do Encontro dada de maneira geral é: a exposição do circuito interno de visitação versa sobre o processo de colonização portuguesa na Amazônia, privilegiando o contato cultural entre europeus e nativos, por isso a denominação “Museu do Encontro”. O nome da sala é Sala Guaimiaba, em homenagem ao líder indígena que comandou, em 1619, uma revolta dos Tupinambá contra os portugueses e que nela foi morto. A exposição está dividida em três momentos diferentes: pré-contato, em que se relembra a vivência indígena antes da chegada do europeu; contato, no qual são lembrados o processo de colonização e alguns pontos da história da Amazônia; e o resultado do contato entre nativos e europeus, onde artefatos e fotos lembram sociedades indígenas na contemporaneidade.

---

<sup>81</sup> BRITTO, Rosângela Marques de. “Programa Museológico: Museu do Forte do Presépio, Museu do Círio, Espaço Cultural Casa das Onze Janelas”, pp. 383-90.



Figura 15  
Imagem do Museu do Encontro, *Sala Guaimiaba*, circuito interno da exposição<sup>82</sup>

A cultura material que relembra o pré-contato é composta por artefatos indígenas, que são: material lítico (laminas de machados, batedores, socadores e instrumento de produzir fogo), cerâmica marajoara e tapajônica, além da coleção de muiraquitãs. Com essa cultura material, proveniente de vários sítios arqueológicos, remonta-se a milênios de ocupação e vivência cultural na Amazônia como um todo. A réplica do quadro de Antonio Parreiras “A Conquista do Amazonas”, que constitui um divisor de águas na exposição, significa o encontro entre as duas culturas, européia e nativa, simbolicamente representado pela construção do Forte do Presépio, marco inicial da colonização portuguesa na Amazônia. A cultura material que lembra o contato é proveniente do próprio sítio histórico e seu entorno: são fragmentos de armas, louças européias, moedas, objetos religiosos e de uso cotidiano, e cerâmica cabocla que remetem a quase quatrocentos anos da história do Forte. Finalmente, no terceiro momento da exposição, há artefatos contemporâneos de alguns grupos indígenas que ainda sobrevivem (Tikuna, Apalaí, Karajá, Wai Wai) e fotos, relativamente recentes que lembram a degradação das sociedades indígenas na contemporaneidade.

---

<sup>82</sup> MARQUES. *Pesquisa Arqueológica na Área do Forte do Castelo, em Belém, Pará*, p. 100



Sobre os pisos que estão em evidência na Sala e que foram desvelados na pesquisa arqueológica, um é em tijoleira do século XIX e o outro é em pedra aparelhada do século XVII. Após evidenciar os pisos portugueses, foi feita uma sondagem mais profunda que deixou a mostra o solo indígena, com vestígios dessa ocupação anterior à construção do Forte do Presépio. A partir do achado arqueológico, com vestígios da ocupação nativa é que se ampliou o recorte temporal da exposição para lembrar também a vivência nativa, não somente na área do Forte, mas, também, na Amazônia como um todo.



Figura 16

Corte estratigráfico que deixa à mostra o solo indígena, onde estão expostos vestígios da ocupação nativa, na área onde foi construído o forte.<sup>83</sup>

O modo como, nos parágrafos acima, está estruturada a leitura sobre o espaço museológico do Forte do Presépio, ainda que não esteja tão esmiuçada, quanto numa orientação educativa, demonstra como foi sendo construída e legitimada uma leitura de história sobre Belém e sobre a Amazônia. Essa foi a razão de ter mencionado na apresentação deste trabalho que as pessoas afirmam ter uma “aula de história” ao visitar o museu. Entendo que o discurso de quem está mediando uma exposição museológica serve como um anteparo entre o público e os objetos expostos, e que este discurso concorre para a valorização da idéia de “reliquia” que é atribuída à cultura material exposta. Na construção desse discurso, são feitas escolhas e seleções,

---

<sup>83</sup> *Ibidem.*



mediadas pelos interesses de quem os constrói, artistas, políticos, historiadores, arqueólogos, enfim cada indivíduo ou grupo sempre construirá leituras diferenciadas para aquele espaço.

Os temas e as problemáticas elencados no Museu do Forte do Presépio constituem uma espécie de leitura da escrita da história, mas é preciso ter em mente que a tais construções, ainda que dialoguem com o passado, atendem a necessidades do presente. Assim, a função de um museu, seja ele histórico ou não, é de legitimação do “poder da memória” e da “memória do poder”. Entretanto, em um museu histórico o poder simbólico é ainda maior, se consideramos a importância da história e da memória, para quaisquer sociedades. Portanto, há questões complexas quando pensamos na função de um monumento, de um lugar de memória pois

É fundamental não eliminar o deslumbramento daquilo que foi construído para fascinar. A partir do emotivo criado pelo monumento, pode-se induzir à experiência do conhecimento crítico. [...] A beleza monumental pode desembocar somente na simples contemplação, o que é mais comum. Por outro lado, pode-se dar um destino para o deslumbramento: a reflexão sobre nossa história, sobre tudo a construção da memória oficial – que necessariamente abafa outras manifestações igualmente políticas. A beleza guarda relação com processos de exclusão.<sup>84</sup>

Foi essa tentativa de construir uma reflexão crítica, de um conhecimento crítico sobre o processo de intervenção no Forte, e de sua transformação em um lugar de memória, que tentei consolidar com a discussão aqui tratada. O tratamento que foi dado ao monumento e o cenário museal criado o transformaram em um local pensado para impactar e o apelo histórico que o espaço tem consolida a construção de uma memória oficial. Mas o museu deve ser visto não como um templo, mas como um espaço para questionarmos como se constroem e se selecionam os espólios de memória.

---

<sup>84</sup> RAMOS, Francisco Regis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino da história*. Chapecó: Argos, 2004, p. 45.

## Considerações Finais

A escolha do tema aqui tratado foi diretamente influenciada pelo meu envolvimento com o projeto, a partir do trabalho de educação em museus desenvolvido no Forte do Presépio, entretanto, foram as inquietações pelo modo como se constroem as relações da sociedade com seu patrimônio e, mais ainda, como se consolidam novas interpretações acerca do passado que me fizeram perscrutar o processo de intervenção no Forte do Presépio.

Com o Projeto Feliz Lusitânia o Forte remontou ao *mito de origem* da cidade de Belém, processo que se constrói a partir do Museu do Encontro e para, além disso, se firma como o “Marco Zero”, o “Berço de Belém”, ou, como edificação fundadora da cidade na memória da sociedade. Não afirmo, entretanto, que tal consideração já não fosse feita, pois, como vimos, vários autores como Antonio Ladislau Monteiro Baena<sup>1</sup>, Leandro Tocantins<sup>2</sup> e Augusto Meira Filho<sup>3</sup> fizeram referência a este fato. Porém, a biografia do *Monumento* assume uma linguagem que comunica o processo histórico através da criação de um museu no prédio e evoca, mais efetivamente, a função memorial do espaço. O *Documento* da Fundação da Cidade, tanto como testemunho por sua temporalidade, quanto por sua escolha para ser transformado em museu histórico, foi consolidado e mediado por diversos conflitos e interesses. Sobre essa construção da origem e sua função na sociedade é que Marilena Chauí chama atenção, quando afirma que:

A fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo perene (...) A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos a tomar.<sup>4</sup>

Portanto, o mito fundador ofereceria uma representação da realidade e, como afirma Chauí, a cada momento as representações se reorganizam se adequando ao momento histórico. Essa

---

<sup>1</sup> O autor faz referência de que a Fortaleza “lança os humildes cimentos de uma cidade (1616): declarando-lhe Padroeira Nossa Senhora com o título de Belém”. Ver: BAENA. *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 23.

<sup>2</sup> O autor sugere em sua obra, a qual considera um guia turístico e sentimental, uma visita ao Forte do Castelo afirmando que nele “estão as nascentes da vida social e política da *urbs*” e que turista deverá “visitar o berço de Belém”. TOCANTINS. *Santa Maria de Belém do Grão Pará*, pp. 98-102.

<sup>3</sup> Em sua obra o autor ressalta que “as forças portuguesas tomam posse da terra, levantam uma paliçada à guisa de ‘fortim’, ao qual denominam ‘Presépio’”. MEIRA FILHO. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. p. 53.

<sup>4</sup> CHAUI. *Brasil Mito Fundador e Sociedade Autoritária*, p. 10.

mesma análise se aplica, a meu ver, à representação do Forte do Presépio atualmente. Guardadas as devidas ressalvas sobre o conflito político entre a Prefeitura de Belém e o Governo do Estado do Pará (PT e PSDB), é importante lembrar que a discussão em torno da restauração do Forte não se esgotou no campo político-partidário, ainda que a imprensa tenha divulgado amplamente essa perspectiva. As imbricações são mais amplas, como, por exemplo, em relação aos saberes científicos que dialogam para construir e dar uma feição ao passado.

Atualmente o Forte, por sua materialidade e por sua função museológica, é resultado do olhar da arquitetura, priorizando a evolução construtiva do prédio; da arqueologia, que procura evidenciar vestígios materiais enquanto testemunho dos processos e das relações sociais; e finalmente, evidencia-se no espaço o uso da história, enquanto ciência, como já foi mencionado, em torno da qual gravitam as idéias sobre a representação do passado. Além desses campos de saber, a própria sociedade, de maneira geral se envolveu e se envolve nessa seara, principalmente através do que é divulgado pelos meios de comunicação. Neste trabalho, essa manifestação da sociedade foi analisada também pelo livro de sugestões que traz os registros dos visitantes do museu.

São olhares diferentes e diferenciados que consolidaram uma leitura de história, alicerçada em escolhas e seleções de um grupo, e, às vezes, escolhas individuais. Nesse aspecto das escolhas e de obras marcadas por um gestor cabe lembrar a idéia trabalhada por Nazaré Sarges, ao analisar a construção da personalidade política do intendente municipal Antonio Lemos, de que: “A história da cidade é também um pouco a história de seu interventor, seja no traçado urbano ou no poder constituído”.<sup>5</sup> Após tecer minha análise, procurando considerar tanto os sujeitos e os grupos envolvidos, foi possível perceber que todos somos elementos partícipes desse processo de intervenção no patrimônio histórico e das interpretações que fazemos do passado, e nisso o historiador tem função fundamental, pois como foi afirmado no início deste trabalho: a história é a ciência em torno da qual gravitam as construções da memória da identidade, e, da leitura do passado.

Para analisar que, como ressalta Lowenthal, assim como somos produtos do passado, o passado conhecido, ou interpretado é artefato nosso, no primeiro capítulo foi necessário fazer uma incursão por fontes primárias e bibliografia para analisar como o passado que hoje é lembrado no Museu do Forte do Presépio foi produto também de uma construção de sujeitos

---

<sup>5</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1969-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 115.

sociais.<sup>6</sup> As efemérides da fundação da cidade, da data do aniversário de Belém, assim como, a interpretação sobre o mito de origem são evocadas tanto pelo monumento em si, quanto pelo fato de nele ter sido construído um museu, consolidando-o como um lugar de memória.

Os conflitos pela guarda dos espólios de memória foram canalizados na restauração do Forte através do processo burocrático para a intervenção; nesse sentido, foram examinados no segundo capítulo deste trabalho os argumentos presentes no projeto elaborado e levado a cabo pela SECULT. Além disso, foram confrontadas as disputas e negociações, através das instituições legitimadas para opinar e decidir o que deve ser preservado, e como deve ser preservado, cada uma com seus argumentos. As instituições que gerenciam a “cultura”, como foi visto, por vezes agem de modo dissonante acerca das questões patrimoniais e sempre há um viés político, partidário ou não, que permeia tais ações.

Se as relações da sociedade com seu patrimônio histórico são complexas, isso se torna mais latente quando esse patrimônio está relacionado com elementos que remetem a um mito de origem. Intervir no Forte, não foi o mesmo que transformar um patrimônio qualquer. Foi, fundamentalmente, manipular construções subjetivas de história, memória e identidade; tanto por isso os conflitos gerados não foram, e não devem ser entendidos somente como questões de cunho político-partidárias. Ao mesmo tempo o produto no qual aquele espaço se transformou hoje está sendo reinterpretado e reapropriado pelos indivíduos que se relacionam com ele – professores que levam seus alunos, estudantes que ali vão pesquisar, pessoas que vão passear, levar outras pessoas para conhecer, ou grupos que usam aquele espaço como um belo cenário para propagandas.

A importância histórica do Forte faz dele não somente mais um espaço que comunga com a idéia contemporânea de valorização patrimonial. Para além disso, o Forte é um lugar com demarcações físicas e simbólicas no espaço urbano de Belém. Os usos e valores que lhe foram e lhe são atribuídos são dotados de sentidos de pertencimento, na medida em que ele é um elemento da memória e da história oficial, mas que ao mesmo tempo permite relações com a memória individual dos que se relacionam com ele. São clivagens sociais de um mesmo processo que não podem ser desconsideradas. Entretanto, ainda considerando os valores simbólicos que o Forte possui, é importante ter a clareza de que o patrimônio não fala por si só e não deve ser fetichizado; as políticas patrimoniais voltadas para sítios e lugares históricos

---

<sup>6</sup> LOWENTHAL. “Como conhecemos o passado”, p. 113.

consistem fundamentalmente em práticas de sujeitos sociais; nós atribuímos os valores e os sentidos ao patrimônio histórico.

Considero que toda a discussão aqui tratada e o processo analisado geraram, e ainda vão gerar, manifestações coerentes com a sociedade que os produziu, respondendo as suas demandas e depositando no patrimônio edificado valores simbólicos que vão além da materialidade. O conflito gerado na intervenção do Forte foi encerrado, em vários momentos, numa briga político-partidária. Entretanto, defende-se aqui a análise que foi muito para além dessas questões. É preciso entender os conflitos à luz das representações simbólicas e sua relação com a dinâmica social; sem esse exercício esbarraremos em análises incompletas e que não darão conta dos efeitos que geram tais intervenções no processo histórico.

Finalmente quero concluir esta dissertação chamando novamente atenção para o papel da história e do historiador no que se refere à legitimação e releituras do processo histórico, pontuando que, como já foi mencionado no trabalho, é em torno da história que gravitam idéias de construção de memória oficial e de identidade histórica. O historiador não deve se furtar a debater e a produzir conhecimento acerca das intervenções materiais e imateriais que a sociedade produz através de seus símbolos, como por exemplo, o patrimônio histórico. São fundamentalmente estratégias de construção do mundo real, ainda que pensadas através das formas simbólicas. Fica, portanto, a reflexão sobre o *processo*, que não dá conta de quem está certo ou errado no trato com o patrimônio, mas, dá conta das dinâmicas que se configuram nessa relação com o mesmo, como instiga Sandra Pesavento:

Como se escreve a História, continuam a discutir os historiadores, desde as formulações iniciais do problema, indicadas por Paul Veyne na aurora dos anos 70; qual o estatuto da ficção no discurso histórico e, sobretudo, como se enfrenta o paradoxo da verdade com o verossímil; como se elaboram as estratégias da retórica, os usos das metáforas e dos múltiplos registros semânticos no ato de escrever sobre o passado, onde todo texto remete para além daquilo que foi dito; quais as aproximações e os distanciamentos entre estas duas formas de representar uma ausência, que são a memória e a história?<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> PESAVENTO, Sandra. “Apresentação”. In: PESAVENTO (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 8.

## Fontes

### Secretaria Executiva de Cultura/Museu do Forte do Presépio

Feliz Lusitânia (Tomo I, Tomo II, Tomo III, Projeto Forte do Castelo – Memorial Descritivo e Justificativo e Projeto Forte do Castelo anexos de I a VIII).

Projeto Forte do Castelo vol. I (1993).

Memória para intervenção na Bateria do Castelo

Relatório apresentado por Fernando Luiz Tavares Marques “Prospecção Na Área do Forte do Castelo em Belém, Pará” (novembro de 2000).

Livro de Sugestões do Museu do Forte do Presépio

### Fundação Cultural do Município de Belém

Parecer N° 183/01 (Resposta)-DEPH/FUMBEL (10 de abril de 2001).

Parecer N° 02/2002 (07 de fevereiro de 2002).

Memorando N° 078/2002-CONSERV/DEPROT/IPHAN (22 de maio de 2002).

Ofício N° 306/2002-GAB/ 2ª SR/ IPHAN (08 de julho de 2002).

Parecer N° 332/2002 (Resposta)-DEPH/FUMBEL (23 de julho de 2002).

Notificação N° 061/02-DEPH/FUMBEL (25 de Novembro de 2002).

Ofício N° 157/02-DEPH/FUMBEL (25 DE Novembro de 2002).

Ofício N° 448/02-GAB/IPHAN (26 de Novembro de 2002).

Certificado de Não Aprovação-FUMBEL (26 de Novembro de 2002).

Documento-Resposta-SECULT/PA (14 de dezembro d 2002).

### Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Pasta I:

Doc. nº 01492.000026/ 2001-15- Abertura de Processo: Análise de Projeto Praça Frei Caetano Brandão S/ Nº- Forte do Castelo.(19 de fevereiro de 2001).

Anexo Manuscrito (resumo da documentação da pasta I).

MEMO nº 068/2001-GAB/DEPROT/RJ, referente ao parecer nº 25/2001 (21 de março de 2001).

MEMO nº 117/2001-CORDEP/DEPROT (12 de abril de 2001).  
 Ofício nº 155/2001-GAB/2ªSR/IPHAN (16 de abril de 2001).  
 Ofício nº 037/2001-SECULT/FCPTN (30 de abril de 2001).  
 Documento do Arquiteto Cyro Corrêa Lira IPHAN/Brasília (16 de maio de 2001).  
 Ofício nº 485/2001-GAB/2ªSR/IPHAN (07 de dezembro de 2001).  
 Pasta II:  
 Solicitação de Análise Técnica Processo/Parecer nº 001/2002 (10 de janeiro 2001).  
 Notificação de Fiscalização nº 007/2002/2ª SR/IPHAN (15 de fevereiro 2002).  
 Ofício nº 074/2002-2ª SR/IPHAN (18 de fevereiro de 2002)  
 MEMO nº 020/2002-CONSERVE/DEPROT/IPHAN (19 de fevereiro de 2002).  
 MEMO nº 049/2002-GAB/2ªSR/IPHAN (21 de fevereiro de 2002).  
 Ofício nº 033/02-GS/SECULT/FCPTN (19 de março de 2002).  
 Ofício nº 159/2002-GAB/2ªSR/IPHAN (21 de março de 2002).  
 Ofício nº 42/2002-FUMBEL/DEPH (25 de março de 2002).  
 MEMO nº 078/02 – GAB – 2ªSR/IPHAN (03 de março 2002).  
 MEMO nº 066/2002 IPHAN – CONSERVE/DEPROT/IPHAN (30 de abril de 2002).  
 Parecer do Arquiteto Cyro Corrêa Lyra do DEPROT/RJ (17 de maio de 2002).  
 MEMO nº 078/2002-CONSERV/DEPROT/IPHAN (22 de maio de 2002).  
 Ofício nº 093/2002-DEPH/FUMBEL (10 de junho de 2002).  
 Ofício nº 306/2002- GAB/ 2ª SR/ IPHAN (08 de julho de 2002).  
 MEMO nº 334/02-Brasília-DF do GAB-DEPROT (04 de julho de 2002).  
 CI nº 092/02-GAB-2ªSR/IPHAN (15 de julho de 2002).  
 Ofício nº 107/2002-DEPH/FUMBEL (16 de julho de 2002).  
 Ofício nº 359/2002-GAB/ 2ª SR/ IPHAN (02 de agosto de 2002).

### Arquivo Público do Estado do Pará

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Ano I (1917), vol. V (1926), vol. III (1921).

### Jornais

*O Liberal*, nº 5 (27 de novembro de 2002), nº 7 (03 de dezembro de 2002), nº 11 (16 de dezembro de 2002), nº 13 (05 de janeiro 2003), nº 7 (3 de dezembro de 2002), nº 9 (24 e 25

de dezembro de 2002), nº 10, 26 de dezembro de 2002, nº 9 (18 de novembro de 2006), nº 10 (20 de maio de 2007). *O Diário do Pará*, nº 10 (1 de dezembro de 2002). *A Folha de São Paulo* nº 7 (4 de julho de 2002).

### Entrevistas

Fernando Luiz Tavares Marques – 26 de novembro de 2006.

Dorotéa Lima – 5 de dezembro de 2006.

Edmilson Brito Rodrigues – 17 de dezembro de 2006.

### Documentos diversos

*Informativo Cultural/SECULT* (2002 a 2004)

*Relatório da pesquisa arqueológica na área do Forte do Castelo, em Belém, Pará*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório/Março de 2003.

*Revista Arquitetura & Urbanismo* nº 121 (abril de 2004).

*Revista Ver-0- Pará* nº 25 (julho de 2003).

*Revista Scientific American-Brasil* nº 37 (dezembro de 2003).



## Referências bibliográficas

- ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio – Ensaios Contemporâneos*. FAPERJ, 2003.
- AGULHON, Maurice *et alii*. *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- ALBRÁS ALUNORTE. *Belém do Pará*. Belém, Alunorte, 1995.
- AMARAL, José Ribeiro do. *Fundação de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco, em 1615-1616*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2004.
- ARANTES, Antonio Augusto. *Produzindo o Passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. O presépio da Feliz Lusitânia. In: Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará. Feliz Lusitânia/Forte do Presépio – Casa das Onze Janelas – Casario da Rua Padre Champagnat. Belém: SECULT, 2006.
- BACZKO, Bronislaw, *Imaginação Social*. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.(Antrophos/ Homem vol. 5) p. 296-332
- BAENA, A. L. Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: UFPA. Série José Veríssimo, 1969.
- BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará – Obras Reunidas*. Belém: UFPA. Série José Veríssimo, 1973.
- BARROSO, Vieira. *Forte do Castelo: sua breve história*. Belém: Imprensa Oficial, 1958.
- BRAGA, Theodoro, 1872-1953. *História do Pará: resumo didactico*. Tipografia Melhoramentos. 19--?
- \_\_\_\_\_. *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. de Lemos*. Belém: Secção de Obras d’A Provincia do Pará, 1908.
- \_\_\_\_\_. *Apostillas de Historia do Pará*. Pará: Imprensa Official do estado, 1915. Fundação Cultural Tancredo Neves – CENTUR: Obras Raras.
- BRETT, David. *The Construction of Heritage*. Cork: Cork University Press, 1996.
- BURKE, Peter. *O que é história Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

- CARDESÍN, José Maria. “A tale of two cities”: the memory of Ferrol, between the Navy and the Working class. *Urban History*, vol. 31, nº 3 (2004), pp. 329-356.
- CHAGAS, Mário. “Memória política e política de memória”. In: CHAGAS, Mário & ABREU, Regina (orgs.). *Patrimônio e Memória Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- \_\_\_\_\_. Cultura, Patrimônio e Memória . Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 18 de abril. 2006
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990
- CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política, Patrimônio Histórico. In: O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992.
- \_\_\_\_\_. Brasil: Mito Fundador e Sociedade autoritária. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação da Liberdade. UNESP, 2001.
- COELHO, Geraldo Mártires. *Forte do Castelo: cenários e enredos culturais*. Belém/Pa: Secult. 2002
- COSTA, Dayseane Ferraz. Monografia “A Volta ao Berço de Belém: Restauração do Forte do Presépio, Dificuldades, Intervenções e a Transformação em Museu”. UFPA, Belém, 2003.
- CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: UFPA. Série José Veríssimo, 1973
- CURY, Isabelle. (Org.) Cartas Patrimoniais. IPHAN: Edições do Patrimônio, 2000.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. “Memória e Cidadania”. In: *O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1992
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia – 1908-1929*. Tese de Doutorado – IFCH-UNICAMP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A gênese do Progresso: Theodoro Braga e a Pintura da fundação da Amazônia*. In: Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia / José Maia Bezerra Neto, Décio de Alencar Guzmán, organizadores – Belém: Paka-Tatu, 2002. pp. 109-136.
- \_\_\_\_\_. *Theodoro Braga e a história da arte na Amazônia*. Prefeitura Municipal de Belém: Catálogo A Fundação da Cidade de Belém/Museu de Arte de Belém, 2004.

- \_\_\_\_\_. *As Memórias dos tempos de Landi – arte colonial e história republicana na Amazônia, 1889-1919*. Disponível em: <<http://www.forumlandi.inf.com.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2006.
- FOUCAULT, Michel de. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Portugalia, 1966.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso* (tradução:Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- \_\_\_\_\_. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- \_\_\_\_\_. “A trajetória da arqueologia no Brasil” (apresentação). ORSER Jr. Charles. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1992.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice 1990.
- HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IGPA. *Revista de Divulgação Científica*, Instituto Goiano de Pré - História e Arqueologia - vol 1, 1998.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ *Instituto Histórico e Geográfico do Pará: Cem anos de história*. Boletim Informativo. Belém, vol. I, 2000.
- LACARRIEU, Mônica. “Os dilemas sociais do patrimônio e as identidades: usos, ‘inflação’ ou ‘hiperinflação’ de história?” *Revista da Associação Brasileira de História Oral Educação Pública*, Rio de Janeiro, n.2, jun. 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, 4 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996.
- LEITE. Rogério Proença. *Contra-Usos da Cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. São Paulo: UNICAMP, 2004.
- LEMOES, Carlos A. *O que é Patrimônio Histórico*. Brasiliense São Paulo, 1981.
- LONDRES, Maria Cecília. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ. MinC – IPHAN, 2005

- LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. IN: Projeto de história: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História - PUC. Nº 17/1998. São Paulo: EDUSC
- MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: FNpM, 1985.
- MARQUES, Fernando Luiz. *Pesquisa Arqueológica na Área do Forte do castelo, em Belém, Pará*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório/ Março de 2003.
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. vol. I Belém, 1976
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Memória e cultura material: Documentos Pessoais no Espaço Público*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, v. 11, n. 21, 1998.
- \_\_\_\_\_. “Os usos ‘culturais’ da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais”. In: YÁZIGI, Eduardo *et al.* (orgs.). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1996, pp. 88-99.
- MOREIRA, Eidorfe. MOREIRA, Eidorfe. *Obras Reunidas*. Belém: CEJUP: Conselho Editorial de Cultural, 1989, Vol. VIII.
- NAJJAR, Rosana. *Arqueologia Histórica*. Brasília: IPHAN, 2005.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n 10, 1993.
- ORBASLI, Aylin. *Tourists in Historic Towns: Urban Conserveation and Heritage Management*.(?)
- ORSER Jr. Charles. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1992.
- PESAVENTO, Sandra. (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. (Apresentação). São Paulo: EDUSC, 2004.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- RAMOS, Francisco Regis Lopes. *A Danação do Objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

- REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. Nova Série. 1993.
- SARGES, Maria de Nazaré. “Fincando uma tradição colonial na República: Artur Viana e Antonio Lemos”. In: BEZERRA NETO, José Maia & GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, pp. 97-108.
- \_\_\_\_\_. *Belém: riquezas produzindo a belle-epoque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1969-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SECULT/DPHAC. *Série Informar para Preservar*. Vol. I e II, Belém, 2002.
- SECULT/FCPTN. *Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”*, 2001.
- SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*; tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. I.
- THROSBY, David. Seven Questions in the Economics of Cultural Heritage. In: HUTTER, Michael & RIZZO, Ilde. *Economic Perspectives on Cultural Heritage*. Cambridge University Press. 1997.
- TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada. 3ª Ed, 1987.
- TORRES, Pedro Ruiz. Les usages politiques de l’histoire em Espagne. Formes, limites et contradiction. IN: HARTOG, François e REVEL Jacques. *Les usages politiques du passe*. Paris: Editons de L’école des Hautes Etudes em Sciences Sociales. 2002 pp 129-156.
- TRIGGER, Bruce. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.
- VIANNA, Arthur. “As Fortificações da Amazônia”. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, tomo IV (1905).